



MENSAGEM **PRESIDENCIAL**

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018

Modificado

(Nos Termos do Art. 166, § 5º, da Constituição)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018

Modificado

(Nos Termos do Art. 166, § 5º, da Constituição)

Brasília / DF
2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento Federal – SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: +55 61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2018: projeto de lei orçamentária. – Brasília, 2017.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v.1 Texto do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v.2 Consolidação dos programas de governo – v.3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v.5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v.6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento federal. 2. Proposta orçamentária. 3. Projeto de lei 2018 I. Título.
CDU: 336.14:354(81)“2018”
CDD: 351.72205

SUMÁRIO

RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO	8
• A Política Econômica do Governo em Consolidação Fiscal	09
• Projeções Macroeconômicas para 2017-2020	23
• Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2017 e 2018	25
DESTAQUE SETORIAL	27
• Saúde	28
• Educação	30
• Ciência e Tecnologia	32
• Agricultura	33
• Segurança Pública	34
• Defesa	35
• Investimentos em Infraestrutura	36
AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL	40
• Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	41
• Novo Regime Fiscal	53
• Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	56
• Pessoal e Encargos Sociais	59
• Sistemas Previdenciários	62
AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	70
• Aplicações em Operações de Crédito	71
• Investimentos no Ativo Imobilizado	72
ANEXO - DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	73
• Empresa do Setor Produtivo	74
• Empresa do Setor Financeiro	105

LISTA DE SIGLAS

- **a.a.** – ao ano
- **ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- **BB** – Banco do Brasil
- **BCB** – Banco Central do Brasil
- **BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- **BNCC** – Base Nacional Curricular Comum
- **Caged** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- **CDS** – Credit Default Swaps
- **CEF** – Caixa Econômica Federal
- **Cide-combustíveis** – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis
- **CMN** – Conselho Monetário Nacional
- **Comprev** – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS
- **Copom** – Comitê de Política Monetária do Banco Central
- **CPSS** – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade do Servidor Público
- **DBGG** – Dívida Bruta do Governo Geral
- **DLSP** – Dívida Líquida do Setor Público
- **DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- **DPU** – Defensoria Pública da União
- **DRU** – Desvinculação de Receitas da União
- **Emgea** – Empresa Gestora de Ativos
- **FBCF** – Formação Bruta de Capital Fixo
- **FCA** – Ferrovia Centro-Atlântica
- **FCDF** – Fundo Constitucional do Distrito Federal
- **FCO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- **FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil
- **FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- **FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo e Serviço
- **FNE** – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- **FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- **FPM** – Fundo de Participação dos Municípios
- **FRGPS** – Fundo do Regime Geral de Previdência Social
- **FUNCEX** – Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior
- **Funpresp-Exe** – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
- **Funpresp-Jud** – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
- **Funpresp-Leg** – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **IBOVESPA** – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
- **IGP-DI** – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
- **INPC** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- **INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

LISTA DE SIGLAS

- **IOF** – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
- **IOF-Ouro** – Imposto Incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial
- **IPCA** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- **IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados
- **IR** – Imposto de Renda
- **IRE** – Índice de Rentabilidade das Exportações
- **ITR** – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
- **LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- **LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal
- **MC** – Medida Cautelar
- **MF** – Ministério da Fazenda
- **MP** – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- **MPU** – Ministério Público da União
- **MPV** – Medida Provisória
- **MTE** – Ministério do Trabalho
- **NFSP** – Necessidade de Financiamento do Setor Público
- **NTN-B** – Notas do Tesouro Nacional – Série B
- **pp** – pontos percentuais
- **PDG** – Programa de Dispêndios Globais
- **PDE** – Plano de Desenvolvimento da Escola
- **PEA** – População Econômica Ativa
- **PF** – Pessoa Física
- **PIB** – Produto Interno Bruto
- **PLDO** – Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária
- **PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária
- **PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- **PO** – População Ocupada
- **PPI** – Programa de Parcerias de Investimento
- **PPI** – Parceria Público-Privada
- **Proex** – Programa de Financiamento às Exportações
- **Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- **Pronatec** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego
- **RCL** – Receita Corrente Líquida
- **RFB** – Secretaria da Receita Federal do Brasil
- **RGPS** – Regime Geral da Previdência Social
- **SAMU** – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- **S&P** – Standard & Poor's
- **Selic** – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- **Seplan** – Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
- **Sest** – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
- **SOF** – Secretaria de Orçamento Federal

LISTA DE SIGLAS

- **SPE** – Secretaria de Política Econômica
- **SPE** – Sociedade de Propósito Específico
- **STN** – Secretaria do Tesouro Nacional
- **SUS** – Sistema Único de Saúde
- **TCU** – Tribunal de Contas da União
- **TJLP** – Taxa de Juros de Longo Prazo
- **TRF** – Tribunal Regional Federal
- **UBS** – Unidades Básicas de Saúde
- **UPA** – Unidades de Pronto Atendimento

Capítulo 1

RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

A Política Econômica do Governo em Consolidação Fiscal

Projeções Macroeconômicas para 2017-2020

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2017 e 2018

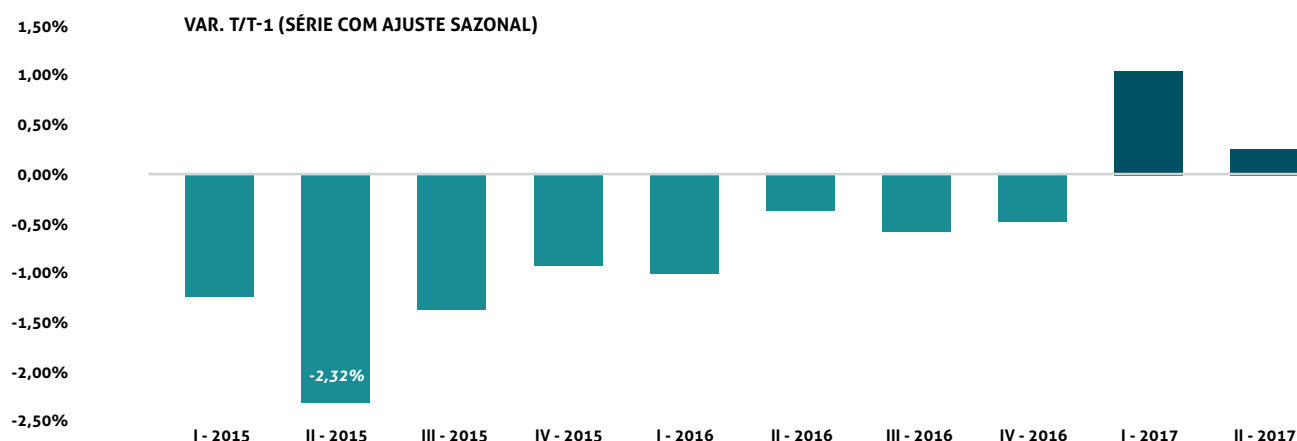
A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CONSOLIDAÇÃO FISCAL

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade de 2016, a política macroeconômica foi fortalecida por meio de sólida condução das políticas monetária e cambial, e, principalmente, com a adoção do Novo Regime Fiscal, novo paradigma de política fiscal fundamental para o processo de ajuste em busca do reequilíbrio das contas públicas e da sustentabilidade fiscal. Ainda que o Novo Regime se consubstanciasse na Emenda Constitucional nº 95, promulgada em dezembro de 2016, que estabeleceu o teto para despesas primárias, impedindo seu crescimento real por, pelo menos, 10 anos, o caminho para o Novo Regime ocorreu bem antes. Começou com a revisão da meta de resultado primário de 2016 para um valor crível, ainda que exigindo grande esforço do Governo de revisar políticas públicas, e prosseguiu com a promulgação da Emenda Constitucional nº 93, em setembro de 2016, que prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU), em 30%, até 2023.

O resultado dessa mudança de paradigma da política fiscal foi significativo. Não só o Governo Central cumpriu com boa margem da meta de resultado primário em 2016, alcançando déficit de R\$ 159,5 bilhões (abaixo da linha), ante os R\$ 170,5 bilhões previstos, mas os principais indicadores macroeconômicos registraram significativa melhora a partir do 2º semestre de 2016. Ainda que o ano tenha encerrado com queda de 3,6% do PIB, desacelerando 1,8 ponto percentual ante a queda do 2º trimestre, o primeiro trimestre de 2017 representou o fim de oito trimestres consecutivos de queda. No 1º trimestre de 2017, o PIB cresceu 1% na variação trimestral com ajuste sazonal e manteve taxa positiva de crescimento no 2º trimestre de 2017 (0,2%), na mesma base de comparação.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto Trimestral – Var. Real T/T-1 – dados com ajuste sazonal



Fonte: IBGE/MP, Contas Nacionais

O ano de 2017 também marcou o início da recuperação do mercado de trabalho com a criação líquida, entre janeiro e setembro, de mais de 208 mil postos de trabalho. O rendimento real das famílias também vem registrando alta, alcançando +1,89% em agosto de 2017 em relação ao mesmo mês de 2016. Parte deste ganho de poder aquisitivo das famílias deveu-se à forte queda da inflação, que em agosto alcançou 2,54%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado em 12 meses, abaixo do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para efeito de cumprimento da meta de inflação para o ano.

O processo de desinflação observado no último ano é resultado do bom desempenho da política monetária que logrou realinhar as expectativas inflacionárias permitindo que, a partir de outubro de 2016, fosse iniciado o ciclo de cortes da taxa básica de juros, a primeira redução após 4 anos de alta. Em outubro de 2017, a taxa meta Selic já se encontrava em 7,5% ao ano, levando à forte redução nos juros reais ex-ante, para 3,0% ao ano, segundo mediana das estimativas de Meta Selic e de IPCA 12 meses à frente do Boletim Focus de 20 de outubro de 2017, importante indicador do custo de capital e para decisão de investimento.

A este respeito, merecem destaque também as ações do Governo para ampliar, incentivar e acelerar o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em sua primeira fase, o PPI incluiu o leilão de 4 aeroportos (Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis), todos concedidos com significativo ágio, 2 rodadas no setor de petróleo e gás (4ª Rodada de Campos Marginais e a 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios) e 3 arrendamentos portuários (dois de Santarém e um do Rio de Janeiro).

As condições de crédito às famílias, que permaneceram adversas em 2016, melhoraram significativamente em 2017. No acumulado do ano até agosto de 2017, as novas concessões de crédito livre cresceram 3,6% em termos reais ante igual período de 2016, expressiva melhora da taxa interanual, que havia registrado queda de 12,39% no acumulado até agosto de 2016. A inadimplência também recuou expressivamente em agosto de 2017 para 5,75%, após atingir de 6,22% em agosto de 2016. Aliás, as condições de recuperação do consumo estão postas para a 2ª metade de 2017 e o ano de 2018, sinalizando uma aceleração do crescimento econômico nos próximos meses. Medidas como o saque das contas inativas do FGTS (que alcançou R\$ 44 bilhões em julho e beneficiou cerca de 25,9 milhões de pessoas) e a antecipação do saque dos recursos do fundo PIS/Pasep para cotistas idosos (previsão de injetar R\$ 15,9 bilhões na economia e beneficiar cerca de 8 milhões de pessoas), permitem a recomposição da capacidade financeira das famílias, seja pelo pagamento de dívidas e contas atrasadas, aumento da renda disponível para consumo ou fortalecimento de poupança precaucional.

Em suma, o Governo, por meio da agenda de medidas econômicas e das peças orçamentárias de 2017 e 2018, vem reafirmando seu compromisso em criar o ambiente propício para consolidar o novo ciclo de crescimento econômico, priorizando: a) a sustentabilidade das contas públicas e modernização do Estado; b) a preservação de programas prioritários em saúde e educação e outras políticas sociais; c) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; d) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio da melhoria do ambiente de negócios, do incentivo à inovação e à qualificação profissional; e e) a redução da taxa de juros de longo prazo da economia e do custo do capital e do investimento.

RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2016 E EM 2017 ¹

O desempenho da economia brasileira em 2016 foi fortemente afetado pelo cenário de incertezas e pela baixa confiança do setor produtivo no 1º semestre. O segundo semestre registrou importante avanço em diferentes indicadores macroeconômicos, minimizando o efeito adverso da primeira metade do ano.

Na variação anual do PIB, por componentes da oferta, constata-se que, houve importante piora no setor agropecuário, de +3,6% em 2015 para -6,6% em 2016, impactado por quebras de safra devido a fatores climáticos. O setor de serviços manteve o mesmo desempenho do ano anterior, de -2,7%, ao passo que o setor industrial apresentou significativa melhora, desacelerando a queda de -6,3% para -3,8%.

Do lado da demanda, o efeito defasado da crise sobre o emprego e a renda, assim como a relativa demora na normalização das condições creditícias, afetaram o consumo das famílias que aprofundou sua retração, passando de -3,9% para -4,2%. O gasto público manteve redução real com pequena desaceleração, de -0,6%, resultado das medidas voltadas ao reequilíbrio fiscal e à maior eficiência do Estado. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) prosseguiu em forte queda, de -10,2%, ainda que em menor ritmo, afetada não só pelo cenário de menor confiança dos agentes na 1ª metade de 2016, mas também pela elevada ociosidade da capacidade instalada do setor produtivo e pela crise financeira vivenciada pelas empresas em geral, especialmente as de menor porte.

Por fim, o aumento da incerteza na economia mundial, com episódios como o Brexit e o risco de novo ciclo de protecionismo econômico, impactou o desempenho das exportações, que reduziu sua alta de 6,3% para 1,9%. Vale destacar que o mercado externo, no contexto da atual crise, tornou-se alternativa importante para o setor produtivo à demanda doméstica. O mau desempenho dessa última também afetou o desempenho das importações que registrou queda de 10,3%, todavia, desacelerando em relação à retração de 14,1% do ano anterior

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB)

SETOR DE ATIVIDADE	VARIÇÃO ACUMULADA 4 TRIMESTRES (%)				VARIÇÃO INTERANUAL (%) – T/T-4	
	2013	2014	2015	2016	2º trim. 2016	2º trim. 2017
PIB	3,0	0,5	-3,8	-3,6	-3,6	0,3
Oferta						
<i>Agropecuária</i>	8,4	2,8	3,6	-6,6	-6,1	14,9
<i>Indústria</i>	2,2	-1,5	-6,3	-3,8	-2,9	-2,1
<i>Serviços</i>	2,8	1,0	-2,7	-2,7	-2,7	-0,3
Demanda						
<i>Consumo das famílias</i>	3,5	2,3	-3,9	-4,2	-4,8	0,7
<i>Consumo do Governo</i>	1,5	0,8	-1,1	-0,6	-0,5	-2,4
<i>Formação Bruta de Capital Fixo</i>	5,8	-4,2	-13,9	-10,2	-8,6	-6,5
<i>Exportações</i>	2,4	-1,1	6,3	1,9	4,0	2,5
<i>Importações</i>	7,2	-1,9	-14,1	-10,3	-10,4	-3,3

Fonte: IBGE. Elaboração: Seplan/MP.

¹ De acordo com os dados disponíveis até setembro de 2017.

Em 2017, o cenário é melhor. Se 2016 foi o ano em que foi interrompida a trajetória de queda da atividade econômica e foram realizadas importantes reformas essenciais à recuperação da economia brasileira, 2017 é o ano em que os sinais positivos da retomada já estão sendo vistos, enquanto 2018 será o ano da consolidação da recuperação econômica.

Os resultados do 2º trimestre de 2017 apontaram para essa realidade. Na comparação interanual, fica claro que o ano de 2017 já é significativamente melhor que 2016. O PIB do 2º trimestre reduziu em 3,9 pontos percentuais o ritmo anual de queda, saindo de -3,6% no 2º trimestre de 2016 para 0,3% no 2º trimestre de 2017. Houve melhoras expressivas em todos os setores, com destaque para o agropecuário (+14,9%), resultado da previsão de safra recorde de 242,0 milhões de toneladas, estimada em setembro de 2017, crescimento de 30,3% em relação ao ano passado.

Os dados dos indicadores mensais de atividade no 3º trimestre de 2017 antecipam resultado positivo do PIB. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,42% no 3º trimestre de 2017(até agosto), ante o 2º trimestre de 2017, segundo a série com ajuste sazonal.

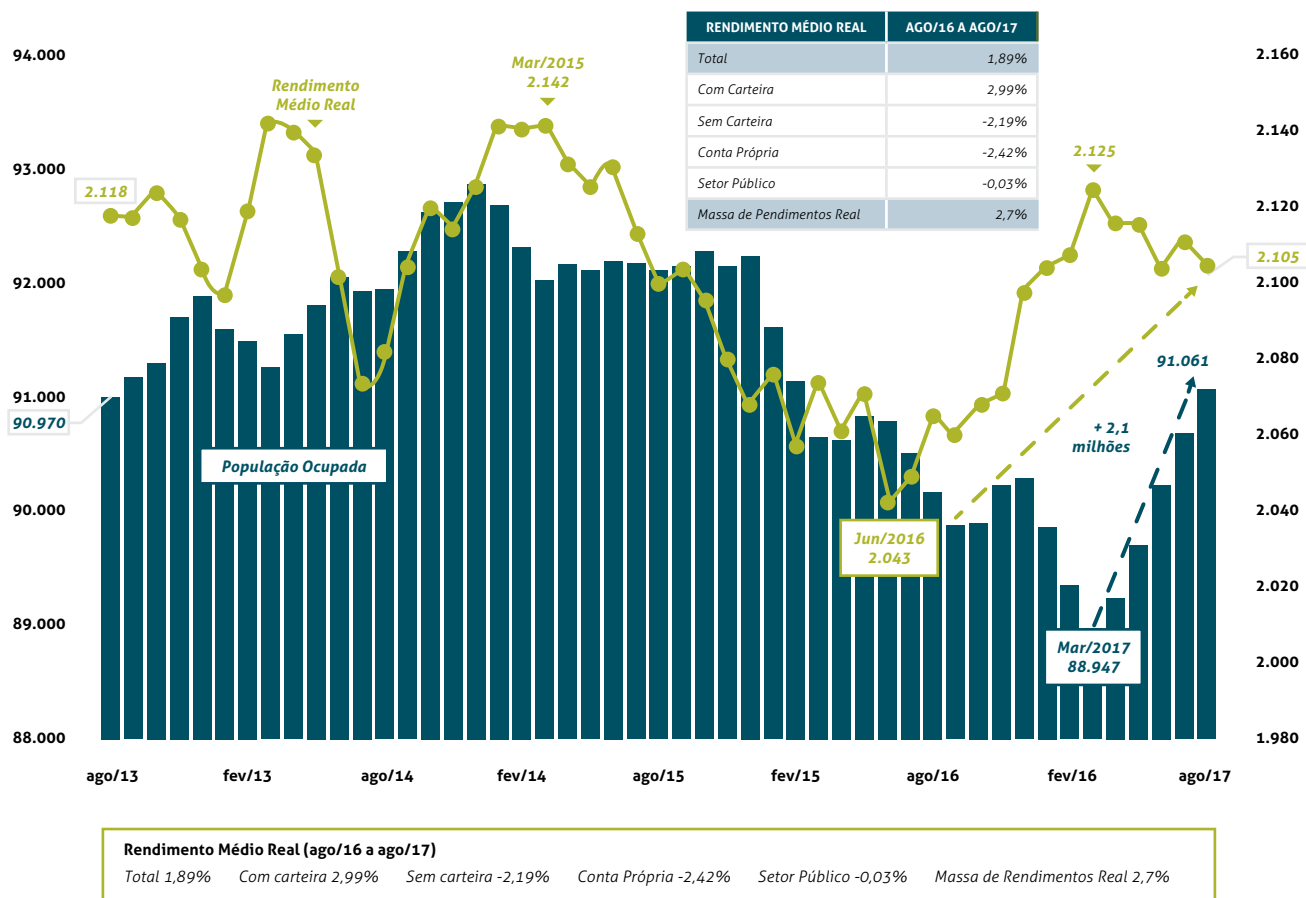
O papel do consumo das famílias e do investimento na dinâmica do PIB está bem amparado na recuperação dos indicadores que fundamentam esses componentes. Em primeiro lugar, o mercado de trabalho apresenta boa melhora este ano. Nos dados de emprego apurados pelo CAGED/MTE (dados ajustados), registra-se a criação líquida de 208.874 postos de trabalho no acumulado de janeiro a setembro de 2017, ao passo que em 2016 esse resultado para o mesmo período apontava destruição líquida de 651.652 postos.

Os dados da PNAD Contínua do IBGE também apontam melhora. Ainda que a taxa de desocupação tenha fechado no acumulado do ano até agosto de 2017 em 12,6% do total da população economicamente ativa do País, contra 11,8% no acumulado do ano até agosto de 2016, vale dizer que esse resultado deve-se mais ao ingresso de novas pessoas no mercado de trabalho, 2 milhões no acumulado em 12 meses até agosto de 2017, do que propriamente na redução da ocupação, cerca de 384 mil, levando a um incremento de 1,1 milhão de pessoas desocupadas nesse período. Aliás, vale destacar que a população desocupada já foi maior, tendo alcançado 14,2 milhões em março de 2017, e depois recuando para 13,1 milhões de pessoas em agosto. A expectativa para o 2º semestre do ano e para 2018 é que a ocupação continue a evoluir positivamente. Além disso, o rendimento médio real habitualmente recebido de todos os trabalhos registra significativo crescimento em relação a 2016. No total das ocupações, o rendimento médio real aumentou 1,89% entre agosto de 2016 e agosto de 2017, com destaque para o rendimento de emprego com carteira assinada do setor privado, que avançou 2,99%. Esse aumento do poder aquisitivo médio das famílias decorre do crescimento de 4,39% do rendimento médio nominal no período e do forte processo de desinflação. Esse fato é confirmado pelo desempenho da massa salarial que também registrava aumento de 2,73% em termos reais em agosto de 2017 em relação a igual período de 2016

Gráfico 2 - Evolução do Mercado de Trabalho – Ocupação e Rendimento Médio Real

POPULAÇÃO OCUPADA - EM 1.000 PESSOAS

RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ A PREÇOS DE JUN/2017)



Fonte: IBGE/MP, PNAD Contínua.

A recuperação da capacidade de consumo das famílias será fato fundamental para a dinâmica econômica no 2º semestre deste ano e em 2018. Nesse sentido, a condução da política monetária tem sido importante para a retomada.

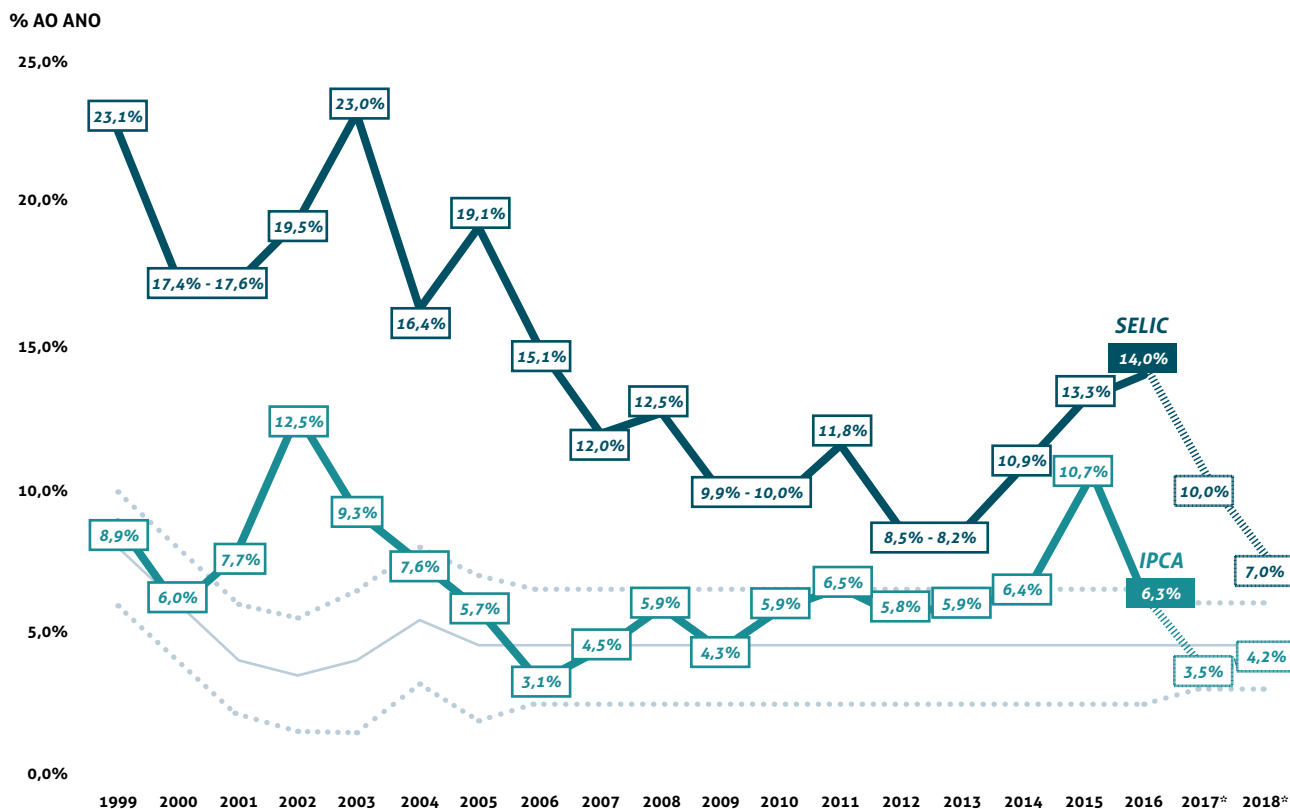
Inicialmente, a política monetária do Governo logrou trazer o IPCA de uma máxima de 10,67% em 2015 para dentro da meta em 2016, assegurando seu cumprimento. O índice encerrou o ano de 2016 em 6,29%, em forte processo de desinflação, e de recuo no índice de difusão, que mede o percentual de subitens do IPCA com variação positiva no mês, de 74,8% em dezembro de 2015 para 59,8% em igual mês de 2016.

Antes disso, todavia, ainda em outubro, constatado que havia poucos riscos de descontrole inflacionário, iniciou ciclo de flexibilização monetária com a primeira redução da taxa básica de juros em 4 anos, de 14,25% ao ano para 14,0%. Nas reuniões seguintes do Copom, até a realizada em outubro de 2017, a taxa Selic foi sendo sucessivamente reduzida, alcançando 7,50% ao ano. A continuidade desse ciclo de flexibilização foi possível devido ao processo de desaceleração inflacionária que levou o IPCA a 2,54% em setembro de 2017, quando o índice de difusão atingiu 52,01%, um de seus patamares mais baixos.

De acordo com a projeção da Grade de Parâmetros Macroeconômicos (SPE/MF), de 11/09/2017, o IPCA encerra o ano de 2017 em 3,5%, acompanhado por taxa básica Selic média de 10,0%. Assim, no prazo de 24 meses, a política monetária terá logrado ancorar as expectativas, reduzindo a inflação medida pelo IPCA em mais

de 7 pontos percentuais, de 10,67% em 2015 para 3,5% em 2017, acompanhado de queda em 3,3 pontos percentuais da taxa média de juros de 13,27% em 2015 para 10,0% em 2017, reduzindo, ao mesmo tempo, o custo de vida da população e o custo do crédito para as famílias e ampliando sua capacidade de consumo.

Gráfico 3 - Inflação, Meta e Taxa Básica de Juros Selic (média do período)



Fonte: BCB e IBGE. Nota: *Projeção da Grade de Parâmetros Macroeconômicos SPE/MF de 11/09/2017.

Esse desempenho efetivo da política monetária também afetará positivamente o investimento. Ainda que o nível de utilização da capacidade instalada permaneça baixo em setembro de 2017, cerca de 74,9% pelo indicador da FGV, logrou-se reduzir a taxa real de juros ex-ante, ou seja, aquela que referenciará o custo do capital nos 12 meses à frente e orientar as futuras decisões de investimento, para 3,2% ao ano no mesmo mês. Essa taxa registrou a máxima dos últimos 7 anos de 8,61% em setembro de 2015.

Vale destacar que foi decidida a redução da meta de inflação dos atuais 4,5% que vigorarão em 2018 para 4,25% em 2019 e 4% em 2020, mantido a banda de -1,5pp e +1,5pp como intervalo de tolerância. O resultado imediato desta medida foi de redução tanto da expectativa de inflação para esses anos quanto da taxa básica de juros e, portanto, dos juros reais esperados. Esse realinhamento positivo de expectativas reflete a grande credibilidade conquistada pela atual política monetária do Governo.

Essa trajetória mais favorável da taxa de juros vem afetando positivamente as condições de acesso ao crédito na economia. Desde o início do ciclo de baixa da taxa Selic, em outubro de 2016 até agosto de 2017, a taxa ativa de juros das operações de crédito teve redução de 8,6 pontos percentuais para o crédito segmento livre, 6,0 pp para as pessoas jurídicas e 12,0 pp para as pessoas físicas. O spread bancário também registrou recuo de 5,4 pp no crédito livre total, sendo 2,8 pp para as pessoas jurídicas e 8,8 pp para as pessoas físicas, devido,

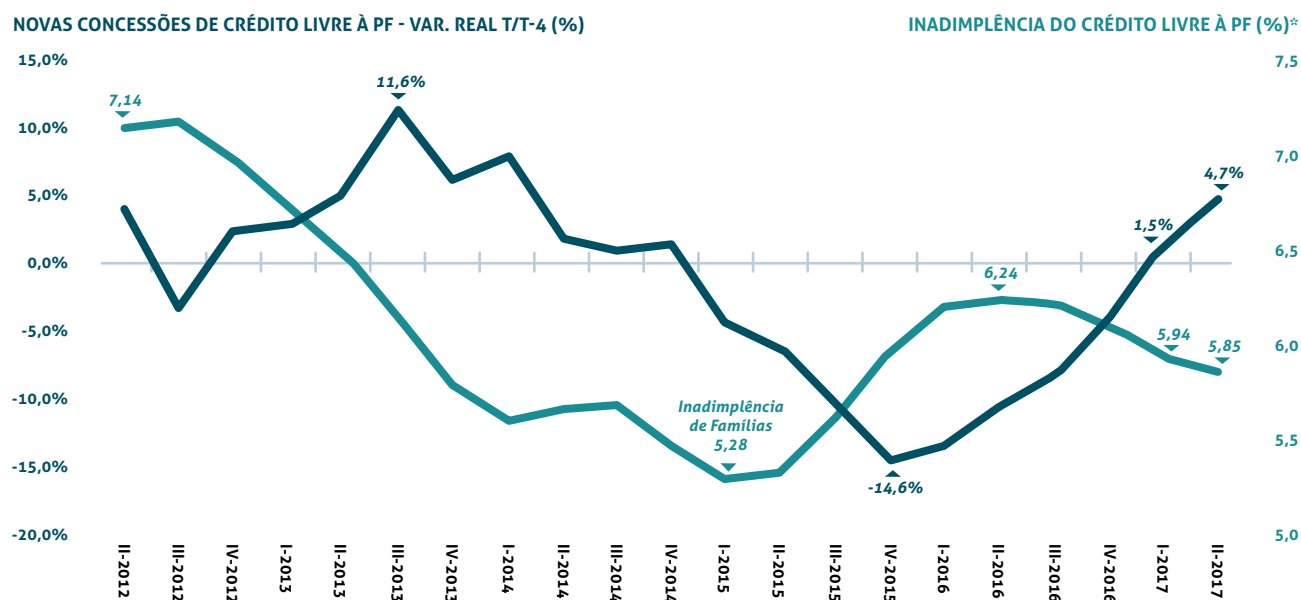
em parte boa, à melhora dos índices de inadimplência, que registraram baixa de 0,3 pp no total, sendo recuo de 0,10pp para as pessoas jurídicas e de 0,5 pp para as pessoas físicas.

O cenário de melhora das condições de crédito tem refletido na recuperação da sua concessão. No segmento livre, as novas contratações saíram de forte retração interanual de 15,7%, em termos reais, no 1º trimestre de 2016, pior resultado da série histórica, para queda de 1,6% no 2º trimestre de 2017. As contratações reais de crédito das pessoas jurídicas reduziram a queda interanual de 18,5% para 9%, e as das pessoas físicas já apresentam ótimo desempenho com crescimento interanual de 4,7% no 2º trimestre de 2017 ante queda de 13,3% no 1º trimestre de 2016.

É importante ter presente que, no caso do mercado de crédito, os efeitos da crise sobre as empresas e as famílias foram distintos. As pessoas jurídicas foram significativamente mais afetadas que as pessoas físicas, que também observaram piora em suas condições creditícias, mas não na mesma intensidade. Ocorre que as empresas encontravam-se com um nível de endividamento muito elevado quando a crise impactou a atividade e a receita operacional, levando a dificuldades no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

Os dados agregados deixam claro essa situação. Em relação a dezembro de 2015, valor máximo do saldo total de crédito como porcentagem do PIB, o crédito às pessoas jurídicas recuou de 28,5% para 22,2% em agosto de 2017, ao passo que o crédito às pessoas físicas registrou pequeno recuo, de 25,2% para 24,9%. Além disso, a inadimplência das pessoas jurídicas saltou de 2,6% para 3,4% no mesmo período, registrando em maio de 2017 o valor máximo da série, 4,0%. Já as das pessoas físicas apresentou breve crescimento, mas acabou por cair, de 4,2% para 3,7% em agosto/2017, tendo alcançado a máxima do período em maio de 2016, de 4,3%, que ainda está distante do pico histórico de 5,5% em maio de 2012.

Gráfico 4 - Crédito Livre às Famílias – Novas Concessões Reais (Var. T/T-4) e Inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil. Nota: * Percentual da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional com pelo menos uma parcela com atraso superior a 90 dias.

Portanto, ainda que as condições de crédito estejam sendo normalizadas para as pessoas jurídicas, a retomada do crédito para as pessoas físicas já está em curso. Contribuem para isso a redução da taxa ativa de juros das novas operações e do spread, atualmente em 35,6% e 28,5%, respectivamente, e nível de

inadimplência, de 3,96%, próximos ao mínimo histórico, de 3,66%. Ademais, observa-se uma redução consistente do nível de endividamento total das famílias, que recuou de 44,5% em dezembro de 2015 para 41,5% em julho de 2017. O comprometimento da renda mensal das famílias com serviços financeiros dessas dívidas não habitacionais permaneceu em 21,3%.

Em suma, a recuperação do emprego e da renda juntamente com a retomada do crédito das famílias e o reequilíbrio financeiro das empresas deverão alavancar o crescimento no 2º semestre de 2017 e, especialmente, no ano de 2018.

O setor externo também tem exercido papel positivo na recuperação econômica. O saldo das transações correntes manteve o forte processo de ajuste iniciado em 2015, diminuindo expressivamente seu resultado deficitário e, como consequência, reduzindo o volume de poupança externa líquida absorvida pelo País.

O saldo em transações correntes encerrou o ano de 2016 com déficit de US\$ 23,5 bilhões (1,3% do PIB), menos da metade do déficit registrado em 2015, de US\$ 59,4 bilhões (3,3% do PIB). Esse ajuste vem se intensificando em 2017, com déficit US\$ 13,5 bilhões (0,7% do PIB) registrado em agosto, no saldo acumulado em 12 meses. Essa melhora de US\$ 45,9 bilhões no saldo das transações correntes no período de um ano e oito meses é explicada principalmente pelo aumento no superávit da balança comercial (US\$ 19 bilhões) e pela redução do déficit da conta serviços (US\$ 2,7 bilhões), apesar de piora no déficit da conta de rendas (US\$ 3,7 bilhão).

A balança comercial avançou de um superávit de US\$ 17,7 bilhões no fim de 2015 para saldo recorde de US\$ 60,7 bilhões em agosto de 2017, no acumulado em 12 meses. Esse resultado decorreu de aumento de 8,9% (+US\$ 17 bilhões) no valor das exportações e queda de 15,1% (-US\$ 26 bilhões) no valor das importações.

Analisando os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) de quantum e preço dos fluxos comerciais, constata-se uma evolução favorável em ambos os componentes, com a quantidade exportada crescendo 7,48% em setembro de 2017 no acumulado em 12 meses e o preço médio das exportações com alta de 2,37%, e a quantidade importada caindo 9,5%, assim como o preço médio das importações, com -6%. A opção do mercado externo como alternativa ao setor produtivo e a demanda doméstica deprimida explicam a variação de +22,2% da razão de quantum exportação/importação. A elevação dos termos de troca (razão preço exportação/importação) no período deve-se, em boa parte, à recuperação no preço das commodities metálicas (+22%), bem como à menor demanda por importados.

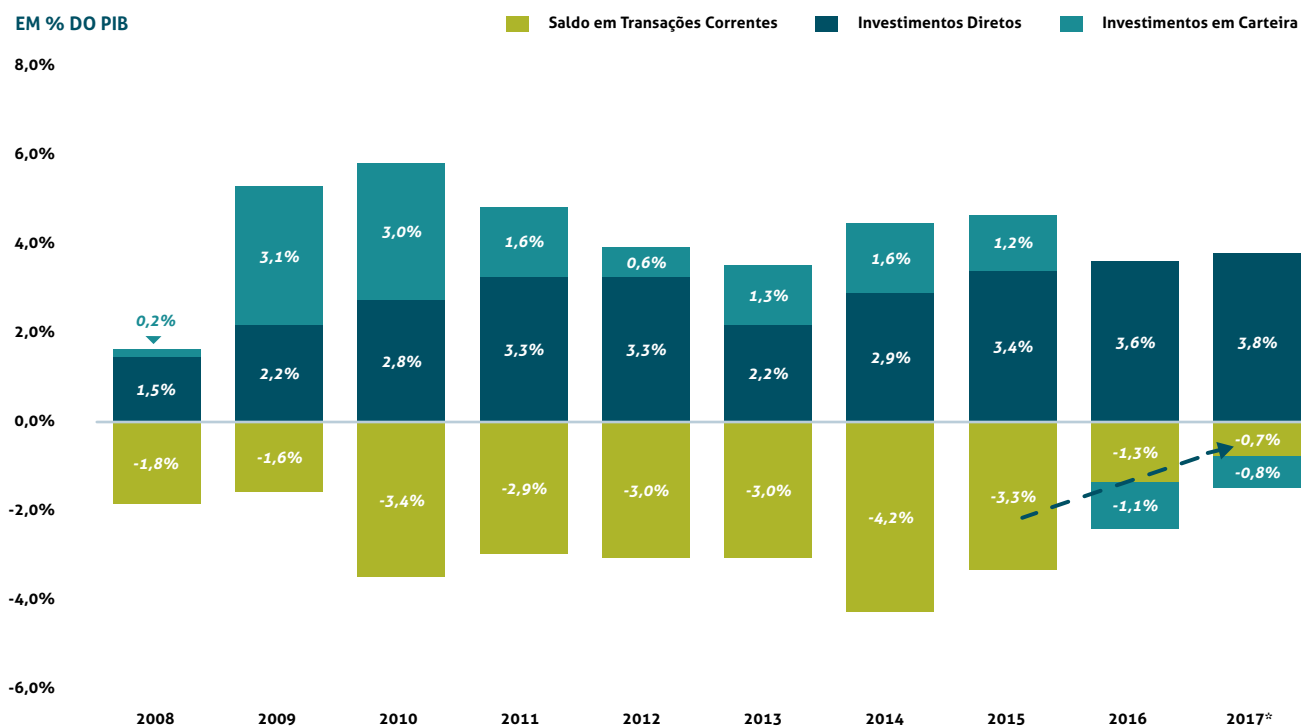
Vale dizer que, em setembro de 2017, o preço médio das exportações registrou alta interanual de 5,0%, mais do que compensando a redução de 0,84% do câmbio efetivo real em agosto. A taxa nominal de câmbio registrou valorização de 2,4% no período. Os termos de troca avançaram 2,2% na mesma base de comparação, próximo à evolução do Índice de Rentabilidade das Exportações (IRE) da Funcex, com 3,3%. Portanto, a evolução dos fluxos comerciais deverá ser favorável.

Do lado dos fluxos de capitais financeiros, vale destacar o forte saldo positivo dos Investimentos Diretos, de US\$ 87,4 bilhões no acumulado em 12 meses até setembro de 2017, alta de US\$ 8,7 bilhões em relação ao total do ano de 2015.

Com destaque para o aumento de investimentos estrangeiros direcionados para a participação no capital, que atingiram US\$ 60,4 bilhões no acumulado em doze meses até setembro de 2017.

Vale destacar que o fluxo líquido financeiro tem sido mais do que suficiente para financiar o déficit em transações correntes. Como resultado as reservas internacionais atingiram US\$ 381,2 bilhões em setembro de 2017, aumento de US\$ 24,8 bilhões em relação a 2015.

Gráfico 5 - Déficit em Transações Correntes, Investimento Direto e Investimento em carteira



Fonte: BCB. *Acumulado em 12 meses até setembro/2017.

EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS ECONÔMICAS

Por ocasião do envio ao Congresso Nacional do PLOA 2017 em agosto do ano passado, as projeções de parâmetros macroeconômicos nos quais a peça orçamentária se baseia, previam crescimento do PIB de 1,6% em 2017 e 2,5% em 2018, bem como inflação (IPCA) de 4,8% e 4,5%, respectivamente. Esses e outros parâmetros fundamentavam metas de resultado primário para o Governo Central de déficit de R\$ 139,0 bilhões em 2017 e déficit de R\$ 79,0 bilhões em 2018.

Este ano, quando do envio do PLDO 2018, as projeções foram revistas. Para 2017, o crescimento foi reduzido 0,5%, mantendo-se a previsão para 2018, mas comprometendo a trajetória esperada da atividade. Ainda que o Governo tenha, nos últimos meses, ultimado esforços no sentido de propor medidas para ampliar sua receita primária recorrente e não-recorrente, bem como de aprofundar os cortes da despesa primária, por meio de níveis inéditos de contingenciamento, tornou-se necessária a revisão das previsões de receita e despesa primária, bem como reavaliar a meta prevista para 2017 e 2018.

Vale ressaltar, todavia, que embora as projeções macroeconômicas do orçamento tenham sido revistas, impactando os grandes números orçamentários e as metas de resultado primário para 2017 e 2018, de maneira geral, os principais indicadores macroeconômicos vêm recebendo revisões positivas em linha com as perspectivas de retomada do crescimento econômico e do fim da recessão.

Tabela 2 – Evolução das Expectativas de Mercado

	IPCA		PIB		SELIC*	
	04/08/2016	20/10/2017	04/08/2016	20/10/2017	04/08/2016	20/10/2017
2017	5,15	3,06	1,05	0,73	11,00	7,00
2018	4,50	4,02	2,00	2,50	10,25	7,00
2019	4,50	4,25	2,00	2,50	10,00	8,00
2020	4,50	4,00	2,30	2,50	9,88	8,00

Fonte: BCB, Boletim Focus. * Fim de período. Elaboração: Seplan/MP.

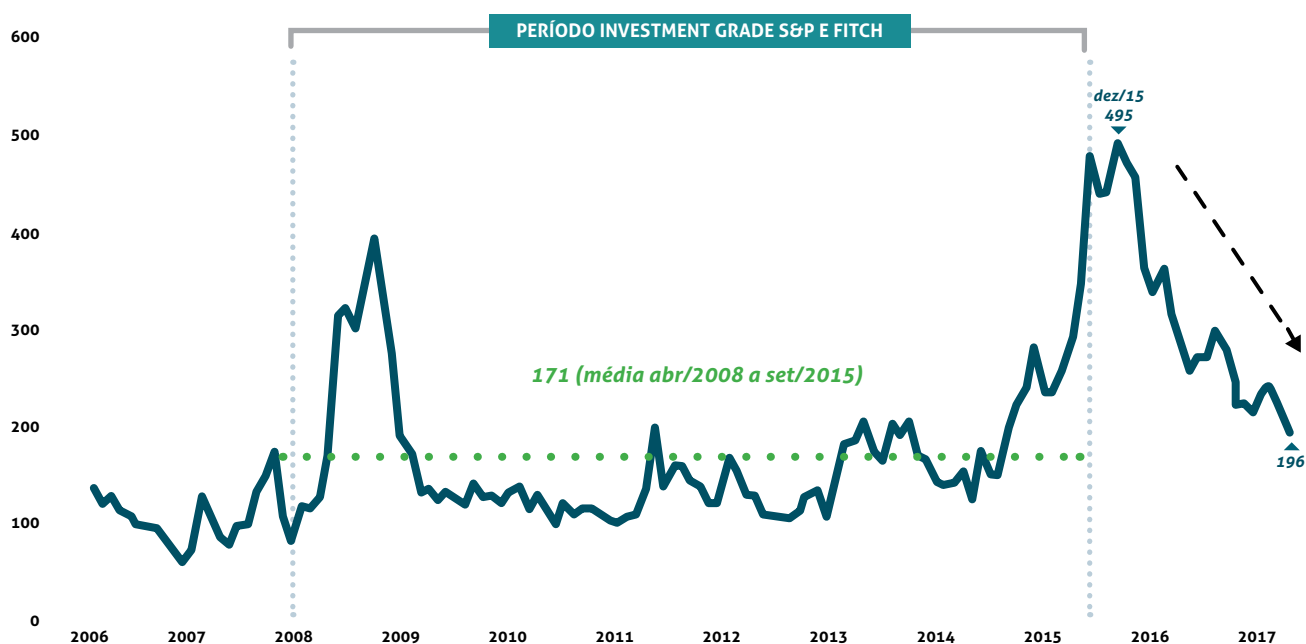
Essa melhora das expectativas é reflexo da evolução positiva da conjuntura econômica neste último ano, como já apresentado, e da confiança dos agentes. Segundo as pesquisas de sondagem da FGV, a confiança da indústria estava, em setembro de 2017, 21,6% mais alta do que em dezembro de 2015, na série com ajuste sazonal. O Comércio registrou aumento de 27,1% da confiança, seguido pelo setor de serviços com elevação de 21,0%, e construção civil, com alta de 6,7%. Por fim, como consequência do cenário mais positivo de inflação, emprego, renda e crédito, além de medidas como os saques e a distribuição de lucros do FGTS, os consumidores hoje estão 27,5% mais confiantes do que no fim de 2015.

O aumento da confiança dos investidores, externos e domésticos, também demonstra que a economia encontra-se na direção certa. Não só o spread de risco-País expresso nos *Credit Default Swaps* (CDS) de 5 anos recuou 60,4% entre dezembro de 2015 e setembro de 2017, refletindo a melhora da percepção de risco de insolvência do País, e está muito próximo do nível médio do período em que os títulos brasileiros eram avaliados como Investment Grade. O mesmo ocorre com os títulos negociados internamente, como a NTN-B,

cuja taxa anual negociada acima do IPCA recuou 32,7%, indicando maior confiança dos investidores no compromisso fiscal do Governo e na sustentabilidade das contas públicas. Por fim, a recuperação do Ibovespa também reflete maior confiança dos investidores na solidez das empresas brasileiras em sua recuperação. Este, que é o principal índice do mercado de capitais brasileiro, registrou valorização de 71,4% entre dezembro de 2015 e setembro de 2017, indicando a valorização de mercado das empresas listadas na Bovespa.

Gráfico 6 - Evolução do Risco-País – Credit default Swap de 5 anos

CDS 5 ANOS (P.B.)



Fonte: Bloomberg

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são, respectivamente, o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que preserve a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante, os quais devem observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Expectativas de inflação doméstica não compatíveis com as metas inflacionárias preestabelecidas influenciaram, preponderantemente, a estratégia adotada para a política monetária brasileira ao longo de 2016. Aliada às expectativas desfavoráveis, a depreciação cambial ocorrida entre 2015 e início de 2016 também contribuiu para o cenário de incertezas. Em resposta, o BCB adotou medidas com o intuito de restabelecer a convergência dos índices de preços às metas de inflação.

Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), nas reuniões de 2016, de janeiro até setembro, considerando que o processo de realinhamento dos preços relativos seguia intensificando-se, tornando o balanço de riscos para a inflação menos favorável, decidiu manter a taxa Selic em 14,25% a.a.. Constatou-se um nível elevado da inflação em 12 meses e expectativas distantes dos objetivos do regime de metas, o que não oferecia condições para flexibilização da política monetária ao longo daquele período.

A partir de outubro de 2016, diante da política monetária restritiva até então adotada, a inflação mostrou-se mais favorável, em parte em decorrência da reversão da alta de preços de alimentos, mas também com sinais de desinflação mais difundida. Esses resultados contribuíram para o recuo das expectativas, sendo que, no horizonte relevante para a condução da política monetária, as projeções convergiam para a meta de 4,5% a.a..

Dessa forma, o Copom decidiu iniciar o ciclo de flexibilização da taxa básica de juros, reduzindo-a naquele momento para 14,00% a.a., ponderando que a atividade econômica estaria um pouco abaixo do esperado no curto prazo e a inflação recente mais favorável, em grande parte devido à reversão da alta de preços de alimentos. A continuidade desse cenário permitiu, na reunião de novembro de 2016, reduzir a taxa para 13,75% a.a.

Nas reuniões seguintes do Copom, realizadas de janeiro até outubro de 2017, a continuidade do cenário benigno da inflação convergente para o centro da meta e o nível de atividade econômica aquém do esperado permitiram a intensificação do ritmo de redução da taxa básica de juros, recuos de 0,75 p.p. na reunião de janeiro e na de fevereiro, e de 1,0 p.p. na reunião de abril, de maio, de julho e de setembro. Na reunião de outubro, houve desaceleração no ritmo de corte na taxa básica de juros, com a taxa Selic atingindo o atual patamar de 7,5% a.a.

Para 2018, a meta de inflação é de 4,5%, com intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 p.p., conforme estabeleceu a Resolução CMN nº 4.499, de 30 de junho de 2016.

Para 2019 e 2020, as metas de inflação foram fixadas em patamares menores, 4,25% e 4,0%, respectivamente, e mantido o intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 p.p., conforme a Resolução CMN nº 4.582, de 29 de junho de 2017. Cabe destacar que, por meio do Decreto Nº 9.083, de 28 de junho de 2017, houve alteração no Decreto nº 3.088/1999 (que estabeleceu a sistemática de metas para a inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária), ampliando de um ano e meio à frente para dois anos e meio à frente o horizonte de fixação das metas. Assim, em junho de 2017, foram fixadas as metas de inflação para o final de 2019 e de 2020. Em junho de 2018, será fixada a meta de 2021, e assim por diante. Segundo o BCB, esse aperfeiçoamento no regime de metas irá permitir maior separação entre sua definição e a condução da política monetária, ampliando a capacidade de a política monetária balizar as expectativas de inflação para prazos mais longos, com redução das incertezas e melhoria da capacidade de planejamento das famílias, empresas e governo.

De acordo com o Copom, a extensão do ciclo de flexibilização monetária dependerá de fatores conjunturais e das estimativas da taxa de juros estrutural da economia brasileira, que também levam em conta a evolução do processo de reformas e ajustes necessários na economia (principalmente das fiscais e creditícias).

A continuidade da convergência da inflação para a meta fixada e a resultante consolidação do cenário de estabilidade macroeconômica duradouro contribuirão para redução progressiva da percepção de

risco macroeconômico. Observe-se que, em cenário de menor volatilidade, o prêmio de risco tende a cair, tornando mais potente o canal de crédito e a política monetária.

Em 2016, as operações de crédito refletiram o processo de pouco dinamismo econômico observado em período recente, trajetória marcada pela retração da atividade econômica, com impacto relevante sobre as contratações de operações com recursos livres. O segmento de crédito direcionado também registrou desaceleração na demanda de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para investimentos, e nas operações de crédito imobiliário, caracterizadas pelas condições mais restritivas na oferta de recursos.

Nessa perspectiva, o saldo total do crédito do sistema financeiro somou R\$ 3.105,5 bilhões ao final de 2016, recuando 3,5% no ano, o que interrompeu o ciclo de alta dos anos anteriores (alta de 6,7% em 2015, de 11,3% em 2014 e de 14,5% em 2013), e a razão crédito/PIB atingiu 49,6% (reco de 4,1 p.p. no ano). A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$ 1.544,9 bilhão, recuo de 9,5% no ano (ante alta de 6,3% em 2015); e a carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.560,6 bilhão, alta de 3,2% no ano (+7,1% em 2015). O saldo das operações de crédito concedidas pelos bancos públicos atingiu R\$ 1.729,7 bilhão em dezembro, com retração de 3,7% no ano, o que representou 55,7% da carteira total do sistema financeiro (similar aos 55,8% em 2015). Os empréstimos efetuados pelas instituições privadas nacionais e instituições estrangeiras apresentaram participações respectivas de 31,4% e 12,9% no total das operações de crédito do sistema financeiro (29,4% e 14,7%, nessa mesma ordem, em 2015).

A trajetória das taxas ativas de juros repercutiu a evolução da taxa básica, observando-se, adicionalmente, o crescimento dos spreads, dos níveis de inadimplência e dos prazos médios das contratações, com algum arrefecimento no final do ano com o início da flexibilização da taxa Selic. A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, consideradas as operações com recursos livres e os direcionados, cresceu 2,5 p.p. no ano (ante 6,1 p.p. em 2015), atingindo 32,2% a.a. em dezembro de 2016. A taxa alcançou 42,0% a.a. nas contratações com famílias (+4,0 p.p.) e 20,1% a.a. no segmento de empresas (reco de 0,6 p.p.). O spread bancário das operações de crédito do sistema financeiro situou-se em 22,7 p.p. em dezembro de 2016 (elevação anual de 4,2 p.p.).

A inadimplência do sistema, referente aos atrasos acima de 90 dias, cresceu 0,3 p.p. no ano, alcançando 3,7% em dezembro de 2016. O nível de atrasos atingiu 3,9% nas operações com pessoas físicas, recuo de 0,3 p.p., e atingiu 3,5% para pessoas jurídicas, após aumento anual de 0,9 p.p. O comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida alcançou 21,5% em dezembro de 2016, alta de 0,2 p.p. no período anual, mas com leve recuo nos primeiros meses de 2017, retornando ao patamar de 21,3% em maio de 2017 (mesmo nível do final de 2015).

Ao longo de 2017, as operações de crédito têm mantido a trajetória de arrefecimento. Todavia, já no meio do ano se nota alguma recuperação na margem, em especial para pessoas físicas, na modalidade de crédito consignado e nas concessões para financiamentos de veículos e imobiliários, devido à gradual retomada da confiança de empresários e consumidores e alguma melhora das condições do mercado de crédito – redução das taxas de juros, dos spreads e dos níveis de inadimplência. Nesse sentido, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.046,8 bilhões em agosto de 2017, redução de 1,9% no acumulado do ano, e estabilidade ante o mês anterior. A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro atingiu 28,5% a.a. em agosto/2017, recuo de 3,7 p.p. no ano, retornando aos patamares de 2015. Concorreu

para esse desempenho o spread das operações (21,3 p.p.), com recuo de 1,4 p.p. no ano, refletindo em parte a redução da taxa básica e a estabilização da inadimplência do sistema, consideradas as operações com atraso superior a noventa dias, no patamar de 3,7%, mesmo nível do final de 2016.

Quanto à política cambial, manteve o regime de taxas flutuantes e o ajuste do nível cambial de acordo com o volume de divisas transacionado no mercado. A taxa média de câmbio em 2016 foi de R\$ 3,45 por US\$, desvalorização de 1,8% em relação à do ano anterior. Em dezembro de 2016, a taxa de câmbio era de R\$ 3,13 por US\$, com forte apreciação ante o fechamento de 2015 (R\$ 3,90 por US\$), refletindo a redução do risco-país e a retomada da confiança na economia brasileira.

Em 2017, até setembro, a média da taxa de câmbio ficou em R\$ 3,177 por US\$, sendo que a taxa de fechamento do mês de setembro foi de R\$ 3,168 por US\$, refletindo relativa estabilidade e redução da volatilidade do mercado.

O mercado de câmbio contratado, que havia sido superavitário em US\$ 9,4 bilhões em 2015, passou a registrar déficit de US\$ 4,25 bilhões em 2016, devido ao fluxo financeiro líquido de remessas ao exterior (US\$ 51,6 bilhões) ter superado o ingresso líquido de recursos no segmento comercial (US\$ 47,3 bilhões).

No acumulado do ano até agosto de 2017 (dia 18), o saldo de câmbio contratado voltou a ser positivo, em US\$ 6,67 bilhões, ante déficit de US\$ 15,76 bilhões em mesmo período de 2016. Em 2017, o segmento comercial foi responsável pela entrada líquida de US\$ 41,7 bilhões, enquanto no financeiro houve remessa líquida de US\$ 35,0 bilhões.

Em 2016, a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio resultou em compras líquidas de US\$ 5,1 bilhões (ante vendas líquidas de US\$ 1,8 bilhão em 2015), no que se refere às linhas com o compromisso de recompra. De janeiro a julho de 2017, o Banco Central do Brasil comprou liquidamente US\$ 7,2 bilhões nessas operações das linhas de recompra. Com esses movimentos, as reservas internacionais do Brasil (conceito liquidez) totalizaram US\$ 383,1 bilhões em setembro de 2017, com alta ante os US\$ 372,2 bilhões observados ao final de 2016.

A posição líquida em swap cambial, operação em que o BCB assume posição passiva em variação cambial e ativa em taxa de juros doméstica, que era de US\$ 108,1 bilhões, em dezembro de 2015, recuou para US\$ 26,6 bilhões no final de 2016 e alcançou US\$ 27,8 bilhões em agosto de 2017.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2017-2020

A atual política econômica, marcada pelo compromisso de retomada do crescimento de maneira sustentável, pelo ajuste fiscal e pela realização de importantes reformas de natureza estruturante, por medidas de modernização do Estado e pelos aperfeiçoamentos regulatórios, vem obtendo resultados positivos no último ano. Dessa forma, é possível antever evolução positiva do cenário macroeconômico para o 2º semestre de 2017 e os anos de 2018 e 2019.

Para tanto, terá importante contribuição o ciclo de redução da taxa básica de juros Selic, decorrente do processo de desinflação e da sólida condução da política monetária pelo Governo. Com isso, vários gatilhos de promoção do crescimento serão acionados.

Um primeiro gatilho é a normalização da situação financeira das empresas, com a redução do custo do capital e do peso do endividamento sobre seus balanços. Dessa forma, as empresas recuperarão sua capacidade de produzir e investir, impulsionando a atividade e o emprego.

Além disso, a redução da taxa básica de juros afetará positivamente as condições de acesso ao crédito que, juntamente com a recuperação do emprego e a contínua melhora da renda e do poder aquisitivo das famílias pela queda da inflação, levará à retomada do consumo e da demanda doméstica.

O avanço das reformas estruturantes e do ajuste fiscal também serão fatores estabilizadores da economia, afetando as expectativas e o apetite empreendedor, além de atrair capitais externos para investimentos no país. Nesse contexto, o setor externo exercerá importante papel na aceleração do crescimento, seja como fonte de recursos para os projetos do PPI e as rodadas dos blocos do Pré-sal, seja nos fluxos de comércio, sustentando os atuais níveis recorde de superávit comercial, ainda que, com a provável elevação da demanda interna, resulte num maior nível de importações.

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2017 adotou os seguintes parâmetros (Tabela 3):

Tabela 3 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

DISCRIMINAÇÃO	OBSERVADO		PROJEÇÃO*		
	2016	2017	2018	2019	2020
PIB: Variação % anual	-3,6	0,5	2,0	2,5	2,6
IPCA: Variação % acumulada no ano	6,3	3,5	4,2	4,2	4,0
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	3,5	3,18	3,29	3,38	3,40
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	14,0	10,0	7,0	7,5	8,0

*Projeções Grade de Parâmetros de 11/09/2017. Fonte: SPE/MF. Elaboração: Seplan/MP.

Quando os efeitos das reformas e medidas alcançarem seu maior potencial, consumo e investimento como componentes da demanda interna passarão a liderar a dinâmica de crescimento, com as exportações e o mercado externo a exercendo papel positivo na retomada. Com isso, as taxas de crescimento do PIB deverão acelerar, alcançando níveis mais próximos do crescimento potencial da economia, tendo sido projetado 2,0% para 2018, 2,5% para 2019 e 2,6% para 2020.

A taxa de inflação, após ter percorrido trajetória que a pôs, em julho de 2017, abaixo do limite inferior da meta, deverá convergir gradualmente para o centro dessa meta devido ao fim do processo de desinflação e ao reaquecimento da economia. Em 2017, projeta-se que o IPCA encerre o ano com 3,5%, aumentando para 4,2% em 2018 e 2019 e retornando a 4,0% em 2020, novo valor da meta de inflação decidido em junho deste ano para 2019 com intervalo de tolerância de -1,5pp e +1,5pp.

A taxa nominal de câmbio também deverá acompanhar a inflação em um processo de undershooting, voltando à trajetória de gradual desvalorização rumo ao patamar mais próximo de seu nível de equilíbrio de longo prazo. Contribuirá para tanto a estabilização dos saldos comercial e em transações correntes com recuperação da demanda doméstica e das importações. Para 2017, a taxa média de câmbio por US\$ deverá ser de R\$ 3,18, com valorização de 8,9% ante a média de 2016; de R\$ 3,29 em 2018, com desvalorização de 3,4% frente à média de 2017; taxa média de R\$ 3,38 em 2019, com desvalorização de 1,6% ante a média de 2018; e de R\$ 3,44 em 2020, com desvalorização de 2,3% frente à média de 2019.

Por fim, a taxa básica Selic deverá prosseguir seu ciclo de redução em linha com a trajetória prevista para inflação. Com isso, projeta-se taxa média de 10,0% a.a. para 2017 e de 7,0% a.a. para 2018. Após esse ajuste, a taxa média passará a 7,5% a.a. em 2019 e a 8,0% a. a. em 2020. A taxa real de juros resultante dessas projeções resulta em 6,3% a.a. em 2017, reduzindo-se para 2,7% a.a. em 2018, voltando a 3,1% em 2019 e a 3,8% em 2020, nível muito positivo para a retomada do investimento nos próximos anos.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2017 E 2018

O conjunto de medidas adotadas pelo Governo com vistas a iniciar o processo de consolidação fiscal, do qual se destacam tanto as de impacto imediato nas contas públicas quanto as iniciativas estruturantes de longo prazo já mencionadas, é essencial para reverter o quadro de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, o qual afeta a sustentabilidade de médio e longo prazo da dívida pública brasileira e impede que a economia se insira em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos.

No caso de 2017, o orçamento aprovado previa um crescimento de 1,6% do PIB, tendo sido revisado para 0,5% no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre, o que gerou um contingenciamento inicial de R\$58,2 bilhões nas despesas discricionárias inicialmente planejadas para o período e atingiu a cifra de R\$28,2 bilhões após a publicação do Relatório de Avaliação do 4º Bimestre.

Ademais, a evolução da despesa primária do Governo Central em 2016 registrou queda de 0,6%, em termos reais no exercício, com trajetória de queda de 1,5% em agosto de 2017 no acumulado em 12 meses. Do total da despesa, a de natureza não-previdenciária foi reduzida ainda mais intensamente, cerca de -5,4% em 2016 e -6,7% em 2017 no acumulado em 12 meses até agosto, o que demonstra o efetivo compromisso do Governo com o ajuste fiscal. Todavia, a despesa previdenciária, de natureza obrigatória, cresceu, em termos reais, 7,2% em 2016 e registra alta de 6,6% em 2017 no acumulado em 12 meses até agosto. Este resultado oferece o claro retrato da importância e da urgência da Reforma da Previdência para a sustentabilidade das contas públicas.

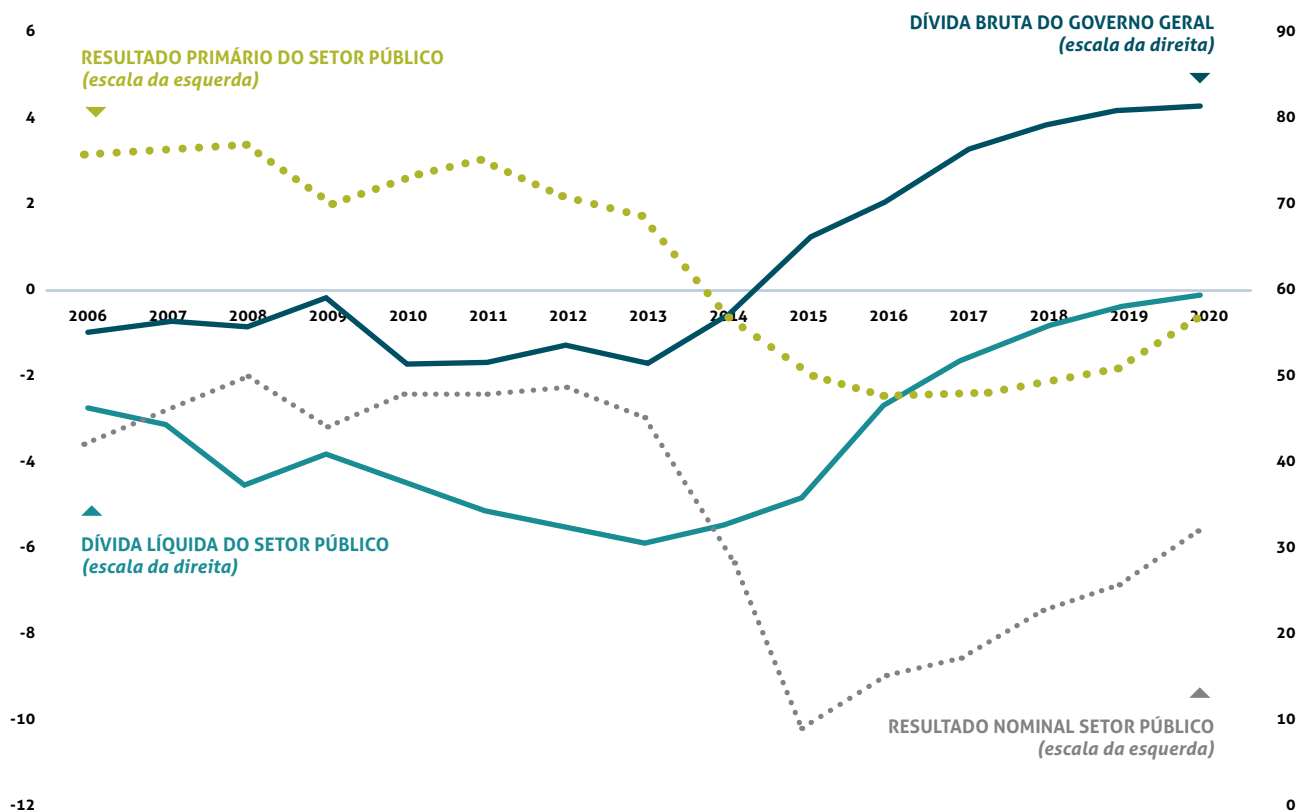
Do ponto de vista das receitas, a mudança no cenário base para 2017 resultou na estimativa de aproximadamente R\$64,4 bilhões em frustrações na receita administrada e previdenciária, as quais, sendo parcialmente compensadas pela estimativa de acréscimo de R\$14,1 bilhões na receita não administrada, deverão resultar em frustração da receita total de R\$50,4 bilhões para o ano.

Em relação a 2018, o cenário base de desempenho do PIB partiu de uma estimativa inicial de 2,5% para 2,0%, além de redução na inflação medida pelo IPCA de 4,5% para 4,2%.

Nesse contexto, a meta de déficit primário de R\$159,0 bilhões para o Governo Central estabelecida para 2017 e 2018, assim como as metas indicativas de déficit primário de R\$139,0 bilhões e R\$65,0 bilhões para 2019 e 2020, respectivamente, em conjunto com o resultado estimado para estados e municípios constante nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, implicará desaceleração do crescimento da relação dívida x PIB em 2020, quando a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá atingir 80,7% do PIB, após registrar 75,7% em 2017, 78,5% em 2018 e 80,3% em 2019.

O gráfico a seguir mostra a evolução estimada das dívidas líquida e bruta e dos resultados primário e nominal do setor público consolidado até 2020:

Gráfico 7: Dívida Líquida e Bruta do Setor Público - Resultado Primário e Nominal (% do PIB)



BCB. Para 2017 a 2020, estimativas realizadas a partir das metas fiscais, de acordo com a proposta de alteração da LDO encaminhada em agosto de 2017, e parâmetros macroeconômicos. Elaboração: SEPLAN/MP.

Com a recuperação econômica, conforme sinais positivos mostrados anteriormente, e com as reformas em andamento, que darão maior eficiência ao Estado, a implementação das metas fiscais e a retomada dos resultados superavitários, que, conseqüentemente, estabilizarão a relação dívida pública/PIB no médio prazo, permitirão o fortalecimento das estratégias de crescimento sustentável do país.

Capítulo 2

DESTAQUE SETORIAL

Saúde

Educação

Ciência e Tecnologia

Agricultura

Segurança Pública

Defesa

Investimentos em infraestrutura

SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. De relevância pública, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constituem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferente de outros órgãos, há uma proteção adicional à aplicação de recursos para Saúde. O texto constitucional protege o montante de recursos aplicados no setor, determinando que na vigência do Novo Regime Fiscal, a União aportará pelo menos o valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde no ano anterior, corrigidos pela variação do IPCA de 12 meses. Para 2018, essa correção será de 3% (três por cento).

Na proposta orçamentária, o Ministério da Saúde estabeleceu algumas áreas de atuação prioritárias, dentre as quais se destacam: Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade; Assistência Farmacêutica; e Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental.

A Atenção Básica em saúde refere-se ao cuidado integral dos indivíduos em suas localidades, o que deve impactar na melhoria das condições de saúde de toda a população. Nesse sentido, a Estratégia de Saúde da Família permanecerá sendo a principal forma de atuação do Ministério da Saúde na área. Suas ações contemplarão a manutenção e expansão de equipes multiprofissionais por todo o território nacional com capacidade de prevenção e resolução de problemas e de encaminhamento adequado às redes de Atenção de Média e Alta Complexidade. O Governo Federal alocará mais de 17,4 bilhões para custeio da Atenção Básica por meio de repasse de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios.

Adicionalmente, o Governo Federal investirá R\$ 3,3 bilhões no Programa Mais Médicos, buscando garantir atendimento em variadas regiões do país com escassez desses profissionais.

O apoio aos serviços de Média e Alta Complexidade envolve o aporte de recursos na assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades, os quais são descentralizados para Estados e Municípios. Em 2018, o Governo Federal destinará R\$ 47,9 bilhões à área. Desse montante, destaca-se o custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que receberá aporte de R\$ 1,1 bilhão.

A Assistência Farmacêutica distribui-se entre variadas ações orçamentárias, totalizando R\$ 13,6 bilhões. Deste valor, destacam-se o apoio para aquisição de medicamentos especializados, no montante de R\$ 7,3 bilhões; o Programa Farmácia Popular, com R\$ 3 bilhões; e a assistência farmacêutica na Atenção Básica R\$ 1,5 bilhão.

As ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental realizadas pelo SUS têm como finalidade impedir que a saúde humana seja exposta a riscos e combater as causas dos efeitos negativos gerados nas quais serão aportados cerca de R\$ 8 bilhões. Destes, R\$ 4,8 bilhões na produção, compra e distribuição de

insumos para prevenção e controle de doenças, incluindo vacinas. Cerca de R\$ 2,5 bilhões serão repassados aos entes federados para realizar ações de vigilância em saúde.

Finalmente, o Ministério da Saúde realizará em 2018 um conjunto de investimentos, da ordem de R\$ 2,9 bilhão, dos quais, parte dos recursos serão canalizados para o apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada, com aporte de R\$ 517,0 milhões e à Rede de Urgências e Emergências, com R\$ 318 milhões. O apoio aos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e Esgoto em Municípios com população até 50.000 habitantes contará com R\$ 433,6 milhões.

EDUCAÇÃO

O direito à Educação é consagrado na Constituição Federal de 1988 e faz parte dos chamados direitos sociais, cuja diretriz é o valor da igualdade entre as pessoas. Assim o Estado possui a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O constante desenvolvimento de novas tecnologias e o redesenho dos processos produtivos a nível mundial, tornam indispensáveis a formação de uma população cada vez mais qualificada técnica e profissionalmente. Nesse contexto, o papel da Educação mostra-se preponderante ao desenvolvimento e crescimento sustentável do país.

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, reforçou uma visão sistêmica da educação, determinando diretrizes, metas e estratégias integradas. Dessa forma, o Ministério da Educação vem desempenhando suas competências no âmbito da política nacional de educação, cujas principais iniciativas a serem desenvolvidas no exercício de 2018, são apresentadas a seguir:

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). O governo federal repassa, a Estados, Municípios, Distrito Federal e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Em 2018, o Governo Federal alocará R\$ 4.147,0 milhões no PNAE para beneficiar cerca de 44 milhões de estudantes brasileiros, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional. O montante alocado incorpora reajuste no valor per capita concedido em 2017.

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu a política de fomento à implementação de **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, com foco na aprendizagem do aluno e manutenção dos jovens na escola. Com isso, a carga horária mínima anual passou a ser de 800 horas, o que deve aumentar progressivamente para 1.400 horas no prazo máximo de cinco anos.

Com essa iniciativa, o Governo Federal vai repassar, pelo prazo de 10 anos por escola, recursos para os Estados e para o Distrito Federal que devem ser aplicados na remuneração e aperfeiçoamento dos professores, aquisição de material didático-escolar, manutenção de programas de transporte escolar entre outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Para 2018, o repasse proposto é de R\$ 638,0 milhões.

Também foi lançada, em 2017, a nova **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, definida como o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. A Base norteia as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Com a nova BNCC, toda criança deve estar plenamente alfabetizada até o fim do segundo ano do ensino fundamental. A Base também propõe a flexibilização da grade curricular do ensino médio permitindo que o estudante escolha a área de conhecimento em que deseja aprofundar os seus estudos. É a oferta de proposta curricular que atenda às necessidades individuais dos estudantes e ofereça oportunidades iguais às dos principais países do mundo. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. A nova Base possibilitará que cada um dos estudantes persiga o caminho de suas vocações, seja para os estudos no nível superior, ou para entrar no mercado de trabalho. Para 2018, estão previstos R\$ 104,5 milhões na iniciativa.

O **Medio Tec** está inserido na reforma do Ensino Médio e faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 2018 serão alocados R\$ 284,4 milhões para atender cerca de 15 mil vagas ofertadas. A iniciativa constitui-se numa ação de fortalecimento e ampliação da oferta de vagas gratuitas de cursos técnicos a alunos que estejam cursando o ensino médio, seja na mesma ou em outra instituição, na rede pública de educação. A oferta de vagas é organizada com base nas demandas do mercado de trabalho segundo projeções de crescimento dos diversos setores produtivos, econômicos e sociais das diversas regiões do país. Dessa forma, procura-se estimular os jovens brasileiros a buscar a carreira técnica como opção profissional.

Por sua vez, o **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)** concede financiamento a estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva do Ministério da Educação. A Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, lançou o novo Fies-2018, alterando diversas regras do programa. As modificações foram realizadas principalmente para reduzir os riscos orçamentários e financeiros do Fundo e garantir a sua sustentabilidade. No exercício de 2018 serão destinados R\$ 17.749,2 milhões para atender os financiamentos realizados e R\$ 1.650,0 milhões para despesas com a operacionalização do programa.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Estão previstos R\$ 218,4 milhões para a Construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração. O Brasil é o único país da América Latina a possuir um laboratório da referida luz, capaz de analisar a natureza por meio de radiações eletromagnéticas, cujo objetivo é desenvolver materiais de alto desempenho, mais econômicos e menos nocivos ao meio ambiente, além de gerar conhecimentos para aplicação em diversas áreas, como, agricultura, energia e fármacos. Sirius, a nova fonte de luz síncrotron brasileira, será a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no país e uma das primeiras fontes de luz Síncrotron de 4ª geração do mundo.

Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e que financia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, serão destinados R\$ 1.064,3 milhões.

No âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, serão alocados R\$ 1.146,5 milhões para concessão de bolsas de estudo de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e de iniciação científica visando a qualificação de pessoal, no intuito de fomentar ciência, tecnologia e inovação, e contribuir para o avanço das fronteiras do conhecimento, desenvolvimento sustentável e soberania nacional.

AGRICULTURA

A subvenção ao prêmio do seguro rural é um instrumentos de política agrícola previstos no Plano Agrícola e Pecuário, que objetiva reduzir o preço pago pelo produtor na contratação de seguro rural frente ao preço cobrado pelas instituições seguradoras privadas. Em 2018, haverá R\$ 410,0 milhões nessa política pública, beneficiando cerca de 49 mil produtores rurais.

A área de Defesa Agropecuária é responsável pela execução das ações de Estado para prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas nos animais e vegetais. Sua atuação é fundamental para a oferta de alimentos seguros, evitando possíveis riscos à saúde do consumidor e práticas desleais de comércio. Parte razoável dos recursos da defesa agropecuária são transferidos às unidades da federação em apoio à execução conjunta dos planos de prevenção e controle. Para essas despesas, serão aportados R\$ 230,4 milhões. Além disso, em 2018, está prevista a contratação de 300 novos auditores fiscais federais agropecuários para reforçar a área de fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Política Nacional de Segurança Pública está voltada à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que mitigam as causas da violência e da criminalidade no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de crimes.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública apoia, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica; programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros, os citados devem estar enquadrados nas diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), cujos objetivos principais são: redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; racionalização e modernização do sistema penitenciário; combate integrado à criminalidade organizada transnacional. Para o desenvolvimento dessas atividades serão disponibilizados, em 2018, o montante de R\$ 561,9 milhões, visando ao fortalecimento de instituições de segurança pública e R\$ 63,2 milhões, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, à implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade.

A Polícia Federal tem o objetivo de aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, a lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Para a realização dessas missões, serão disponibilizados, no exercício de 2018, R\$ 1.135,9 milhões para viabilizar o aprimoramento da Polícia Federal, dos quais R\$ 253,1 milhões permitirá a manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros.

A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, por meio de suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente no roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para essas ações, serão destinados, em 2018, R\$ 620,4 milhões.

O Fundo Penitenciário Nacional possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de estabelecimentos penais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar que orienta e acompanha réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desenvolvimento dessas atividades serão aplicados R\$ 570,0 milhões em 2018.

DEFESA

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, é responsável pelos serviços operacionais de comunicação, navegação aérea, vigilância e mensagens de tráfego aéreo e, para 2018, R\$ 1.441,6 milhões foram alocados para que não haja o aumento dos custos aeroviários e a diminuição do nível de segurança de voo. A adequada operação necessita de constante manutenção de equipamentos e sistemas, com implementação do plano de atualização de sistemas e equipamentos, a fim de evitar obsolescência dos meios de controle do tráfego aéreo e riscos à segurança do sistema aéreo, além do cumprimento de acordos firmados junto a organismos internacionais.

A Constituição Federal, no seu art. 142, prevê a participação das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem - GLO, a qual encontra-se disciplinada na Lei Complementar nº 97, de 1999, e no Decreto nº 3.897, de 2001. Há três espécies de atuação da GLO pelas Forças Armadas: GLO eleitoral - para garantir o livre exercício do voto e a regularidade das eleições, GLO preventiva - em eventos com participação estrangeira ou que tenham grande repercussão nacional ou internacional e GLO repressiva subsidiária e excepcional, - comoção interna ou grave perturbação da ordem pública, nos casos em que forem indisponíveis, inexistentes ou insuficientes o conjunto das Forças de Segurança Pública estadual, federal e do Distrito Federal, expressamente reconhecidos pelo Governador e Presidente da República. Para 2018, a GLO repressiva subsidiária e excepcional possui o montante de R\$ 133,1 milhões.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Os investimentos em infraestrutura têm sido fundamentais para o desenvolvimento e resgate da cidadania porque geram empregos e democratizam oportunidades. Além disso, são necessários para a retomada do crescimento econômico do país.

Para 2018, o PLOA reservou recursos a serem destinados a investimentos públicos estratégicos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com dotações para ações em três eixos e o setor de Defesa, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Recursos destinados à infraestrutura, estruturados por eixos

(Em R\$ bilhões)

EIXO	PLOA 2018
<i>Infraestrutura Social e Urbana</i>	10,9
<i>Infraestrutura Logística</i>	10,1
<i>Infraestrutura Energética</i>	0,4
<i>Defesa</i>	4,5
TOTAL	25,9

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Os recursos em Infraestrutura Social e Urbana abrangem os investimentos com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além dos benefícios alcançados com a disponibilização de infraestrutura física, as dimensões sociais, urbanas e culturais. Para esse eixo estão previstos cerca de R\$ 10,9 bilhões. As ações impactam a vida cotidiana das pessoas, famílias, comunidades, cidades e regiões, com reflexo no desenvolvimento econômico, na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, e estão estruturadas nas seguintes áreas: educação, saúde, esporte, habitação, mobilidade urbana, saneamento, recursos hídricos, prevenção em áreas de risco, equipamentos urbanos e cultura. Os investimentos são realizados pela própria União e em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado, que atendem ao conjunto dos municípios brasileiros. A partir desse conjunto de ações, os investimentos vêm transformando a vida de milhões de brasileiros, viabilizando: o acesso à moradia digna e aos serviços de abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto sanitário; a destinação adequada de resíduos sólidos; a prevenção de desastres; oferta de água e energia elétrica; a melhoria dos serviços de transporte coletivo urbano; a recuperação de sítios históricos; e a oferta de equipamentos urbanos.

Nesse eixo, o Minha Casa, Minha Vida foi responsável por realizar o sonho da casa própria de mais de 3,5 milhões de famílias que tiveram suas casas entregues até o primeiro semestre de 2017. Lançado em 2009,

o seu objetivo é reduzir o déficit habitacional por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as destinadas à população de baixa renda, e já contratou mais de 4,7 milhões de unidades em todo o país. Em 2018, estão previstos R\$ 5,2 bilhões em investimentos, com a expectativa de contratar mais 325 mil unidades habitacionais para atender as famílias com renda mensal de até R\$ 4.000,00, além de dar continuidade à execução de mais 600 mil, contratadas ou em fase de contratação, para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00.

Ressalta-se também o Cartão Reforma, cujo objetivo é atuar na redução do déficit habitacional qualitativo, com atendimento às famílias que já possuem moradia, porém sofrem com inadequações. Criado pela Medida Provisória nº 751, de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.439, de 2017, o subsídio visa beneficiar, até 2018, aproximadamente 135 mil famílias com renda mensal de até R\$ 2.811,00, por meio da concessão de subvenção econômica para a aquisição de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou conclusão de imóveis.

E na área de urbanização de assentamentos precários, o Governo Federal, por meio de parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sociais, dará continuidade à execução de 722 operações que beneficiarão aproximadamente 1 milhão de famílias em todo o país, integrando ações de caráter urbanístico, habitacional, fundiário, social e ambiental.

Para a mobilidade urbana, estão previstos recursos para o apoio à implementação de empreendimentos estruturantes que proporcionem a melhoria da qualidade do transporte público e a redução do tempo de deslocamento das pessoas nas médias e grandes cidades brasileiras, além de regiões metropolitanas. Os recursos totalizam R\$ 728,2 milhões e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta e média capacidade, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho, trem urbano, BRT (Bus Rapid Transit) e BRS (Bus Rapid Service), além da implantação de corredores fluviais e exclusivos de ônibus, terminais de integração e demais intervenções que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos.

As intervenções de saneamento melhoram a qualidade de vida nos centros urbanos por meio da oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o PLOA 2018 prevê recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão para beneficiar famílias com o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), abastecimento de água, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e ações de saneamento integrado. Dentre as ações previstas, serão destinados recursos para a implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água em Municípios de até 50 mil habitantes, com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

O Governo Federal também investirá na expansão da oferta de água em todo o país. As obras de infraestrutura hídrica ampliam o acesso da população à água nos mais diversos usos (consumo humano, dessedentação animal, agricultura irrigada e atividade industrial, entre outros), contribuindo para a expansão da atividade econômica e o desenvolvimento social. Neste momento em que regiões brasileiras sofrem com a escassez hídrica, a estratégia é priorizar os investimentos públicos em obras que viabilizem a integração entre regiões hidrográficas, rios, reservatórios e demais infraestruturas hídricas. Com a execução de obras estruturantes e reabilitação de infraestrutura existente, busca-se a expansão da disponibilidade e segurança hídrica, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes.

Nesse contexto, o Projeto de Integração do Rio São Francisco é fundamental para o combate à escassez no Nordeste Setentrional, sendo a maior obra de infraestrutura hídrica do país, com recursos previstos no montante de R\$ 1,4 bilhão. O uso racional dos recursos hídricos é fundamental para a sustentabilidade hídrica dos rios. Por esse motivo, os investimentos na revitalização da Bacia do Rio São Francisco continuarão, de maneira a possibilitar a disponibilidade hídrica da bacia e recuperar áreas degradadas.

No que concerne à Prevenção em Áreas de Risco houve avanço na priorização de intervenções estruturais preventivas que visam minimizar ou mesmo eliminar os efeitos adversos de desastres naturais. Com esse objetivo, o Governo Federal vem atuando em três diferentes frentes de ação: drenagem em áreas urbanas; contenção de encostas; e contenção de cheias.

O Cidades Históricas abrange recursos destinados à preservação de sítios urbanos históricos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, auxiliando na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade cultural das comunidades, e à Inclusão Digital, cujo objetivo é ampliar o acesso à internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países.

Nesse eixo, está em fase de finalização o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que visa ampliar o acesso de regiões remotas do país à internet de qualidade e conferir caráter exclusivo às comunicações de uso militar. Em 2018, haverá investimentos na infraestrutura de operação terrestre, uma vez que o Satélite foi lançado nesse ano.

Os investimentos no eixo Infraestrutura Logística objetivam ampliar a qualidade dos serviços de transporte para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, criam empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. Nas cinco áreas que compõem este eixo (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), o planejamento e respectivas execuções ocorrem de forma complementar entre os diferentes modais e geram soluções logísticas integradas. Por 2018, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 10,1 bilhões.

Os investimentos em rodovias, no valor de R\$ 6,3 bilhões, são decisivos para o transporte de pessoas e produtos, bem como para a integração regional, visto que aumentam a cobertura geográfica por meio de construções e pavimentações e mantêm os trechos pavimentados em condições adequadas, além de melhorar e ampliar as circunstâncias de rodagem e a segurança dos usuários com a manutenção e operação da malha rodoviária federal.

Para o transporte ferroviário está previsto R\$ 611,5 milhões, com foco no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção. Além disso, as obras ampliam a interação com o sistema portuário para otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos.

Quanto ao modal aeroportuário, a aviação brasileira contribui para retomada do crescimento, o que impõe a necessidade de assegurar mais confiabilidade, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2018, R\$ 1,5 bilhão para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros.

A atividade portuária, que contará com R\$ 562,2 milhões, é uma das principais indutoras do desenvolvimento brasileiro, além de ser crucial para o equilíbrio da balança comercial. Os empreendimentos priorizam as dragagens, as obras de acesso terrestre, a modernização portuária, a melhoria da gestão dos portos, do controle do tráfego de navios e a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem para a competitividade dos produtos nacionais e a produtividade operacional e, com isso, dinamizam a economia e reduzem o “Custo Brasil”.

No setor hidroviário há, em andamento, estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do país e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

No terceiro eixo, denominado Infraestrutura Energética, há investimentos previstos de R\$ 386,6 milhões, o qual no Orçamento Fiscal, objetiva garantir as pesquisas para a segurança energética visando, entre outras ações, a exploração e produção de petróleo e gás natural no pré e pós-sal. Contempla, ainda, ações de estudos e desenvolvimento nas áreas de geração de energia e mineração. No âmbito da ampliação de capacidade e domínio tecnológico, serão realizados investimentos de cerca de R\$ 316,6 milhões para implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) destinado à produção de radioisótopos, com aplicação na medicina nuclear, na indústria, na agricultura e no meio ambiente; à ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité (BA), com vistas ao aumento da produção nacional; e à implantação do Projeto Sirius, por meio da construção de novo laboratório de luz síncrotron de 4ª geração voltada ao estudo de materiais em Campinas (SP).

Para o setor de Defesa serão investidos, no próximo exercício, recursos da ordem de R\$ 4,5 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas e novos desafios tecnológicos e científicos nacionais. Destaca-se a aquisição de novos helicópteros de médio porte HX-BR, que já estão atendendo, simultaneamente, às três Forças, com unidades adicionais sendo construídas na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia francesa.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, está em curso o Projeto KC-X, uma nova aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que criará melhores condições para o transporte militar, além de abrir novos mercados internacionais à indústria aeronáutica brasileira. Na mesma linha, cabe ressaltar a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com o governo da Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração cujo objetivo é proteger o território nacional.

No que tange à Marinha do Brasil, destacam-se os investimentos na área nuclear, pioneira no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear, e na construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Também será dada a continuidade, em parceria com o governo francês, no desenvolvimento de submarinos. O projeto prevê a construção do submarino de propulsão nuclear de quatro submarinos convencionais, do estaleiro e da base naval em Itaguaí (RJ).

No Exército Brasileiro, menciona-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (Sisfron), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos no país, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto Astros 2020, desenvolvido pela indústria nacional, aumentará a defesa terrestre, dotando o país de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

Capítulo 3

AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 5 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2016, na Lei Orçamentária de 2017 e na reprogramação de 2017, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2018 (PLOA-2018).

Vale destacar que a meta de resultado primário para o PLOA 2018 constante da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, LDO-2018, originalmente fixada em - R\$ 129,0 bilhões, foi alterada para R\$ 159,0 bilhões por meio da Lei nº 13.480, de 13 setembro de 2017.

Cumprir ressaltar, ainda, que o Banco Central do Brasil (BCB) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fixada para o exercício.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- 1. variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou*
- 2. soma dos itens de receitas e despesas.*

O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado pelo BCB e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado "acima da linha", é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

Tabela 5 - Demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2016		LOA 2017		REPROGRAMAÇÃO 2017		PLOA 2018	
	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.314.952,9	21,14	1.422.815,5	20,86	1.372.462,7	20,68	1.456.468,9	20,43
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS)	819.588,6	13,18	881.587,5	12,92	822.679,2	12,40	886.688,7	12,44
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	358.137,3	5,76	381.109,5	5,59	375.590,1	5,66	403.426,0	5,66
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil	137.226,9	2,21	160.118,5	2,35	174.193,3	2,62	166.354,1	2,33
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	220.959,3	3,55	225.938,6	3,31	218.839,6	3,30	235.072,8	3,30
II.1. Cide combustíveis	1.351,1	0,02	1.223,5	0,02	1.726,7	0,03	1.840,5	0,03
II.2. Exploração de Recursos Naturais	16.290,1	0,26	18.983,0	0,28	22.968,8	0,35	27.866,6	0,39
II.3. Contribuição do Salário Educação	11.830,4	0,19	12.531,9	0,18	12.156,2	0,18	12.951,8	0,18
II.4. FPE/FPM/IFI-EE	190.339,0	3,06	191.549,9	2,81	180.414,7	2,72	190.797,4	2,68
II.5. Demais	1.148,7	0,02	1.650,3	0,02	1.573,2	0,02	1.616,5	0,02
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	1.093.993,6	17,59	1.196.876,9	17,54	1.153.623,1	17,38	1.221.396,0	17,13
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	1.229.324,8	19,76	1.336.436,4	19,59	1.305.119,7	19,66	1.365.282,3	19,15
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	258.836,7	4,16	285.579,5	4,19	285.895,5	4,31	297.849,7	4,18
IV.2. Benefícios da Previdência	510.089,0	8,20	562.369,4	8,24	559.751,9	8,43	596.268,4	8,36
IV.3. Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo	209.172,5	3,36	211.503,7	3,10	212.938,1	3,21	220.981,1	3,10
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	55.703,9	0,90	57.440,7	0,84	60.003,2	0,90	62.587,1	0,88
IV.3.2. Anistiados	199,2	0,00	250,3	0,00	195,7	0,00	275,2	0,00
IV.3.3. Apoio Financeiro aos Municípios / Estados	2.900,0	0,05						
IV.3.4. Auxílio à CDE					11,2	0,00		
IV.3.5. Indenizações e Benefícios de Legislação Especial	558,9	0,01	785,8	0,01	757,7	0,01	723,9	0,01
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	49.002,8	0,79	50.948,8	0,75	53.589,1	0,81	55.958,8	0,78
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.974,2	0,10	5.596,1	0,08	5.162,4	0,08	5.459,7	0,08
IV.3.8. Créditos Extraordinários	4.011,3	0,06			182,2	0,00		
IV.3.9. Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	18.485,3	0,30	16.002,9	0,23	14.456,5	0,22	11.546,9	0,16
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	12.544,7	0,20	13.969,8	0,20	13.037,4	0,20	14.054,3	0,20
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF	1.158,3	0,02	2.313,7	0,03	1.546,7	0,02	1.655,3	0,02
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	11.766,4	0,19	14.754,2	0,22	14.313,1	0,22	14.636,3	0,21
IV.3.13. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	5.850,0	0,09	3.860,4	0,06	3.860,4	0,06	1.900,0	0,03
IV.3.14. Reserva de Contingência			0,7	0,00	0,7	0,00	13.945,1	0,20
IV.3.15. Sentenças Judiciais de Custeio e Capital	10.166,1	0,16	11.315,3	0,17	10.792,6	0,16	14.586,2	0,20
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proagro	29.778,8	0,48	33.024,0	0,48	33.760,5	0,51	22.421,9	0,31
IV.3.17. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	283,6	0,00	345,2	0,01	341,0	0,01	297,4	0,00
IV.3.18. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	788,8	0,01	895,7	0,01	927,9	0,01	933,0	0,01
IV.4. Obrigatórias com Controle de Fluxo	125.217,7	2,01	129.751,5	1,90	127.675,3	1,92	137.628,8	1,93
IV.5. Despesas Discricionárias	126.008,9	2,03	147.232,3	2,16	118.858,8	1,79	112.554,4	1,58
V. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV)	-135.331,3	-2,18	-139.559,5	-2,05	-151.496,6	-2,28	-143.886,3	-2,02
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	8.682,5	0,14	12.060,7	0,18	17.018,0	0,26	16.359,1	0,23

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2016		LOA 2017		REPROGRAMAÇÃO 2017		PLOA 2018	
	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB	MILHÕES % PIB R\$	% PIB
VI.1. Empréstimos Líquidos	379,9	0,01	1.329,6	0,02	1.821,5	0,03	1.424,2	0,02
VI.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	8.302,6	0,13	10.731,2	0,16	15.196,5	0,23	14.934,9	0,21
VII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO	-10.241,6	-0,16	12.627,9	0,19	9.514,6	0,14	1.245,4	0,02
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	-154.255,4	-2,48	-138.992,3	-2,04	-159.000,0	-2,40	-159.000,0	-2,23
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-5.218,0	-0,08						
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	-159.473,4	-2,56	-138.992,3	-2,04	-159.000,0	-2,40	-159.000,0	-2,23
XI. META DE RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL	-170.496,0	-2,74	-139.000,0	-2,04	-159.000,0	-2,40	-159.000,0	-2,23
XII. JUROS NOMINAIS	-318.362,0	-5,12	-321.423,0	-4,71	-333.040,0	-5,02	-272.614,0	-3,82
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (X + XIV)	-477.835,4	-7,68	-460.415,3	-6,75	-492.040,0	-7,41	-431.614,0	-6,05
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	1.520.934,3	24,45	1.992.615,7	29,21	1.992.615,7	30,02	2.044.368,7	28,67
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	758.566,7	12,19	946.407,7	13,87	946.407,7	14,26	1.157.215,4	16,23
XIV.2. Emissão de Títulos	293.280,9	4,71	622.118,2	9,12	622.118,2	9,37	495.853,5	6,95
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	155.045,0	2,49	29.599,5	0,43	29.599,5	0,45	166.859,1	2,34
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	92.648,1	1,49	114.535,6	1,68	114.535,6	1,73	92.832,6	1,30
XIV.5. Demais	221.393,6	3,56	279.954,7	4,10	279.954,7	4,22	131.608,1	1,85
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.211.189,8	19,47	1.853.056,3	27,16	1.853.056,3	27,92	1.900.482,5	26,65
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	205.008,8	3,30	339.076,9	4,97	339.076,9	5,11	316.241,3	4,44
XV.2. Amortização da Dívida	925.331,6	14,88	1.383.191,3	20,28	1.383.191,3	20,84	1.462.585,9	20,51
XV.3. Demais	80.849,4	1,30	130.788,1	1,92	130.788,1	1,97	121.655,2	1,71

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal necessária para a estabilização da relação dívida/ PIB no médio prazo, conforme as atuais diretrizes de política fiscal e as mudanças ocorridas no cenário econômico. Assim, o PLOA-2018 pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2018, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA 2018, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.456,5 bilhões, sendo R\$ 886,7 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/ MF), líquida de incentivos fiscais, R\$ 403,4 bilhões, à arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, R\$ 166,4 bilhões, às demais receitas primárias.

As receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, no setor privado interno e/ou externo. São adquiridas no mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo) e outras.

Para 2018, o PLOA considera um total de R\$ 2.044,4 bilhões em receitas financeiras. Desse total, R\$ 1.157,2 bilhões referem-se a captações para refinanciamento do estoque da dívida, R\$ 495,9 bilhões relacionados à emissão de títulos, R\$ 166,9 bilhões referentes ao retorno das operações oficiais de crédito (amortizações e juros), R\$ 92,8 bilhões na remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e R\$ 131,6 bilhões relacionados a demais receitas financeiras, como as obtidas por meio de operações de crédito, remunerações a depósitos bancários, resultado do banco central, entre outras.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias, as quais não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante considerado primário.

Para o PLOA-2018, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R\$ 1.600,4 bilhões, sendo R\$ 235,1 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 297,8 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 596,3 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 221,0 bilhões para as despesas obrigatórias com controle de fluxo, R\$ 137,6 bilhões para as despesas com controle de fluxo do Poder Executivo e R\$ 112,5 bilhões para as despesas discricionárias. A esses valores, acrescentam-se R\$ 16,4 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias com impacto primário.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário a fim de facilitar a respectiva apuração.

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

A projeção da receita primária para 2018, no montante de R\$ 1,456 trilhão, com acréscimo de 5,5% em relação à estimativa atualizada para o ano de 2017, adotou como base de cálculo os valores arrecadados de agosto/2016 a julho/2017, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros relacionados à atividade econômica, aos índices de preço e à taxa de câmbio projetados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), em 11 de setembro de 2017.

Dentre os parâmetros, destacam-se: a) o crescimento real da economia (estimado em 2,0% para 2018); b) a inflação acumulada apurada pelo IPCA (4,2% para 2018) e pelo IGP-DI (4,5% para 2018); c) a expansão na

quantidade importada, sem combustível (13,1% para 2018); d) a variação da massa salarial nominal (6,1% em 2018); e e) a variação média na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (3,4% em 2018).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, às receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos:

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Estima-se para o ano de 2018 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R\$ 886,7,0 bilhões.

ARRECAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado Sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa às contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Compõe, ainda, as receitas do RGPS, o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a qual determina que a União compense o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

Ressalta-se também que as receitas relativas aos setores que foram beneficiados com tal desoneração têm a contribuição calculada sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha de salários.

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2018, líquida dos valores correspondentes às transferências ao “Sistema S”, totaliza R\$ 391,9 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados de agosto/2016 a julho/2017. Além da previsão normal, considerou-se um aporte de R\$ 11,5 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 403,4 bilhões.

RECEITAS ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como nos setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2018, no montante de R\$ 18,9 bilhões, é calculado em função da expectativa de ingresso de recursos dos serviços já concedidos e a conceder, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos. Entre as novas concessões, destacam-se: novos contratos de concessão de usinas hidrelétricas, com previsão de R\$ 12,2 bilhões; concessão de aeroportos, cuja previsão de receita a ser auferida na ocasião da assinatura dos contratos é de R\$ 3,7 bilhões; concessão da Loteria Instantânea (Lotex), no valor de R\$ 958,0 milhões; e concessão ferroviária, com R\$ 274,0 milhões.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal, totalizando R\$ 6,8 bilhões.

Exploração de Recursos Naturais: parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, outros recursos minerais e hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas. Projeta-se um montante total de R\$ 44,9 bilhões, com destaque para as advindas da compensação pela exploração do petróleo, que somam R\$ 38,4 bilhões. Para 2018, foi incluída a previsão de comercialização de óleo e gás natural destinados à União nos contratos de partilha de produção e nos Acordos de Individualização da Produção (AIPs), relativos às áreas unitizáveis, totalizando R\$ 506,0 milhões. Ademais, o valor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais foi revista de acordo com as regras da Medida Provisória nº 789, de 25 de julho de 2017.

Receitas Próprias: receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação. Estima-se um total de R\$ 14,4 bilhões para 2018.

Contribuição do Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. O PLOA 2018 projeta uma arrecadação de R\$ 21,6 bilhões.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, cuja projeção é de R\$ 15,9 bilhões, incluindo o impacto da revisão da alíquota para 14%.

Operações com Ativos: considera a expectativa de venda de ativos da União, como cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos e participações societárias, no montante de R\$ 2,5 bilhões.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas, num total de R\$ 35,9 bilhões.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 166,1 bilhões para 2018, com redução em relação à estimativa atualizada para 2017 de aproximadamente 4,9%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA e o Câmbio.

OBSERVAÇÃO ACERCA DAS REGRAS PARA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS

Mudanças legais e decisões judiciais levaram, nos últimos anos, a algumas modificações importantes na distribuição de recursos derivados de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Neste contexto, destaca-se a incerteza inerente à interpretação da Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, vis-à-vis a medida cautelar deferida na ADI nº 4917 MC/DF pelo Supremo Tribunal Federal.

A Lei nº 12.734, de 2012, provocou uma série de mudanças na repartição daqueles recursos. Em função disso, o Governador do Estado do Rio de Janeiro ajuizou, em 2013, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as novas regras de repartição. A medida cautelar, presente na ADI, foi deferida pelo STF.

Até o Orçamento de 2017, o Poder Executivo, com base na interpretação da Advocacia-Geral da União-AGU, exarada no Parecer nº 21/2014/SGS/AGU, de 25 de agosto de 2014, vinha alocando os recursos da União conforme os ditames da Lei nº 12.734, de 2012, e os recursos dos entes federados de acordo com o estabelecido na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

O referido parecer da AGU indica que a alocação dos recursos da União, conforme no Fundo Social, como feito entre 2015 e 2017, poderia ser realizado por meio de julgamento de conveniência e oportunidade pelo Poder Executivo. A partir da elaboração do Orçamento de 2018, julgou-se mais prudente alocar tais recursos segundo a destinação prevista na Lei nº 9.478, de 1997, a fim de compatibilizar o Orçamento com a efetiva arrecadação.

MEDIDAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS

Foram consideradas, na projeção de receitas, as seguintes medidas administrativas e legislativas em tramitação:

Tabela 6 - Medidas Legislativas

MEDIDAS PROPOSTAS	TRIBUTO	IMPACTO BRUTO (R\$ milhões)
1) Ajustes no Imposto de Renda sobre Fundos de Investimento e operações em bolsa de valores de mercadorias e futuros	IRRF - Capital	10.384,0
2) Reoneração da Folha	Receita Previdenciária	8.370,9
3) Redução da COFINS em função da reoneração da folha	COFINS	-2.549,3
4) Aumento da alíquota da CPSS para 14%	Contribuição do Servidor	2.112,6
	Contribuição Patronal	2.759,0

Fontes: Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB do Ministério da Fazenda (Medidas 1 a 3) / SOF (Medida 4).

1. Ajustes no Imposto de Renda sobre Fundos de Investimento e operações em bolsa de valores, de mercadorias e futuros

O principal impacto arrecadatário desta medida deriva da mudança nas regras tributárias que regem os fundos de investimento.

Os fundos de investimento fechados apresentam uma sensível vantagem tributária quando comparados com os abertos, uma vez que, nos fechados, não ocorre a antecipação semestral do imposto de renda, conhecida como “come-cotas”. O recolhimento do tributo nestes fundos, portanto, se restringe ao momento do resgate.

A medida do governo busca equiparar as regras de tributação entre fundos abertos e fechados, o que aumentaria a incidência tributária sobre os fundos fechados e acarretaria acréscimo na arrecadação do imposto de renda.

2. Reoneração da folha

A medida revoga a contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta – CPRB de que tratam os arts. 7º, 7º-A, 8º, 8º-A, 9º e 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para alguns setores da economia. A incidência desta contribuição sobre o faturamento reduzia a arrecadação tributária e pressionava as contas da previdência social. A revogação, portanto, reduz o gasto tributário e, conseqüentemente, estimula a arrecadação.

Cabe acrescentar que, com a medida de reoneração da folha, a Secretaria do Tesouro Nacional será capaz de reduzir o montante aportado ao RGPS a título de compensação pelas desonerações.

3. Redução da COFINS em função da Reoneração da Folha

A medida prevê a revogação da alíquota adicional de 1% da COFINS- Importação, prevista no § 21 do art. 8º da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004, na redação dada pelo art. 12 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

A instituição daquele adicional buscava compensar a perda de arrecadação decorrente da instituição da contribuição previdenciária sobre o faturamento de empresas fabricantes dos produtos constantes do Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

A revogação da contribuição sobre o faturamento tornará desnecessária essa compensação. Assim, o governo propõe revogar também o adicional da COFINS - Importação incidente sobre o produto importado, em cumprimento às regras da Organização Mundial do Comércio.

4. Aumento da alíquota da CPSS para 14%

A Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS) recai sobre servidores públicos dos três Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações. Atualmente, no caso de servidores ativos que tenham ingressado no serviço público antes da data de instituição do regime de previdência complementar e que não tenham aderido ao mencionado regime posteriormente, recolhe-se 11% sobre o total da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887 de 2004. No caso dos demais servidores ativos, incide 11% sobre a parcela da base de contribuição que não exceder ao limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social. Por fim, aos inativos cabe a alíquota de 11% sobre os proventos e pensões que superem o teto previdenciário, tal qual previsto no art. 6º da referida lei.

A medida legal que foi incorporada na Lei Orçamentária e que implica aumento na arrecadação prevista consiste na alteração das alíquotas desta contribuição. A alíquota mudaria de 11% para 14%, no caso de rendas, pensões e proventos superiores ao teto previdenciário. A incidência sobre valores inferiores ao teto, por sua vez, permaneceria inalterada.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), da Exploração de Recursos Naturais, da receita de Concursos de Prognósticos, de Concessões de Florestas Nacionais e das receitas patrimoniais de Foro e Taxa de Ocupação.

Cumprir esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da nota de empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente aos 2% adicionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituídos pelas Emendas Constitucionais nº 55, de 20 de setembro de 2007, e nº 84, de 2 de dezembro de 2014, e da CIDE – Combustíveis são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2017 e repassados em 2018, e os de 2018, a serem repassados em 2019. O valor desse ajuste para 2018 é de R\$ 319,5 milhões.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade e são classificadas como obrigatórias ou discricionárias. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2017 e 2018, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2018 é de R\$ 926,0 milhões.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme regra estabelecida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2017, estimada em

3,10%, mais a taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o período de 2016 a título de aumento real, o que nesse caso não será concedido, pois foi de -3,59%. Desse modo, o salário mínimo previsto para 2018 está estimado em R\$ 965,0, refletindo um aumento de 3,00% frente ao valor vigente em 2017 de R\$ 937,00.

DESPESAS OBRIGATÓRIAS SEM CONTROLE DE FLUXO DO PODER EXECUTIVO

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); os Subsídios e as Subvenções Econômicas.

DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM CONTROLE DE FLUXO DO PODER EXECUTIVO

No que se refere às despesas obrigatórias com controle de fluxo, consideram-se, nesse grupo, as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa-Família, conforme tabela a seguir:

Tabela 7 - Despesas obrigatórias com controle de fluxo

	PLOA (R\$ MILHÕES)
Auxílio a Servidores	13.512,2
Bolsa Família	28.665,7
Demais	5.640,8
Educação	6.439,5
Saúde	83.370,6
Total	137.628,8

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias relativas aos identificadores de Resultado Primário 2 e 3, sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2018, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo

de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2019. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R\$ 1.141,8 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e em R\$ 282,4 milhões no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Impacta o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R\$ 881,0 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio desses, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2018, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz R\$ 8.771,0 milhões.

Em 2017, foi incluído nesse grupo de despesas o impacto primário decorrente das operações de concessão de financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Ao longo deste ano, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil intensificaram os trabalhos acerca das potenciais causas da discrepância estatística entre o resultado primário apurado pela STN (acima da linha) e pelo BCB (abaixo da linha). O FIES foi identificado como principal causa dessa discrepância, e, como resultado, a STN passa a incluir item específico para explicitar o impacto primário do FIES no Resultado do Tesouro Nacional, e, conseqüentemente, na programação financeira. Para 2018, projeta-se que a despesa com impacto primário do FIES totalizará R\$ 5.282,9 milhões.

PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2018, são apresentados a seguir:

Tabela 8 - Parâmetros Macroeconômicos

PIB			MERCADO DE TRABALHO - VAR. MÉDIA S/ANO ANTERIOR			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
7.130.393	2,0%	5,3%	6,1%	0,7%	1,7%	5,4%

INFLAÇÃO - IGP/DI		INFLAÇÃO - IPCA		CÂMBIO - TAXA MÉDIA	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$
3,0%	4,5%	4,2%	4,2%	3,4%	3,29

Fonte: SPE/MF.

NOVO REGIME FISCAL

Conforme previsto no art.10, inciso VII da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO-2018), o Projeto de Lei de Orçamentária de 2018 (PLOA-2018) foi elaborado de forma compatível com os limites de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Resumidamente, o Novo Regime Fiscal busca estabelecer uma trajetória para o gasto público primário da União enquanto vigorar, por meio da fixação do limite com base na execução da despesa do ano anterior, corrigida pela inflação. Determinados itens são excluídos, alguns por constituírem mera transferência de receita a outros entes (como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios), ou despesas extraordinárias e pontuais, como capitalização de empresas públicas, custeio de processos eleitorais ou créditos extraordinários ao orçamento.

Assim sendo, na elaboração do PLOA-2018, além da meta fiscal estabelecida para o Governo Central de déficit de R\$ 159,0 bilhões, foi considerado como limite para as despesas primárias os principais parâmetros estabelecidos no artigo 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. De forma geral, para se obter aquele limite, aplicou-se ao teto dos gastos de 2017 a projeção oficial de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de julho/2016 a junho/2017, no valor de 3,0%.

Seguem tabelas 9, 10, 11, 12 e 13, contendo demonstrativo do cálculo do limite para as despesas primárias considerado no PLOA-2018. Vale ressaltar que, muito embora a PEC estabeleça limites para cada Poder da União separadamente, o PLOA-2018 considerou o limite geral da União, bem como a compensação aos Demais Poderes, conforme o § 7º do art. 107 do ADCT.

Tabela 9 - Base para projeção do limite para as Despesas Primárias no PLOA 2018

	R\$1,00
A. Teto dos Gastos 2017	1.308.621.992.576
B. IPCA (jul/2016 a jun/2017)	3,00%
C. Limite 2018 para União [A x B]	1.347.880.652.354

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tabela 10 - Demonstrativo art. 107 da EC 95/2016

	R\$1,00
(+) TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS	1.600.355.179.525
(-) DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES INDIVIDUALIZADOS (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)	268.078.431.117

		R\$1,00
Transf. Interg. Repartição de Receita		234.804.101.715
FCDF		13.517.620.751
Pleitos Eleitorais		1.081.737.155
Complementação ao FUNDEB		14.054.309.473
Aumento de Capital em Estatais		4.620.662.022
(=) DESPESAS PRIMÁRIAS AUTORIZADAS SUJEITAS A LIMITES INDIVIDUALIZADOS (art. 107, § 4º da EC 95/2016)		1.332.276.748.409
(+) VALOR NÃO PROGRAMADO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO (art. 111, inciso II da EC 95/2016)		170.714.610
(=) VALOR DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.332.447.463.018
(+) Ajuste Caixa/Competência (Float Pessoal)		-925.956.781
(+) Demais Operações que afetam o resultado primário		16.359.146.117
Fabricação de cédulas e moedas		881.000.000
Subsídios aos fundos constitucionais		8.771.005.167
Operações net lending		6.707.140.950
PROEX/PRONAF		1.424.206.606
FIES		5.282.934.344
(=) LIMITE GLOBAL PARA VERIFICAÇÃO CUMPRIMENTO PEC 95 (art. 107, § 10, da EC 95/2016)		1.347.880.652.354

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tabela 11 - Demonstrativo da Despesa Primária por Poder

DISCRIMINAÇÃO	LIMITE 2017	2017 CORRIGIDO POR IPCA 3,0%	LIMITE 2018	COMPENSAÇÃO
	[A]	[B]	[C]	[D] = [C] - [B]
TOTAL GERAL	1.308.621.992.576	1.347.880.652.354	1.347.880.652.354	0
PODER EXECUTIVO	1.252.375.889.495	1.289.947.166.180	1.287.843.076.071	-2.104.090.110
DEMAIS PODERES	56.246.103.081	57.933.486.173	60.037.576.283	2.104.090.110
PODER JUDICIÁRIO	38.613.065.132	39.771.457.086	41.520.040.270	1.748.583.184
Supremo Tribunal Federal	579.440.678	596.823.899	663.871.843	67.047.944
Superior Tribunal de Justiça	1.363.383.213	1.404.284.709	1.404.284.709	0
Justica Federal	9.972.477.364	10.271.651.685	10.595.371.290	323.719.605
Justica Militar da União	490.507.132	505.222.346	512.737.449	7.515.103
Justica Eleitoral	6.638.593.247	6.837.751.044	6.937.390.253	99.639.209
Justica do Trabalho	16.985.398.153	17.494.960.098	18.715.565.160	1.220.605.062
Justica do DF e Territórios	2.406.035.523	2.478.216.589	2.478.216.589	0
Conselho Nacional de Justiça	177.229.822	182.546.717	212.602.977	30.056.260
PODER LEGISLATIVO	11.309.281.953	11.648.560.411	11.896.307.963	247.747.552
Câmara dos Deputados	5.432.090.527	5.595.053.242	5.785.911.062	190.857.820
Senado Federal	3.998.474.185	4.118.428.411	4.146.539.550	28.111.139
Tribunal de Contas da União	1.878.717.241	1.935.078.758	1.963.857.351	28.778.593
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5.830.911.222	6.005.838.559	6.069.487.345	63.648.786
Ministério Público da União	5.755.536.568	5.928.202.665	5.981.918.406	53.715.741
Conselho Nacional do Ministério Público da União	75.374.654	77.635.893	87.568.939	9.933.046
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	492.844.774	507.630.118	551.740.705	44.110.587

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tabela 12 - Compensação do Poder Executivo aos Demais Poderes

R\$1,00	
A. Limite do Poder Executivo	1.289.947.166.180
B. Possibilidade de compensação para os demais poderes, conforme §§ 7º e 8º do art. 107 [A x 0,25%]	3.224.867.915
C. Excesso aprovado no PLOA em relação aos limites da EC 95 para os órgãos dos demais poderes, MPU e DPU	2.104.090.110

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tabela 13 - Demonstração da Compatibilidade dos Limites do Poder Executivo com a Programação do Projeto de Lei Orçamentária para 2018

R\$1,00	
A. Limite do Poder Executivo (Já descontada compensação aos demais Poderes)	1.287.843.076.071
B. Despesas Primárias Totais do Poder Executivo (*)	1.539.235.866.087
B.1. Submetidas ao limite	1.287.672.361.461
B.2. Não submetidas ao limite	251.563.504.626
C. Excesso [A - B.1]	170.714.609

(*) Inclusive transferências por repartição de receita e outros fatores que alteram o resultado.

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2018, conforme disposto no art. 2º, § 1º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode notar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da Venda de Bens e Serviços e em Demais Receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2018.

O item Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

No item Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de royalties, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos Investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2018.

No item Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

No item Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no exercício de 2018, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) como despesas primárias.

Tabela 14

DISCRIMINAÇÃO	2018
	R\$ MILHÕES
I - RECEITAS TOTAIS	41.423
II - DESPESAS TOTAIS	39.693
Investimentos	2.901
Demais Despesas (*)	36.792
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	(98)
IV - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	1.095
Resultado Primário Empresas Estatais	536

Obs.: Valores positivos = superávit.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, considerou-se a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos. Nesse sentido, foi observada a meta, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de acordo com o art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 – LDO 2018, estabelecendo um déficit primário de R\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais). Os programas e as ações propostas têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, afastando a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 15, indicam que 3,68% dos investimentos são financiados por operações de crédito, no sistema financeiro:

Tabela 15 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

DESCRITORES DAS FONTES	PLOA 2017 (R\$ MILHÕES)
Recursos Próprios	64.329
Geração Própria	64.329
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.455
Tesouro – Direto	619
Saldos de Exercícios Anteriores	439
Controladora	397
Outras Estatais	-
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.536
Internas	2.536
Externas	-
Outros Recursos de Longo Prazo	483
Controladora	483
Outras Fontes	-
TOTAL	68.804

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2018 prevê gastos da ordem de R\$ 322,78 bilhões, sendo R\$ 297,85 bilhões para o pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, e R\$ 24,93 bilhões para custear as despesas decorrentes da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público (CPSS).

O crescimento dessas despesas sobre as de 2017, no valor de R\$ 306,66 bilhões, sendo R\$ 285,90 bilhões, relativos às despesas primárias de pessoal, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2017, e R\$ 20,76 bilhões, relativos às despesas financeiras decorrentes da CPSS, é de 5,26% para as despesas totais e de 4,18% para as despesas primárias.

Do total das despesas primárias, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,3%, 10,7% e 84,4%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público da União (MPU) correspondem a 0,1% e 1,5%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 16: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

R\$ bilhões

PODER	PLOA-2018				% DA RCL, CONF. LRF	RCL 2018	% DE UTILIZAÇÃO
	DESP. PRIMÁRIAS	DESP. FINANC.	TOTAL	PARTICIP. RELATIVA DESP. PRIMÁRIAS (%)			
	(a)	(b)	c = (a + b)	(d)			
Legislativo	9,72	0,77	10,49	3,3%	2,500%		1,24%
Judiciário	31,89	4,78	36,67	10,7%			4,07%
Judiciário, excl. TJDF	29,88	4,45	34,33		6,000%		3,82%
TJDF	2,01	0,33	2,34		0,275%		0,26%
MPU	4,60	0,75	5,35	1,5%			0,59%
MPU, excl. MPDFT	4,00	0,65	4,65		0,600%		0,51%
MPDFT	0,60	0,10	0,70		0,092%		0,08%
DPU	0,28	0,05	0,33	0,1%			
Executivo	251,36	18,58	269,94	84,4%			32,10%
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	229,92	17,50	247,42		37,900%		29,36%
Ex-Território de Roraima	1,04	0,11	1,15		0,160%		0,13%
Ex-Território do Amapá	1,62	0,18	1,80		0,273%		0,21%
FCDF	11,86	0,18	12,04		2,200%		1,51%
Sentenças Judiciais	6,92	0,61	7,53				
TOTAL	297,85	24,93	322,78	100,0%	50,000%	783,00	38,04%

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2018 decorre basicamente:

- *da anualização do aumento remuneratório concedido aos servidores do Poder Judiciário e do MPU, por intermédio das Leis nºs 13.317 e 13.316, ambas de 20 de julho de 2016, respectivamente, e aos docentes do Ministério da Educação, conforme a Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016;*
- *do reajuste dos Militares das Forças Armadas, nos termos da Lei nº 13.321, de 27 de julho de 2016;*
- *do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira aos ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil e do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, nos termos da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017;*
- *de acordos coletivos de trabalho de empresas estatais dependentes;*
- *da inclusão de servidores civis e militares dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá em Quadro em Extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, e nº 79, de 27 de maio de 2014;*
- *da anualização de provimentos de cargos efetivos ocorridos em 2017;*
- *de acréscimo ao limite do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), nos termos da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e dos efeitos do Acórdão nº 1224/2017-TCU-Plenário, que determinou a restituição aos cofres do referido Fundo dos valores relativos às retenções previdenciárias dos servidores civis e dos militares adicionalmente ao limite fixado pela referida Lei;*
- *de provimentos previstos para 2018 decorrentes do Banco de Professor Equivalente, instituído pelos Decretos nºs 7.311, de 22 de setembro de 2010; 7.312, de 22 de setembro de 2010; 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011; e 8.260, de 29 de maio de 2014; e*
- *de outras despesas decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.*

A despesa total com pessoal e encargos sociais, projetada para 2018, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,24% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 4,07%; a do Poder Executivo, 32,10%; e a do MPU, 0,59%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 38,04% da receita corrente líquida prevista para 2018. Nessas condições, o limite global apontado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), está cumprido, mesmo sem computar todas as deduções ao referido limite permitidas pela citada Lei.

É importante registrar, também, que entre as diversas medidas que o Governo está adotando com a finalidade de alcançar o equilíbrio das contas públicas ante a situação fiscal do país, no âmbito das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, podem ser destacadas as relacionadas a seguir, o que gerará uma economia projetada no exercício de 2018, de R\$ 5,29 bilhões:

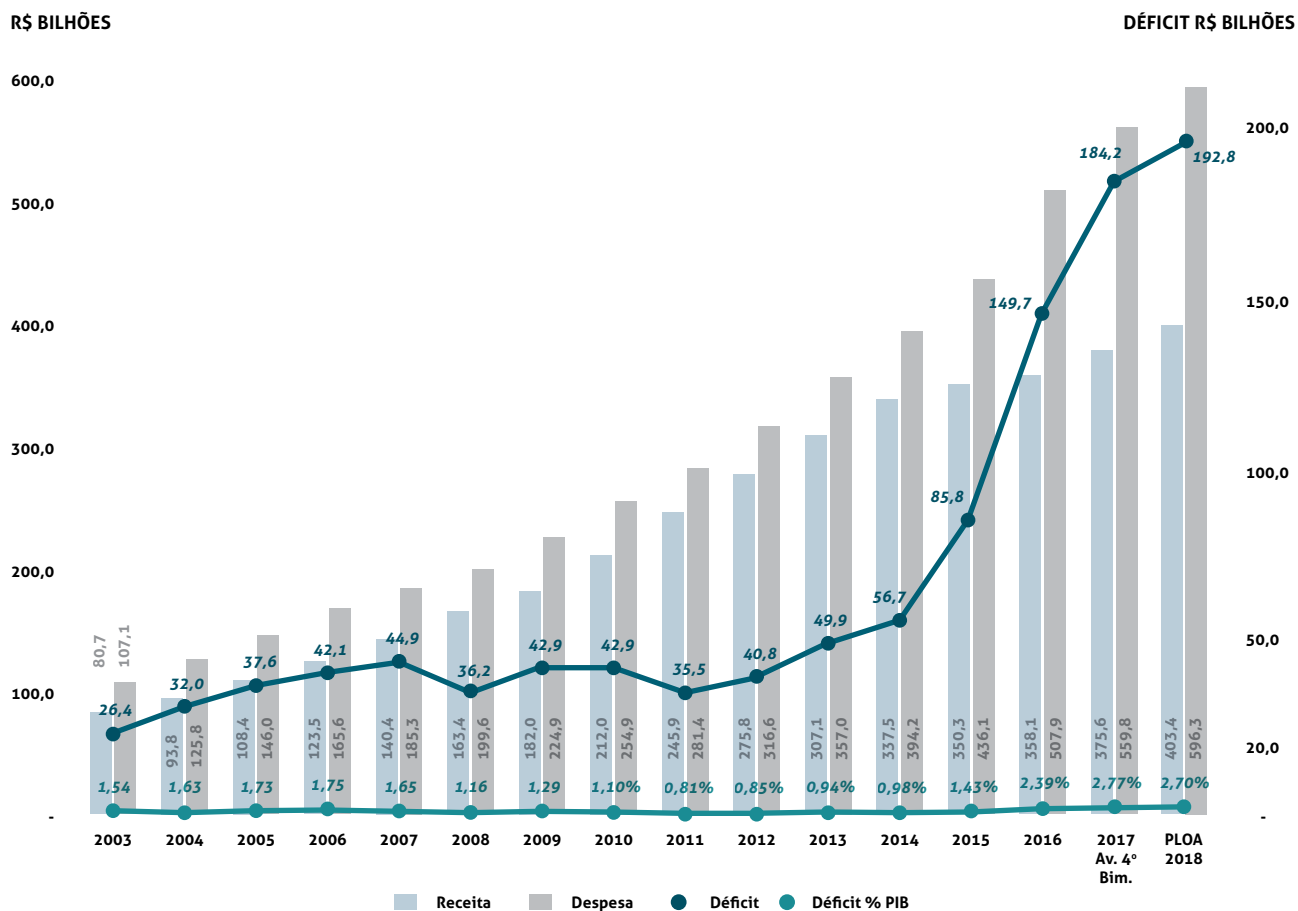
- *adiamento dos reajustes remuneratórios autorizados pelas Leis nºs 13.324, 13.325, 13.326, 13.327, 13.328 e 13.371, todas de 2016 e 13.464, de 2017, previstos para ocorrerem a partir de janeiro de 2018 para janeiro de 2019, no montante de R\$ 5,10 bilhões;*
- *cancelamento do reajuste relativo aos cargos e funções comissionados do Poder Executivo, nos termos das Leis nºs 13.327 e 13.328, de 2016, no montante de R\$ 0,19 bilhões;*
- *não concessão de reajustes remuneratórios para categorias não contempladas nas leis citadas anteriormente; e*
- *ampliação dos níveis remuneratórios do Poder Executivo, com concomitante redução nas remunerações de entrada no serviço público por concurso público*

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 8, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2006, de déficits crescentes em percentual do PIB. Entre 2007 e 2011, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. Após 2011, a tendência é de crescimento do déficit, e, para a adequada compreensão da sua dinâmica, é preciso considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime.

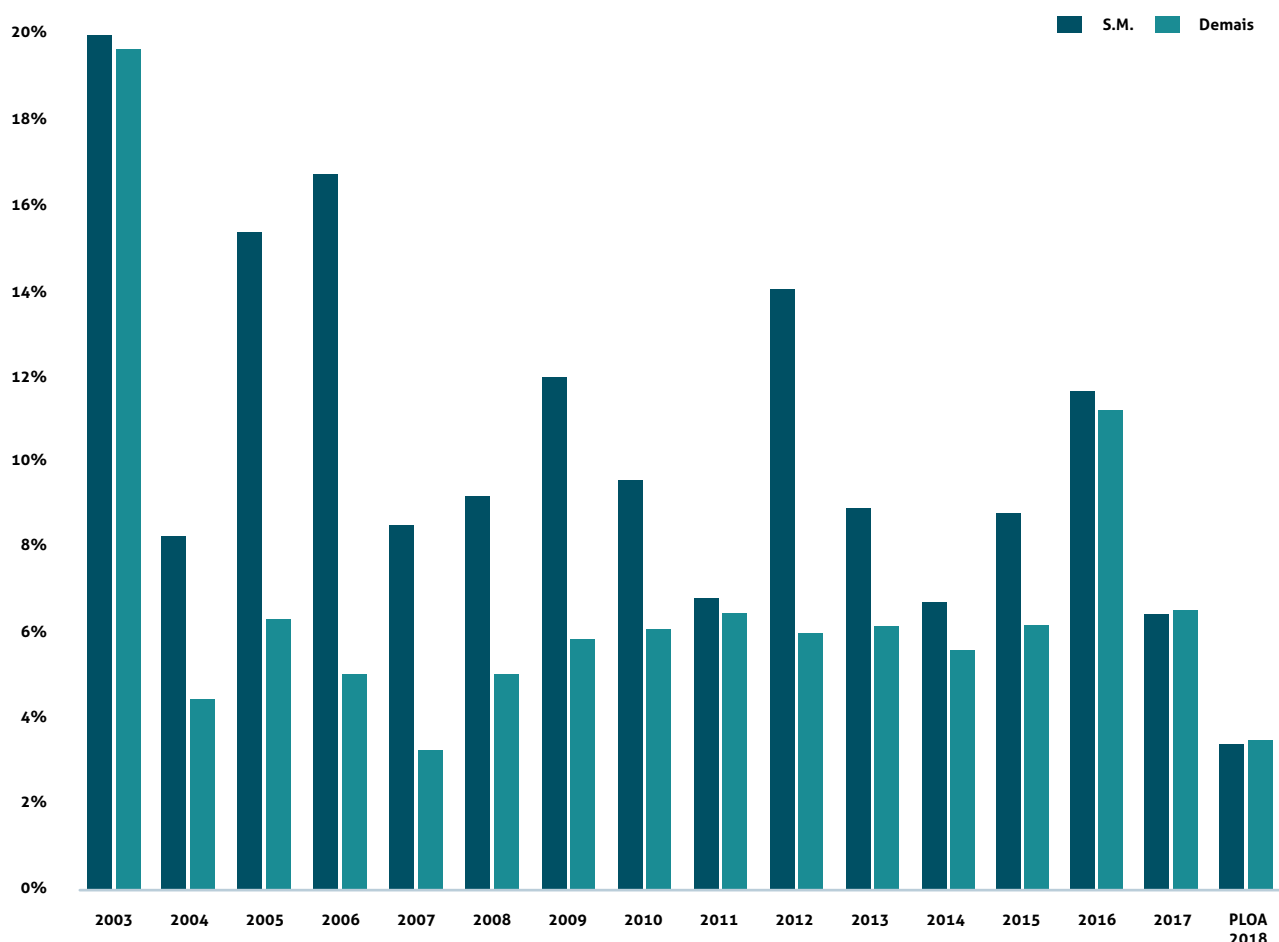
Gráfico 8 - Evolução do Resultado do RGPS



Elaboração: SOF/MP.

Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 9 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo, até o ano passado, são superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. Como em 2015 e 2016 não houve crescimento real do PIB, para 2017 e 2018 a correção do salário mínimo será igual ao INPC.

Gráfico 9 - Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



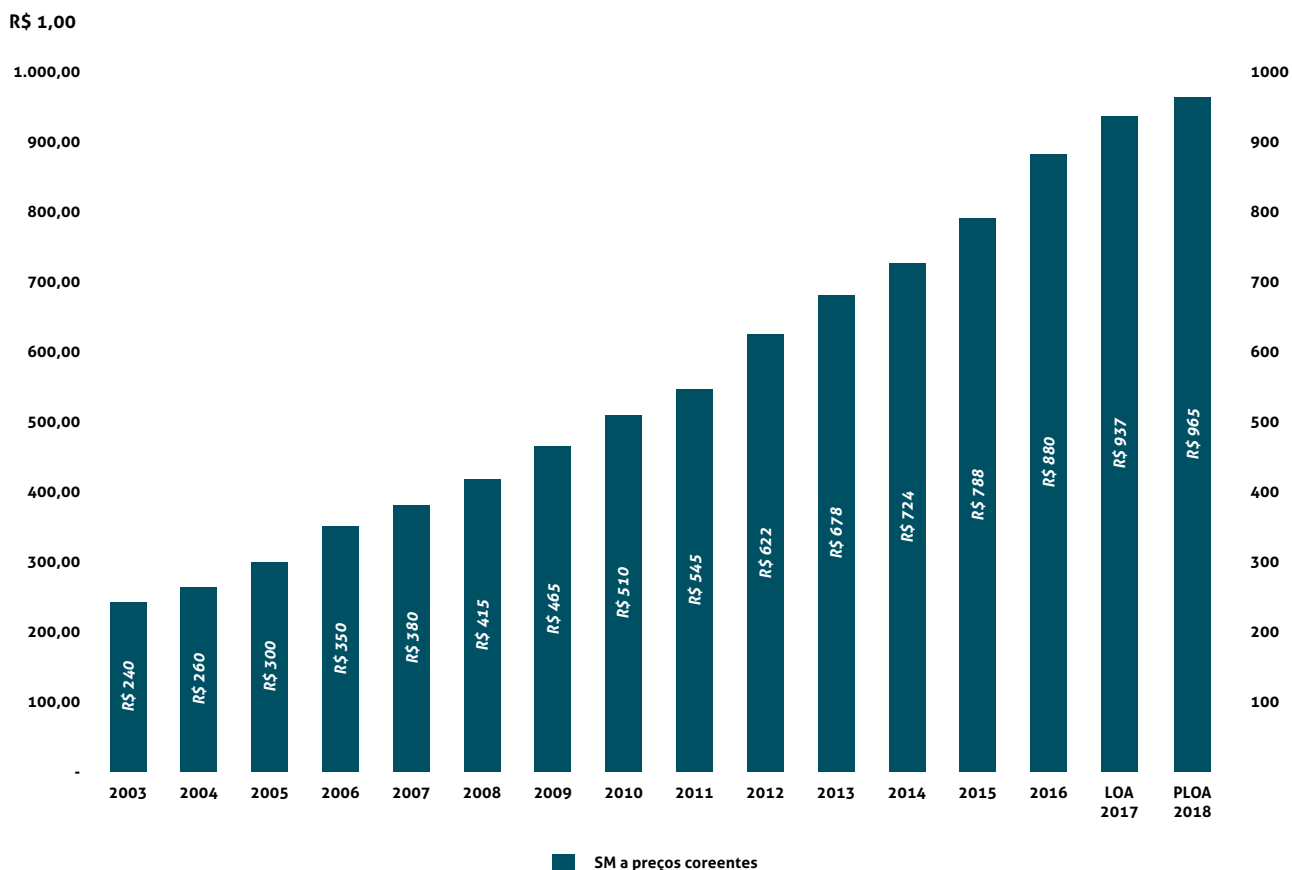
Fonte: SOF/MP.

A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2018, considerando como deflator o INPC médio no ano, observa-se tendência crescente entre 2003 e 2017. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 600,00 no ano de 2005 e de R\$ 900,00 em 2012.

A política de valorização do salário mínimo foi prorrogada até 2019 por meio da Lei no 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual estabelece que a correção do salário mínimo para 2018 será calculada pela variação do INPC estimado para o exercício de 2017 mais o crescimento do PIB real em 2016. Para 2018, não haverá aumento real do salário mínimo, pois não houve crescimento do PIB real no período de referência. Dessa

forma, o salário mínimo deve atingir o patamar de R\$ 965,00. O Gráfico 10 mostra a evolução do valor do salário mínimo.

Gráfico 10 - Evolução do Salário Mínimo



Fonte: SOF/MP

Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 8), observa-se que, após 2011, houve elevação do resultado deficitário, cuja razão maior é a diminuição na arrecadação devido a fatores como queda na atividade econômica, na taxa de crescimento da massa salarial nominal, entre outros, conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Para 2018, projeta-se que o déficit do RGPS aumente tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A massa salarial nominal, que é um dos principais parâmetros para projeção de tais receitas, apresenta, para 2018, variação de 6,2% em relação a 2017.

A projeção do RGPS aponta para déficit de R\$ 192,8 bilhões, ou 2,7% do PIB. O reajuste do salário mínimo será de 3,0%, a partir de janeiro de 2017, conforme regra contida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 2015. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,4%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2018 a sexta de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a alteração do art. 202 da Constituição, pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de

1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Considerando os fatores citados, a projeção da despesa total em 2018, com benefícios, atingiu R\$ 596,3 bilhões, sendo R\$ 579,8 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 13,0 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 3,4 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 403,4 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 6,2%.

A Tabela 17 detalha a estimativa do déficit do RGPS e principais parâmetros adotados.

Tabela 17 - Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

DESCRIÇÃO	PLOA 2018 (MILHÕES)
Arrecadação	403.426
Benefícios	596.268
Benefícios normais	579.833
Precatórios e sentenças	13.018
Comprev	3.417
Resultado	-192.842
HIPÓTESES ADOTADAS	
Massa salarial nominal (%)	6,15%
Reajuste do salário mínimo (%)	3,0%
Valor do salário mínimo (R\$)	965,00
Reajuste dos demais benefícios (%)	3,1%

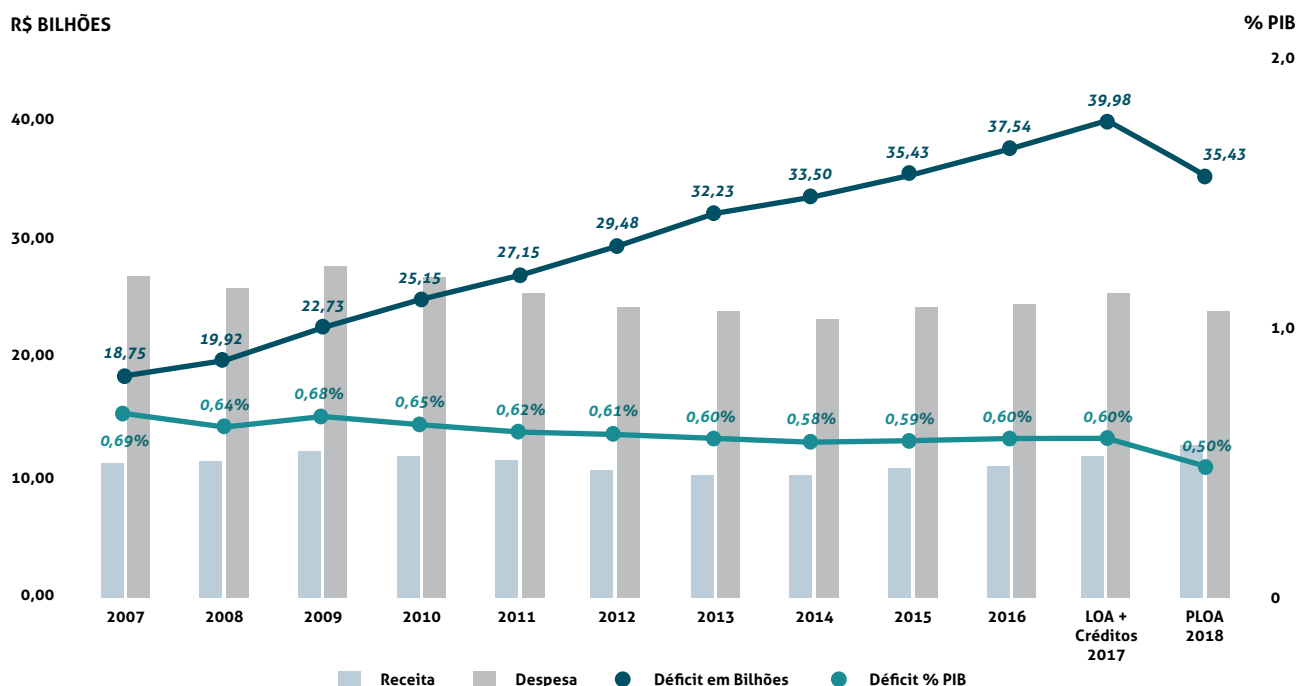
Fonte: SPE/MF e SOF/MP

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÕES MILITARES

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União para 2018 é de R\$ 35,43 bilhões, correspondendo a 0,50% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 11 mostra que o déficit nominal, após longo período de trajetória ascendente até 2017, apresenta redução em 2018, notadamente em função da majoração das alíquotas contributivas do referido regime. Já no tocante ao déficit como percentual do PIB, observa-se continuidade da tendência de redução.

Gráfico 11 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS (% PIB)



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores públicos. A Lei nº 10.887, de

2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor estabelecida, até então, em 11%.

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais:

- *instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;*
- *introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;*
- *diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e*
- *abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.*

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transferiu do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RPPS do servidor público federal.

Em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida Lei, poderão ser criadas até três entidades fechadas de previdência complementar, um para cada Poder, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

Com o advento das entidades fechadas de previdência complementar, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013, e aqueles que por elas optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS.

O objetivo das Fundações é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. As fundações disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela Fundação, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelos planos de benefícios administrados pelas Fundações.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

Finalmente, como forma de minimizar o déficit e a manutenção do RPPS, no exercício de 2018, a contribuição do servidor público ativo, dos aposentados e dos pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, será calculada mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

1. **11% (onze por cento), sobre a parcela da base de contribuição cujo valor seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); e**
2. **14% (quatorze por cento) sobre a parcela da base de contribuição que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).**

Mantém-se inalterada a regra relativa à contribuição patronal, nos termos da Lei nº 10.887, de 2004, ou seja, o dobro da contribuição do servidor, resultando 22% e 28%.

Para o próximo ano, estima-se uma redução de 11,38% do déficit nominal em relação a 2017.

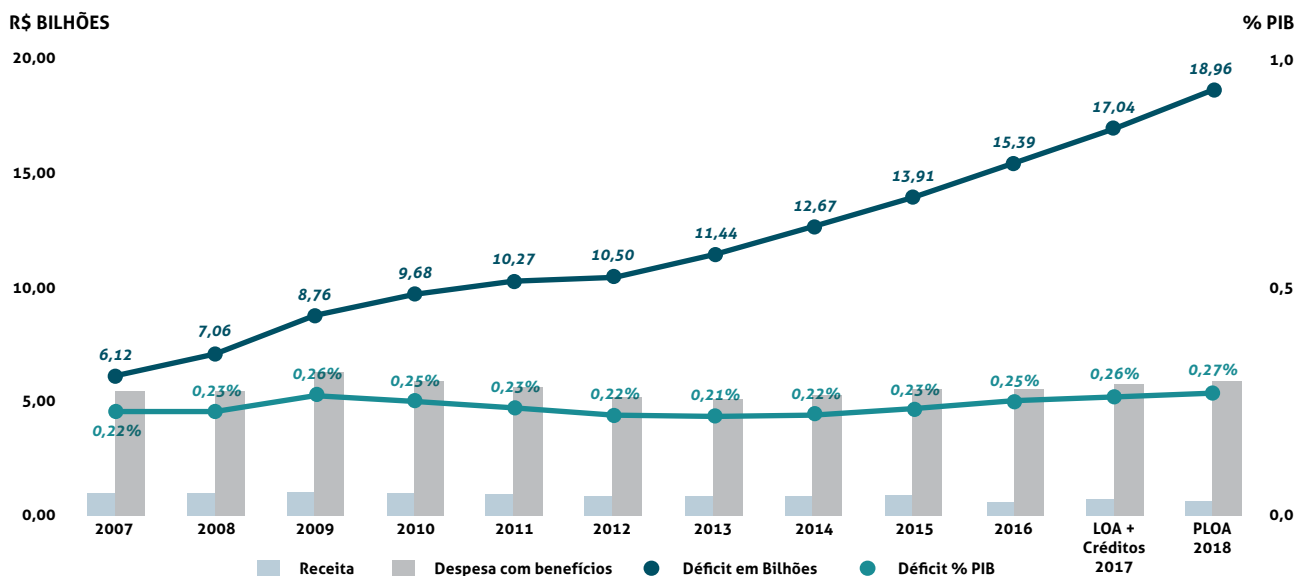
INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÕES DE MILITARES

As sucessivas alterações constitucionais e na legislação infralegal, relativas à criação do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Federal (RPPS), não incluiu os militares das Forças Armadas, implicando a conclusão de que o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, e sim, administrativo. Entretanto, tal conclusão não deve ser aplicada às pensões militares.

Por intermédio do Parecer nº 00016/2015/ASSE/CGU/AGU, de 2 de junho de 2015, a Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) emitiu entendimento sobre o assunto, afirmando que não é possível tratar do Regime Próprio de Previdência dos Militares, por ausência de um Plano de Custeio paralelo a um Plano de Benefício.

O déficit projetado para as pensões de militares para 2018 é de R\$ 18,96 bilhões, correspondendo a 0,27% do PIB previsto para o mesmo ano. O gráfico a seguir mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento. Para o próximo ano, estima-se um crescimento de 11,26% do déficit nominal em relação a 2017.

Gráfico 12 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit das Pensões Militares (%PIB)

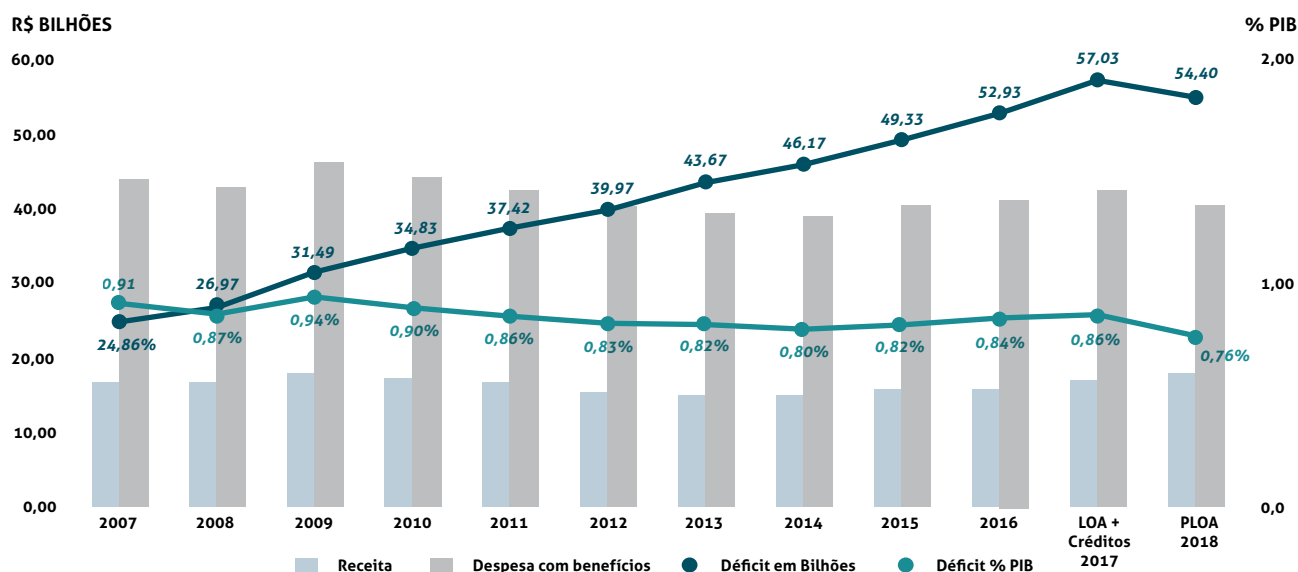


Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

SITUAÇÃO CONSOLIDADA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E DAS PENSÕES DE MILITARES

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União e das pensões militares para 2018 é de R\$ 54,40 bilhões, correspondendo a 0,76% do PIB previsto para o mesmo ano. O gráfico a seguir mostra que o déficit nominal apresenta redução em 2018, notadamente em função da majoração das alíquotas contributivas do RPPS. Para o próximo ano, estima-se uma redução do déficit nominal em 4,61% em relação a 2017.

Gráfico 13 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit das RPPS e das Pensões de Militares (%PIB)



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Capítulo 4

AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2018, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) prevêem uma amortização global maior que novas concessões de empréstimos, gerando uma redução de R\$ 34,9 bilhões no volume de aplicações em operações de crédito.

Neste contexto, destacam-se: o setor Rural apresenta uma redução no fluxo de aplicações na ordem de 53,0%, passando de R\$ 46.588 bilhões em 2017, para R\$ 21.889 bilhões em 2018; o setor Industrial apresenta redução de 90,6%, passando de R\$ 19.706 bilhões em 2017, para R\$ 1.840 bilhão em 2018; o setor de Habitação mostra redução do fluxo de aplicações de R\$ 70.293 bilhões em 2017 para R\$ 28.030 bilhões negativos em 2018; o setor Outros Serviços sofrerá uma redução de 150,36% em relação a 2017; e o setor de Comércio, mostra um incremento líquido de R\$ 13.138 bilhões em relação à 2017.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2018, R\$ 6,0 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,6 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem Manutenção da Infraestrutura de Atendimento por todo o território nacional.

Para aplicação em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 2 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2018, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 53% e 40 %, respectivamente.

ANEXOS

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

Empresa do Setor Produtivo

Empresa do Setor Financeiro

EMPRESA DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.760.945	Receitas	57.749.095
Investimentos	5.519.300	Receita Operacional	54.970.162
Outros Dispêndios de Capital	241.645	Receita não Operacional	2.778.933
Dispêndios Correntes	54.634.571	Total das Fontes	57.749.095
Pessoal e Encargos Sociais	24.937.386	Variação de Capital de Giro	-454.388
Materiais e Produtos	875.413	Variação do Disponível	3.100.809
Serviços de Terceiros	15.891.478		
Utilidades e Serviços	932.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	4.456.206		
Demais Dispêndios Correntes	7.542.088		
Total dos Usos	60.395.516	Total Líquido das Fontes	60.395.516

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.630.000	Receitas	28.906.706
Investimentos	1.630.000	Receita Operacional	22.087.346
Dispêndios Correntes	24.452.570	Receita não Operacional	6.819.360
Pessoal e Encargos Sociais	11.334.175	Total das Fontes	28.906.706
Materiais e Produtos	1.513.934	Variação de Capital de Giro	-3.739.867
Serviços de Terceiros	5.353.788	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	175.294
Utilidades e Serviços	1.784.230	Variação do Disponível	740.437
Tributos e Encargos Parafiscais	2.839.547		
Encargos Financeiros e Outros	532.244		
Outras Fontes	532.244		
Demais Dispêndios Correntes	1.094.652		
Total dos Usos	26.082.570	Total Líquido das Fontes	26.082.570

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	54.393.473	Receitas	359.062.047
Investimentos	51.893.473	Receita Operacional	258.800.407
Outros Dispêndios de Capital	2.500.000	Receita não Operacional	100.261.640
Dispêndios Correntes	293.821.821	Total das Fontes	359.062.047
Pessoal e Encargos Sociais	84.110.263	Variação de Capital de Giro	-10.063.233
Materiais e Produtos	7.834.662	Variação do Disponível	-783.520
Serviços de Terceiros	102.278.155		
Utilidades e Serviços	40.767.557		
Tributos e Encargos Parafiscais	50.831.184		
Demais Dispêndios Correntes	8.000.000		
Total dos Usos	348.215.294	Total Líquido das Fontes	348.215.294

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES
24213 CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.261.600	Receitas	5.726.210
<i>Inversões Financeiras</i>	20.261.600	<i>Receita Operacional</i>	4.079.338
Dispêndios Correntes	12.368.000	<i>Receita não Operacional</i>	1.646.872
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	7.814.272	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.261.600
<i>Materiais e Produtos</i>	7.743	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	20.261.600
<i>Serviços de Terceiros</i>	3.399.512	Total das Fontes	25.987.810
<i>Utilidades e Serviços</i>	49.323	Variação de Capital de Giro	-2.721.997
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	76.580	Variação do Disponível	9.363.787
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.020.570		
Total dos Usos	32.629.600	Total Líquido das Fontes	32.629.600

24214 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.265.561.600	Receitas	21.838.848.079
<i>Investimentos</i>	800.000.000	<i>Receita Operacional</i>	21.167.829.009
<i>Inversões Financeiras</i>	20.261.600	<i>Receita não Operacional</i>	671.019.070
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	445.300.000	Operações de Crédito	445.300.000
<i>Operações Internas</i>	90.000.000	<i>Operações de Crédito Internas – Bens e Serviços</i>	90.000.000
<i>Operações Externas</i>	355.300.000	<i>Operações de Crédito Externas – Bens e Serviços</i>	355.300.000
Dispêndios Correntes	20.767.252.144	Total das Fontes	22.284.148.079
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	11.031.007.827	Variação de Capital de Giro	-1.773.223.338
<i>Materiais e Produtos</i>	272.892.506	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	400.369.372
<i>Serviços de Terceiros</i>	7.112.698.503	Variação do Disponível	1.121.519.631
<i>Utilidades e Serviços</i>	401.693.885		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	942.153.143		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	53.154.708		
<i>Operações Internas</i>	50.698.702		
<i>Operações Externas</i>	32.789		
<i>Outras Fontes</i>	2.423.217		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	953.651.572		
Total dos Usos	22.032.813.744	Total Líquido das Fontes	22.032.813.744

24215 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	163.218.000	Receitas	632.581.770
<i>Investimentos</i>	162.218.000	<i>Receita Operacional</i>	622.691.336
<i>Inversões Financeiras</i>	1.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	9.890.434
Dispêndios Correntes	635.264.398	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	150.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	108.535.171	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	150.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	267.094	Total das Fontes	782.581.770
<i>Serviços de Terceiros</i>	148.370.391	Variação de Capital de Giro	-31.160.573
<i>Utilidades e Serviços</i>	90.796.491	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	10.196.299
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	180.994.986	Variação do Disponível	36.864.902
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	20.615.566		
<i>Operações Internas</i>	7.800.000		
<i>Outras Fontes</i>	12.815.566		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	85.684.699		
Total dos Usos	798.482.398	Total Líquido das Fontes	798.482.398

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	187.000.000	Receitas	3.384.222.461
<i>Investimentos</i>	187.000.000	<i>Receita Operacional</i>	3.053.000.000
Dispêndios Correntes	3.193.475.360	<i>Receita não Operacional</i>	331.222.461
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.066.324.742	Total das Fontes	3.384.222.461
<i>Materiais e Produtos</i>	7.000.000	Variação de Capital de Giro	-19.913.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	358.946.608	Variação do Disponível	16.165.899
<i>Utilidades e Serviços</i>	45.686.245		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	401.447.917		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	24.861.273		
<i>Outras Fontes</i>	24.861.273		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	289.208.575		
Total dos Usos	3.380.475.360	Total Líquido das Fontes	3.380.475.360

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	130.948.769	Receitas	1.322.316.227
<i>Investimentos</i>	76.635.172	<i>Receita Operacional</i>	1.301.174.992
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	50.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	21.141.235
<i>Operações Internas</i>	50.000.000	Total das Fontes	1.322.316.227
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	4.313.597	Variação de Capital de Giro	-31.671.718
Dispêndios Correntes	1.255.899.928	Variação do Disponível	96.204.188
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	456.768.819		
<i>Materiais e Produtos</i>	342.291.453		
<i>Serviços de Terceiros</i>	358.413.793		
<i>Utilidades e Serviços</i>	33.083.261		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	5.834.657		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	26.805.625		
<i>Operações Internas</i>	26.805.625		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	32.702.320		
Total dos Usos	1.386.848.697	Total Líquido das Fontes	1.386.848.697

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	119.765.480	Receitas	48.047.096
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	119.765.480	<i>Receita Operacional</i>	45.231.493
Dispêndios Correntes	26.219.576	<i>Receita não Operacional</i>	2.815.603
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.823.869	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	51.777
<i>Serviços de Terceiros</i>	745.080	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	51.777
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	22.006.491	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	36.317.677
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	8.657	Outros Recursos de Longo Prazo	60.914.371
<i>Outras Fontes</i>	8.657	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	104.743
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.635.479	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	60.809.628
		Total das Fontes	145.330.921
		Variação de Capital de Giro	3.471.452
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.815.603
		Variação do Disponível	-1.714
Total dos Usos	145.985.056	Total Líquido das Fontes	145.985.056

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.570.750.780	Receitas	2.975.022.584
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.570.750.780	<i>Receita Operacional</i>	2.838.747.000
Dispêndios Correntes	1.413.439.622	<i>Receita não Operacional</i>	136.275.584
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	27.933.945	Total das Fontes	2.975.022.584
<i>Serviços de Terceiros</i>	181.884.745	Variação de Capital de Giro	9.207.882
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.162.265.955	Variação do Disponível	-40.064
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	41.354.977		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Total dos Usos	2.984.190.402	Total Líquido das Fontes	2.984.190.402
-----------------------	----------------------	---------------------------------	----------------------

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	52.022.342	Receitas	1.084.070.574
<i>Investimentos</i>	43.475.233	<i>Receita Operacional</i>	1.070.237.557
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	8.547.109	<i>Receita não Operacional</i>	13.833.017
Dispêndios Correntes	1.007.057.166	Total das Fontes	1.084.070.574
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	301.933.634	Variação de Capital de Giro	12.893.465
<i>Materiais e Produtos</i>	61.901.478	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-10.952.587
<i>Serviços de Terceiros</i>	422.459.836	Variação do Disponível	-26.931.954
<i>Utilidades e Serviços</i>	14.711.677		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	167.271.397		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	38.779.134		
Total dos Usos	1.059.079.498	Total Líquido das Fontes	1.059.079.498

25246 BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.000.000	Receitas	38.157.730
<i>Investimentos</i>	5.000.000	<i>Receita Operacional</i>	37.300.000
Dispêndios Correntes	36.590.337	<i>Receita não Operacional</i>	857.730
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	17.993.943	Total das Fontes	38.157.730
<i>Materiais e Produtos</i>	174.495	Variação de Capital de Giro	-1.757.324
<i>Serviços de Terceiros</i>	6.476.301	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.626
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.183.143	Variação do Disponível	5.174.305
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.706.389		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.562.524		
<i>Operações Internas</i>	1.562.524		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.493.542		
Total dos Usos	41.590.337	Total Líquido das Fontes	41.590.337

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.163.915.680	Receitas	1.961.871.970
<i>Investimentos</i>	3.249.836	<i>Receita Operacional</i>	12.777.982
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	741.899.239	<i>Receita não Operacional</i>	1.949.093.988
<i>Outras Fontes</i>	741.899.239	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	310.836.122
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	418.766.605	Total das Fontes	2.272.708.092
Dispêndios Correntes	802.587.975	Variação de Capital de Giro	-17.912.536
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	23.686.677	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-269.967.572
<i>Materiais e Produtos</i>	135.000	Variação do Disponível	-18.324.329
<i>Serviços de Terceiros</i>	250.003.852		
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.436.686		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	122.827.334		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	320.207.936		
<i>Outras Fontes</i>	320.207.936		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	83.290.490		
Total dos Usos	1.966.503.655	Total Líquido das Fontes	1.966.503.655

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	161.321.729	Receitas	683.377.877
<i>Investimentos</i>	3.000.000	<i>Receita Operacional</i>	654.936.875
<i>Inversões Financeiras</i>	9.041.316	<i>Receita não Operacional</i>	28.441.002
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	149.280.413	Total das Fontes	683.377.877
Dispêndios Correntes	532.613.533	Variação de Capital de Giro	10.557.773
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	13.594.478	Variação do Disponível	-388
<i>Materiais e Produtos</i>	139.920		
<i>Serviços de Terceiros</i>	101.717.460		
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.984.184		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	102.895.957		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	7.597.412		
<i>Operações Internas</i>	2.387.759		
<i>Outras Fontes</i>	5.209.653		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	303.684.122		
Total dos Usos	693.935.262	Total Líquido das Fontes	693.935.262

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.215.685.186	Receitas	816.070.238
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.215.685.186	<i>Receita Operacional</i>	491.774.094
Dispêndios Correntes	125.506.277	<i>Receita não Operacional</i>	324.296.144
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.509.717	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	409.211
<i>Serviços de Terceiros</i>	11.200	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	409.211
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	117.211.308	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	362.892.320
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.774.052	Outros Recursos de Longo Prazo	142.215.071
		<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	142.215.071
		Total das Fontes	1.321.586.840
		Variação de Capital de Giro	313.609.151
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-324.296.144
		Variação do Disponível	30.291.616
Total dos Usos	1.341.191.463	Total Líquido das Fontes	1.341.191.463

25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.911.451.504	Receitas	2.580.278.158
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.911.451.504	<i>Receita Operacional</i>	2.556.433.550
Dispêndios Correntes	125.594.459	<i>Receita não Operacional</i>	23.844.608
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	12.093.083	Total das Fontes	2.580.278.158
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.099.108	Variação de Capital de Giro	-345.378.352
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	48.663.400	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-22.579
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	63.738.868	Variação do Disponível	-197.831.264
Total dos Usos	2.037.045.963	Total Líquido das Fontes	2.037.045.963

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.306.708.109	Receitas	4.230.597.358
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	3.306.708.109	<i>Receita Operacional</i>	4.028.789.177
Dispêndios Correntes	97.320.745	<i>Receita não Operacional</i>	201.808.181
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	14.393.287	Total das Fontes	4.230.597.358
<i>Serviços de Terceiros</i>	10.258.440	Variação de Capital de Giro	-376.204.685
<i>Utilidades e Serviços</i>	818.947	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.978.444
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	54.377.230	Variação do Disponível	-462.342.263
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	17.472.841		
Total dos Usos	3.404.028.854	Total Líquido das Fontes	3.404.028.854

25293 ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	9.041.143	Receitas	19.003.356
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	9.041.143	<i>Receita Operacional</i>	18.305.982
Dispêndios Correntes	9.650.555	<i>Receita não Operacional</i>	697.374
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	443.345	Total das Fontes	19.003.356
<i>Materiais e Produtos</i>	3.882	Variação de Capital de Giro	-311.658
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.018.813		
<i>Utilidades e Serviços</i>	24.780		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	6.336.475		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	318.651		
<i>Outras Fontes</i>	318.651		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	504.609		
Total dos Usos	18.691.698	Total Líquido das Fontes	18.691.698

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

25294 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	227.997.937	Receitas	1.763.262.010
<i>Investimentos</i>	<i>200.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.706.566.364</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>27.997.937</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>56.695.646</i>
Dispêndios Correntes	1.457.240.075	Operações de Crédito	50.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>724.166.479</i>	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	<i>50.000.000</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>1.143.530</i>	Total das Fontes	1.813.262.010
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>250.290.459</i>	Variação de Capital de Giro	41.460.914
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>22.488.692</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-18.042.321
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>302.247.375</i>	Variação do Disponível	-151.442.591
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>1.894.503</i>		
<i>Operações Internas</i>	<i>1.894.503</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>155.009.037</i>		
Total dos Usos	1.685.238.012	Total Líquido das Fontes	1.685.238.012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.000.000	Receitas	252.771.245
Investimentos	10.000.000	Receita Operacional	242.584.998
Dispêndios Correntes	241.968.010	Receita não Operacional	10.186.247
Pessoal e Encargos Sociais	149.126.485	Total das Fontes	252.771.245
Materiais e Produtos	1.465.651	Variação de Capital de Giro	-2.089.959
Serviços de Terceiros	49.070.777	Variação do Disponível	1.286.724
Utilidades e Serviços	7.093.847		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.995.813		
Encargos Financeiros e Outros	765.285		
Outras Fontes	765.285		
Demais Dispêndios Correntes	31.450.152		
Total dos Usos	251.968.010	Total Líquido das Fontes	251.968.010

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.121.373.372	Receitas	3.281.584.961
Investimentos	1.771.320.563	Receita Operacional	3.275.884.961
Amortizações Operações Créditos L.P.	350.052.809	Receita não Operacional	5.700.000
Operações Internas	9.939.381	Operações de Crédito	801.507.566
Outras Fontes	340.113.428	Operações de Crédito Internas – Moedas	801.507.566
Dispêndios Correntes	2.357.310.034	Outros Recursos de Longo Prazo	413.388.922
Pessoal e Encargos Sociais	534.942.869	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	413.388.922
Materiais e Produtos	660.354.227	Total das Fontes	4.496.481.449
Serviços de Terceiros	499.919.884	Variação de Capital de Giro	102.897.310
Utilidades e Serviços	13.510.508	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-108.467.567
Tributos e Encargos Parafiscais	427.471.422	Variação do Disponível	-12.227.786
Encargos Financeiros e Outros	80.089.630		
Outras Fontes	80.089.630		
Demais Dispêndios Correntes	141.021.494		
Total dos Usos	4.478.683.406	Total Líquido das Fontes	4.478.683.406

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.713.316.689	Receitas	26.233.536.138
Investimentos	41.236.176	Receita Operacional	21.068.548.520
Inversões Financeiras	814.348.794	Receita não Operacional	5.164.987.618
Amortizações Operações Créditos L.P.	2.518.918.307	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	4.638.980.774
Operações Internas	1.457.640.000	Operações de Crédito	1.000.000.000
Operações Externas	441.501.182	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.000.000.000
Outras Fontes	619.777.125	Total das Fontes	31.872.516.912
Outros Dispêndios de Capital	4.338.813.412	Variação de Capital de Giro	3.063.844.599
Dispêndios Correntes	24.894.809.450	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-520.878.216
Pessoal e Encargos Sociais	320.799.065	Variação do Disponível	-1.807.357.156
Materiais e Produtos	19.236.480.405		
Serviços de Terceiros	627.040.074		
Utilidades e Serviços	8.698.487		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.200.468.528		
Encargos Financeiros e Outros	1.593.179.458		
Operações Internas	809.293.091		
Operações Externas	680.996.769		
Outras Fontes	102.889.598		
Demais Dispêndios Correntes	908.143.433		
Total dos Usos	32.608.126.139	Total Líquido das Fontes	32.608.126.139

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.140.177.691	Receitas	7.851.287.141
Investimentos	630.515.006	Receita Operacional	7.644.039.124

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	293.901.713	<i>Receita não Operacional</i>	207.248.017
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	780.710.132	Operações de Crédito	200.000.000
<i>Operações Internas</i>	470.352.420	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	200.000.000
<i>Outras Fontes</i>	310.357.712	Total das Fontes	8.051.287.141
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	435.050.840	Variação de Capital de Giro	-678.713.364
Dispêndios Correntes	4.838.314.132	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.500.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.179.445.625	Variação do Disponível	-390.581.954
<i>Materiais e Produtos</i>	812.037.490		
<i>Serviços de Terceiros</i>	381.946.789		
<i>Utilidades e Serviços</i>	8.896.542		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.191.702.527		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	389.682.472		
<i>Operações Internas</i>	233.973.008		
<i>Outras Fontes</i>	155.709.464		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	874.602.687		
Total dos Usos	6.978.491.823	Total Líquido das Fontes	6.978.491.823

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	994.559.463	Receitas	2.441.294.231
<i>Investimentos</i>	144.394.321	<i>Receita Operacional</i>	2.398.600.801
<i>Inversões Financeiras</i>	253.454.451	<i>Receita não Operacional</i>	42.693.430
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	489.871.107	Operações de Crédito	282.000.000
<i>Operações Internas</i>	431.562.221	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	282.000.000
<i>Outras Fontes</i>	58.308.886	Outros Recursos de Longo Prazo	105.844.920
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	106.839.584	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	105.844.920
Dispêndios Correntes	1.908.917.004	Total das Fontes	2.829.139.151
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	414.185.189	Variação de Capital de Giro	43.071.940
<i>Materiais e Produtos</i>	495.208.549	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.060.431
<i>Serviços de Terceiros</i>	153.485.123	Variação do Disponível	25.204.945
<i>Utilidades e Serviços</i>	4.448.122		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	449.517.679		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	235.669.394		
<i>Operações Internas</i>	174.513.215		
<i>Outras Fontes</i>	61.156.179		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	156.402.948		
Total dos Usos	2.903.476.467	Total Líquido das Fontes	2.903.476.467

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.268.151.348	Receitas	6.183.695.717
<i>Investimentos</i>	1.559.005.808	<i>Receita Operacional</i>	6.050.532.987
<i>Inversões Financeiras</i>	563.430.480	<i>Receita não Operacional</i>	133.162.730
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	525.715.060	Operações de Crédito	322.735.204
<i>Operações Internas</i>	345.715.060	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	322.735.204
<i>Outras Fontes</i>	180.000.000	Outros Recursos de Longo Prazo	68.544.518
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	620.000.000	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	68.544.518
Dispêndios Correntes	4.154.544.047	Total das Fontes	6.574.975.439
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	977.536.771	Variação de Capital de Giro	-16.105.830
<i>Materiais e Produtos</i>	1.167.218.048	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	12.771.238
<i>Serviços de Terceiros</i>	329.559.208	Variação do Disponível	851.054.548
<i>Utilidades e Serviços</i>	15.410.381		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.144.847.877		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	219.950.966		
<i>Operações Internas</i>	151.406.448		
<i>Outras Fontes</i>	68.544.518		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	300.020.796		
Total dos Usos	7.422.695.395	Total Líquido das Fontes	7.422.695.395

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.146.522.401	Receitas	10.250.444.656
<i>Investimentos</i>	818.350.980	<i>Receita Operacional</i>	10.213.867.100

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	597.724.885	<i>Receita não Operacional</i>	36.577.556
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	2.290.797.399	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	1.348.674
<i>Operações Internas</i>	1.874.086.108	Operações de Crédito	400.000.000
<i>Operações Externas</i>	20.704.968	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	400.000.000
<i>Outras Fontes</i>	396.006.323	Total das Fontes	10.651.793.330
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	439.649.137	Variação de Capital de Giro	447.131.666
Dispêndios Correntes	7.164.415.961	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-24.069.068
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.360.526.904	Variação do Disponível	236.082.434
<i>Materiais e Produtos</i>	1.734.249.898		
<i>Serviços de Terceiros</i>	731.758.613		
<i>Utilidades e Serviços</i>	32.093.524		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.873.884.563		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	796.946.027		
<i>Operações Internas</i>	655.468.070		
<i>Outras Fontes</i>	141.477.957		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	634.956.432		
Total dos Usos	11.310.938.362	Total Líquido das Fontes	11.310.938.362

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	68.014.931.770	Receitas	462.246.637.912
<i>Investimentos</i>	38.046.051.000	<i>Receita Operacional</i>	423.314.071.686
<i>Inversões Financeiras</i>	8.302.847.951	<i>Receita não Operacional</i>	38.932.566.226
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	10.613.698.152	Operações de Crédito	1.005.334.782
<i>Operações Internas</i>	5.560.730.774	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.005.334.782
<i>Operações Externas</i>	5.052.967.378	Outros Recursos de Longo Prazo	89.960.708
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	11.052.334.667	<i>Debêntures</i>	89.960.708
Dispêndios Correntes	544.869.932.731	Total das Fontes	463.341.933.402
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	20.955.291.728	Variação de Capital de Giro	139.548.596.202
<i>Materiais e Produtos</i>	138.061.088.480	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.528.120.367
<i>Serviços de Terceiros</i>	92.920.774.815	Variação do Disponível	1.466.214.530
<i>Utilidades e Serviços</i>	981.266.040		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	90.732.562.385		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	14.767.408.050		
<i>Operações Internas</i>	11.252.691.600		
<i>Operações Externas</i>	2.679.212.280		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	835.504.170		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	186.451.541.233		
Total dos Usos	612.884.864.501	Total Líquido das Fontes	612.884.864.501

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	4.600.062	Receitas	43.579.814
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	109.144	<i>Receita Operacional</i>	11.806.258
<i>Outras Fontes</i>	109.144	<i>Receita não Operacional</i>	31.773.556
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.490.918	Total das Fontes	43.579.814
		Variação de Capital de Giro	-2.675.004
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	65.788
		Variação do Disponível	-36.370.536
Total dos Usos	4.600.062	Total Líquido das Fontes	4.600.062

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.432.196.624	Receitas	125.697.365.196
<i>Investimentos</i>	675.485.000	<i>Receita Operacional</i>	124.484.242.172
<i>Inversões Financeiras</i>	7.350.000	<i>Receita não Operacional</i>	1.213.123.024
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	1.100.706.251	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	72.000.000
<i>Operações Internas</i>	1.019.400.000	Total das Fontes	125.769.365.196
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	81.306.251	Variação de Capital de Giro	779.379.844
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	648.655.373	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-427.369.032
Dispêndios Correntes	123.689.179.384		
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.219.694.292		
<i>Materiais e Produtos</i>	90.840.457.758		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Serviços de Terceiros	4.575.668.166		
Utilidades e Serviços	55.060.344		
Tributos e Encargos Parafiscais	23.576.186.184		
Encargos Financeiros e Outros	1.599.712.389		
Operações Internas	961.607.439		
Debêntures	519.085.187		
Outras Fontes	119.019.763		
Demais Dispêndios Correntes	1.822.400.251		
Total dos Usos	126.121.376.008	Total Líquido das Fontes	126.121.376.008

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	149.471.559	Receitas	190.835.557
Investimentos	100.000	Receita não Operacional	190.835.557
Inversões Financeiras	907.000	Total das Fontes	190.835.557
Outros Dispêndios de Capital	148.464.559	Variação de Capital de Giro	50.229.262
Dispêndios Correntes	48.078.009	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.759.610
Pessoal e Encargos Sociais	32.475.563	Variação do Disponível	-41.755.641
Materiais e Produtos	23.726		
Serviços de Terceiros	3.825.768		
Utilidades e Serviços	19.788		
Tributos e Encargos Parafiscais	4.190.996		
Demais Dispêndios Correntes	7.542.168		
Total dos Usos	197.549.568	Total Líquido das Fontes	197.549.568

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.443.440	Receitas	7.325.000
Investimentos	315.000	Receita não Operacional	7.325.000
Inversões Financeiras	7.950.000	Total das Fontes	7.325.000
Outros Dispêndios de Capital	3.178.440	Variação de Capital de Giro	-5.947.407
Dispêndios Correntes	8.150.696	Variação do Disponível	18.216.543
Pessoal e Encargos Sociais	4.566.260		
Materiais e Produtos	22.000		
Serviços de Terceiros	1.455.443		
Utilidades e Serviços	54.339		
Tributos e Encargos Parafiscais	824.500		
Demais Dispêndios Correntes	1.228.154		
Total dos Usos	19.594.136	Total Líquido das Fontes	19.594.136

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	160.891.200	Receitas	967.810.022
Investimentos	122.639.854	Receita Operacional	947.169.419
Amortizações Operações Créditos L.P.	38.251.346	Receita não Operacional	20.640.603
Outras Fontes	38.251.346	Outros Recursos de Longo Prazo	118.499.137
Dispêndios Correntes	974.220.697	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	118.499.137
Pessoal e Encargos Sociais	42.444.439	Total das Fontes	1.086.309.159
Materiais e Produtos	531.616.244	Variação de Capital de Giro	61.003.171
Serviços de Terceiros	77.302.288	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.750
Utilidades e Serviços	650.000	Variação do Disponível	-12.192.683
Tributos e Encargos Parafiscais	229.139.609		
Encargos Financeiros e Outros	13.436.653		
Outras Fontes	13.436.653		
Demais Dispêndios Correntes	79.631.464		
Total dos Usos	1.135.111.897	Total Líquido das Fontes	1.135.111.897

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	453.306.644	Receitas	1.882.742.345
Investimentos	179.044.644	Receita Operacional	1.867.104.454

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Amortizações Operações Créditos L.P.	274.262.000	Receita não Operacional	15.637.891
Outras Fontes	274.262.000	Operações de Crédito	124.874.882
Dispêndios Correntes	2.050.555.930	Operações de Crédito Internas – Moedas	124.874.882
Pessoal e Encargos Sociais	173.961.734	Outros Recursos de Longo Prazo	303.913.329
Materiais e Produtos	966.874.115	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	303.913.329
Serviços de Terceiros	157.813.151	Total das Fontes	2.311.530.556
Utilidades e Serviços	6.077.542	Variação de Capital de Giro	14.061.999
Tributos e Encargos Parafiscais	624.470.219	Variação do Disponível	178.270.019
Encargos Financeiros e Outros	65.857.791		
Operações Externas	82.579		
Outras Fontes	65.775.212		
Demais Dispêndios Correntes	55.501.378		
Total dos Usos	2.503.862.574	Total Líquido das Fontes	2.503.862.574

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	806.769.849	Receitas	2.437.274.818
Investimentos	301.911.502	Receita Operacional	2.377.937.318
Amortizações Operações Créditos L.P.	504.858.347	Receita não Operacional	59.337.500
Operações Internas	5.253.460	Operações de Crédito	324.291.466
Outras Fontes	499.604.887	Operações de Crédito Internas – Moedas	324.291.466
Dispêndios Correntes	2.585.390.329	Outros Recursos de Longo Prazo	479.230.338
Pessoal e Encargos Sociais	212.059.791	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	479.230.338
Materiais e Produtos	1.079.660.253	Total das Fontes	3.240.796.622
Serviços de Terceiros	133.115.678	Variação de Capital de Giro	18.912.233
Utilidades e Serviços	11.712.484	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	53.575.501
Tributos e Encargos Parafiscais	858.236.784	Variação do Disponível	78.875.822
Encargos Financeiros e Outros	152.541.174		
Operações Internas	3.018.550		
Operações Externas	513.945		
Outras Fontes	149.008.679		
Demais Dispêndios Correntes	138.064.165		
Total dos Usos	3.392.160.178	Total Líquido das Fontes	3.392.160.178

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	700.123.915	Receitas	3.377.360.257
Investimentos	510.368.709	Receita Operacional	3.281.126.286
Amortizações Operações Créditos L.P.	189.755.206	Receita não Operacional	96.233.971
Outras Fontes	189.755.206	Operações de Crédito	223.893.936
Dispêndios Correntes	3.323.463.752	Operações de Crédito Internas – Moedas	223.893.936
Pessoal e Encargos Sociais	145.077.393	Outros Recursos de Longo Prazo	293.664.973
Materiais e Produtos	1.403.959.044	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	293.664.973
Serviços de Terceiros	153.881.851	Total das Fontes	3.894.919.166
Utilidades e Serviços	6.415.653	Variação de Capital de Giro	92.770.306
Tributos e Encargos Parafiscais	730.565.383	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	32.872.824
Encargos Financeiros e Outros	116.757.516	Variação do Disponível	3.025.371
Outras Fontes	116.757.516		
Demais Dispêndios Correntes	766.806.912		
Total dos Usos	4.023.587.667	Total Líquido das Fontes	4.023.587.667

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	986.990.048	Receitas	1.909.519.244
Investimentos	70.209.000	Receita Operacional	1.886.543.616
Amortizações Operações Créditos L.P.	239.739.266	Receita não Operacional	22.975.628
Operações Externas	59.483.266	Total das Fontes	1.909.519.244
Outras Fontes	180.256.000	Variação de Capital de Giro	277.984.912
Outros Dispêndios de Capital	677.041.782	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	32.164.621
Dispêndios Correntes	1.108.911.935	Variação do Disponível	-123.766.794
Pessoal e Encargos Sociais	156.176.886		
Materiais e Produtos	9.083.404		
Serviços de Terceiros	95.298.585		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Utilidades e Serviços	5.661.075		
Tributos e Encargos Parafiscais	752.419.008		
Encargos Financeiros e Outros	63.501.966		
Operações Externas	1.458.366		
Outras Fontes	62.043.600		
Demais Dispêndios Correntes	26.771.011		
Total dos Usos	2.095.901.983	Total Líquido das Fontes	2.095.901.983

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	76.529.794	Receitas	1.038.156.952
Investimentos	55.640.295	Receita Operacional	1.005.180.208
Amortizações Operações Créditos L.P.	20.889.499	Receita não Operacional	32.976.744
Outras Fontes	20.889.499	Operações de Crédito	25.327.111
Dispêndios Correntes	1.099.861.264	Operações de Crédito Internas – Moedas	25.327.111
Pessoal e Encargos Sociais	86.551.824	Outros Recursos de Longo Prazo	141.286.697
Materiais e Produtos	781.909.296	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	141.286.697
Serviços de Terceiros	55.519.752	Total das Fontes	1.204.770.760
Utilidades e Serviços	2.618.324	Variação de Capital de Giro	-44.636.895
Tributos e Encargos Parafiscais	46.928.254	Variação do Disponível	16.257.193
Encargos Financeiros e Outros	10.418.726		
Outras Fontes	10.418.726		
Demais Dispêndios Correntes	115.915.088		
Total dos Usos	1.176.391.058	Total Líquido das Fontes	1.176.391.058

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	990.607.703	Receitas	7.537.885.362
Investimentos	716.704.600	Receita Operacional	7.205.740.855
Amortizações Operações Créditos L.P.	273.903.103	Receita não Operacional	332.144.507
Outras Fontes	273.903.103	Operações de Crédito	429.229.962
Dispêndios Correntes	8.728.164.673	Operações de Crédito Internas – Moedas	429.229.962
Pessoal e Encargos Sociais	231.982.364	Outros Recursos de Longo Prazo	844.094.792
Materiais e Produtos	4.340.447.905	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	844.094.792
Serviços de Terceiros	374.535.537	Total das Fontes	8.811.210.116
Utilidades e Serviços	8.911.839	Variação de Capital de Giro	730.254.646
Tributos e Encargos Parafiscais	927.123.845	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	227.307.614
Encargos Financeiros e Outros	396.786.065	Variação do Disponível	-50.000.000
Outras Fontes	396.786.065		
Demais Dispêndios Correntes	2.448.377.118		
Total dos Usos	9.718.772.376	Total Líquido das Fontes	9.718.772.376

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.131.839.687	Receitas	8.418.007.677
Investimentos	1.367.797.000	Receita Operacional	8.262.910.360
Amortizações Operações Créditos L.P.	265.899.035	Receita não Operacional	155.097.317
Operações Internas	265.899.035	Operações de Crédito	870.272.040
Outros Dispêndios de Capital	498.143.652	Operações de Crédito Internas – Moedas	870.272.040
Dispêndios Correntes	7.298.087.289	Total das Fontes	9.288.279.717
Pessoal e Encargos Sociais	2.320.089.629	Variação de Capital de Giro	-128.678.639
Materiais e Produtos	207.078.429	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	96.154.308
Serviços de Terceiros	1.542.100.302	Variação do Disponível	174.171.590
Utilidades e Serviços	394.019.881		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.267.991.929		
Encargos Financeiros e Outros	449.537.502		
Operações Internas	449.537.502		
Demais Dispêndios Correntes	1.117.269.617		
Total dos Usos	9.429.926.976	Total Líquido das Fontes	9.429.926.976

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	477.668.051	Receitas	679.854.259
Investimentos	148.065.774	Receita Operacional	675.254.259
Amortizações Operações Créditos L.P.	329.602.277	Receita não Operacional	4.600.000
Outras Fontes	329.602.277	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	713.548.794
Dispêndios Correntes	1.051.658.320	Participação no Capital – Empresas Estatais	713.548.794
Pessoal e Encargos Sociais	87.512.392	Operações de Crédito	529.811.214
Materiais e Produtos	477.741.283	Operações de Crédito Internas – Moedas	529.811.214
Serviços de Terceiros	66.518.018	Total das Fontes	1.923.214.267
Utilidades e Serviços	1.318.000	Variação de Capital de Giro	-13.014.746
Tributos e Encargos Parafiscais	78.979.601	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	115.291.102
Encargos Financeiros e Outros	247.934.757	Variação do Disponível	-496.164.252
Outras Fontes	247.934.757		
Demais Dispêndios Correntes	91.654.269		
Total dos Usos	1.529.326.371	Total Líquido das Fontes	1.529.326.371

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	251.172	Receitas	511.693
Serviços de Terceiros	237.312	Receita não Operacional	511.693
Tributos e Encargos Parafiscais	13.140	Total das Fontes	511.693
Encargos Financeiros e Outros	720	Variação de Capital de Giro	-88.820
Outras Fontes	720	Variação do Disponível	-171.701
Total dos Usos	251.172	Total Líquido das Fontes	251.172

32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.206.593.553	Receitas	6.020.296.223
Investimentos	200.000	Receita Operacional	5.656.308.140
Amortizações Operações Créditos L.P.	50.125.265	Receita não Operacional	363.988.083
Debêntures	50.125.265	Total das Fontes	6.020.296.223
Outros Dispêndios de Capital	1.156.268.288	Variação de Capital de Giro	-12.928.496
Dispêndios Correntes	4.824.302.934	Variação do Disponível	23.528.760
Pessoal e Encargos Sociais	23.695.868		
Serviços de Terceiros	3.365.137.214		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.354.836.285		
Encargos Financeiros e Outros	1.798.901		
Debêntures	1.798.901		
Demais Dispêndios Correntes	78.834.666		
Total dos Usos	6.030.896.487	Total Líquido das Fontes	6.030.896.487

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	19.187.224.826	Receitas	16.773.150.576
Investimentos	9.756.974.000	Receita Operacional	16.773.150.576
Inversões Financeiras	1.821.329.646	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	7.312.362.458
Amortizações Operações Créditos L.P.	7.608.921.180	Participação no Capital – Empresas Estatais	7.312.362.458
Operações Externas	7.608.921.180	Total das Fontes	24.085.513.034
Dispêndios Correntes	6.627.675.081	Variação de Capital de Giro	10.309
Pessoal e Encargos Sociais	7.141.427	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	695.064.253
Serviços de Terceiros	8.701.547	Variação do Disponível	1.034.312.311
Utilidades e Serviços	258.179		
Tributos e Encargos Parafiscais	540.205.301		
Encargos Financeiros e Outros	1.696.837.406		
Operações Internas	240.434.808		
Operações Externas	717.890.992		
Mútuos com Empresas do Exterior	738.511.606		
Demais Dispêndios Correntes	4.374.531.221		
Total dos Usos	25.814.899.907	Total Líquido das Fontes	25.814.899.907

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	256.111	Variação do Disponível	256.111
<i>Serviços de Terceiros</i>	256.111		
Total dos Usos	256.111	Total Líquido das Fontes	256.111

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	19.097.192.433	Receitas	88.706.138.598
<i>Investimentos</i>	1.753.643.000	<i>Receita Operacional</i>	84.928.231.661
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	17.343.549.433	<i>Receita não Operacional</i>	3.777.906.937
<i>Operações Externas</i>	17.343.549.433	Total das Fontes	88.706.138.598
Dispêndios Correntes	120.694.620.876	Variação de Capital de Giro	48.956.116.060
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	686.464.957	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-16.468.884
<i>Materiais e Produtos</i>	99.439.762.309	Variação do Disponível	2.146.027.535
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.722.782.742		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	637.666.456		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	11.317.983.093		
<i>Operações Externas</i>	11.291.242.675		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	26.740.418		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.889.961.319		
Total dos Usos	139.791.813.309	Total Líquido das Fontes	139.791.813.309

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.934.898	Receitas	485.678.763
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	11.934.898	<i>Receita Operacional</i>	476.174.069
Dispêndios Correntes	474.862.053	<i>Receita não Operacional</i>	9.504.694
<i>Materiais e Produtos</i>	422.777.279	Total das Fontes	485.678.763
<i>Serviços de Terceiros</i>	242.187	Variação de Capital de Giro	2.204.924
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	49.131.275	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.677.299
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.711.312	Variação do Disponível	-2.764.035
Total dos Usos	486.796.951	Total Líquido das Fontes	486.796.951

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.150.113	Receitas	1.874.433
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.150.113	<i>Receita não Operacional</i>	1.874.433
Dispêndios Correntes	351.156	Total das Fontes	1.874.433
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	34.560	Variação de Capital de Giro	-12.375
<i>Serviços de Terceiros</i>	114.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-74.213
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	4.592	Variação do Disponível	-286.576
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	500		
<i>Outras Fontes</i>	500		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	197.244		
Total dos Usos	1.501.269	Total Líquido das Fontes	1.501.269

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.359.840.955	Receitas	6.121.508.980
<i>Investimentos</i>	189.700.000	<i>Receita Operacional</i>	5.742.718.241
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	866.986.030	<i>Receita não Operacional</i>	378.790.739
<i>Operações Internas</i>	866.986.030	Total das Fontes	6.121.508.980
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	2.303.154.925	Variação de Capital de Giro	802.447.313
Dispêndios Correntes	2.413.507.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	22.406.030
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	54.635.293	Variação do Disponível	-1.173.014.108
<i>Materiais e Produtos</i>	39.232		
<i>Serviços de Terceiros</i>	379.715.980		
<i>Utilidades e Serviços</i>	515.652		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.487.426.520		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	260.236.551		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Operações Internas	260.236.551		
Demais Dispêndios Correntes	230.938.032		
Total dos Usos	5.773.348.215	Total Líquido das Fontes	5.773.348.215

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	281.443.893	Receitas	4.545.883.506
Investimentos	95.698.000	Receita Operacional	4.532.271.244
Amortizações Operações Créditos L.P.	23.544.899	Receita não Operacional	13.612.262
Operações Internas	23.544.899	Total das Fontes	4.545.883.506
Outros Dispêndios de Capital	162.200.994	Variação de Capital de Giro	-12.991.530
Dispêndios Correntes	4.255.952.967	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.880.910
Pessoal e Encargos Sociais	407.597.707	Variação do Disponível	-1.376.026
Materiais e Produtos	2.626.317.904		
Serviços de Terceiros	341.665.292		
Utilidades e Serviços	30.241.207		
Tributos e Encargos Parafiscais	728.151.851		
Encargos Financeiros e Outros	3.579.769		
Operações Internas	3.579.769		
Demais Dispêndios Correntes	118.399.237		
Total dos Usos	4.537.396.860	Total Líquido das Fontes	4.537.396.860

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	111.732.718	Receitas	132.010.673
Pessoal e Encargos Sociais	74.424	Receita não Operacional	132.010.673
Serviços de Terceiros	257.335	Total das Fontes	132.010.673
Tributos e Encargos Parafiscais	10.716.162	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-384.080
Demais Dispêndios Correntes	100.684.797	Variação do Disponível	-19.893.875
Total dos Usos	111.732.718	Total Líquido das Fontes	111.732.718

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	43.967.087	Receitas	49.106.328
Pessoal e Encargos Sociais	28.019.500	Receita Operacional	31.242.276
Serviços de Terceiros	2.747.240	Receita não Operacional	17.864.052
Utilidades e Serviços	162.012	Total das Fontes	49.106.328
Tributos e Encargos Parafiscais	11.504.352	Variação de Capital de Giro	323.443
Demais Dispêndios Correntes	1.533.983	Variação do Disponível	-5.462.684
Total dos Usos	43.967.087	Total Líquido das Fontes	43.967.087

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.514.852	Receitas	105.228.144
Amortizações Operações Créditos L.P.	16.514.852	Receita não Operacional	105.228.144
Operações Internas	16.514.852	Total das Fontes	105.228.144
Dispêndios Correntes	60.654.876	Variação de Capital de Giro	65.963.943
Pessoal e Encargos Sociais	15.793.016	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-335.659
Serviços de Terceiros	680.045	Variação do Disponível	-93.686.700
Utilidades e Serviços	364.448		
Tributos e Encargos Parafiscais	16.726.573		
Encargos Financeiros e Outros	26.234.377		
Debêntures	5.143.862		
Outras Fontes	21.090.515		
Demais Dispêndios Correntes	856.417		
Total dos Usos	77.169.728	Total Líquido das Fontes	77.169.728

32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	30.177.967	Receitas	1.625.387.335

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Investimentos	3.997.000	Receita Operacional	1.610.991.872
Outros Dispêndios de Capital	26.180.967	Receita não Operacional	14.395.463
Dispêndios Correntes	1.588.515.873	Total das Fontes	1.625.387.335
Pessoal e Encargos Sociais	26.847.887	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-29.000.000
Materiais e Produtos	1.071.680.350	Variação de Capital de Giro	54.962.667
Serviços de Terceiros	44.865.300	Variação do Disponível	-32.656.162
Utilidades e Serviços	3.151.279		
Tributos e Encargos Parafiscais	425.182.036		
Encargos Financeiros e Outros	2.836.818		
Outras Fontes	2.836.818		
Demais Dispêndios Correntes	13.952.203		
Total dos Usos	1.618.693.840	Total Líquido das Fontes	1.618.693.840

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - P BIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	91.912.000	Receitas	946.574.873
Investimentos	12.275.000	Receita Operacional	766.080.526
Inversões Financeiras	79.637.000	Receita não Operacional	180.494.347
Dispêndios Correntes	933.589.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	79.637.000
Pessoal e Encargos Sociais	87.412.349	Participação no Capital – Empresas Estatais	79.637.000
Materiais e Produtos	651.045.290	Total das Fontes	1.026.211.873
Serviços de Terceiros	45.873.844	Variação de Capital de Giro	26.711.713
Utilidades e Serviços	8.550.550	Variação do Disponível	-27.421.768
Tributos e Encargos Parafiscais	116.217.607		
Encargos Financeiros e Outros	5.095.668		
Outras Fontes	5.095.668		
Demais Dispêndios Correntes	19.394.510		
Total dos Usos	1.025.501.818	Total Líquido das Fontes	1.025.501.818

32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	176.553.986	Receitas	1.631.063.263
Investimentos	9.533.000	Receita Operacional	1.626.695.263
Amortizações Operações Créditos L.P.	167.020.986	Receita não Operacional	4.368.000
Operações Internas	127.347.312	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	184.165.293
Operações Externas	39.673.674	Participação no Capital – Empresas Estatais	184.165.293
Dispêndios Correntes	1.767.510.976	Total das Fontes	1.815.228.556
Pessoal e Encargos Sociais	22.733.107	Variação de Capital de Giro	4.442.033
Materiais e Produtos	1.152.335.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.368.000
Serviços de Terceiros	124.957.400	Variação do Disponível	125.762.373
Utilidades e Serviços	83.247.840		
Tributos e Encargos Parafiscais	285.093.193		
Encargos Financeiros e Outros	51.137.292		
Operações Internas	50.285.110		
Operações Externas	852.182		
Demais Dispêndios Correntes	48.006.210		
Total dos Usos	1.944.064.962	Total Líquido das Fontes	1.944.064.962

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	275.796.192	Receitas	1.719.876.281
Investimentos	8.343.000	Receita Operacional	1.715.658.233
Amortizações Operações Créditos L.P.	267.453.192	Receita não Operacional	4.218.048
Operações Internas	267.453.192	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	292.095.033
Dispêndios Correntes	1.763.743.881	Participação no Capital – Empresas Estatais	292.095.033
Pessoal e Encargos Sociais	61.194.453	Total das Fontes	2.011.971.314
Materiais e Produtos	1.297.374.374	Variação de Capital de Giro	4.217.952
Serviços de Terceiros	109.044.239	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.218.048
Utilidades e Serviços	7.194.912	Variação do Disponível	24.568.855
Tributos e Encargos Parafiscais	147.261.261		
Encargos Financeiros e Outros	87.220.939		
Operações Internas	87.220.939		
Demais Dispêndios Correntes	54.453.703		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Total dos Usos	2.039.540.073	Total Líquido das Fontes	2.039.540.073
-----------------------	----------------------	---------------------------------	----------------------

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.125.665	Receitas	53.995.719
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	3.125.665	<i>Receita Operacional</i>	29.876.580
Dispêndios Correntes	14.456.633	<i>Receita não Operacional</i>	24.119.139
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	5.559.032	Total das Fontes	53.995.719
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.994.817	Variação de Capital de Giro	-6.745.848
<i>Utilidades e Serviços</i>	61.117	Variação do Disponível	-29.667.573
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	5.122.783		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	718.884		
Total dos Usos	17.582.298	Total Líquido das Fontes	17.582.298

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.895.204	Receitas	21.982.944
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	2.895.204	<i>Receita Operacional</i>	20.332.944
<i>Operações Internas</i>	2.895.204	<i>Receita não Operacional</i>	1.650.000
Dispêndios Correntes	12.137.593	Total das Fontes	21.982.944
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	313.080	Variação de Capital de Giro	-2.779.969
<i>Materiais e Produtos</i>	19.651	Variação do Disponível	-4.170.178
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.470.840		
<i>Utilidades e Serviços</i>	911.292		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.915.538		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.100.000		
<i>Operações Internas</i>	5.100.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.407.192		
Total dos Usos	15.032.797	Total Líquido das Fontes	15.032.797

32351 GÁS BRASILENO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	113.011.081	Receitas	603.313.855
<i>Investimentos</i>	58.187.000	<i>Receita Operacional</i>	591.439.344
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	54.824.081	<i>Receita não Operacional</i>	11.874.511
Dispêndios Correntes	529.356.765	Total das Fontes	603.313.855
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	21.188.399	Variação de Capital de Giro	53.034.673
<i>Materiais e Produtos</i>	296.380.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.623.293
<i>Serviços de Terceiros</i>	14.741.850	Variação do Disponível	-19.603.975
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.499.819		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	178.655.228		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	16.890.535		
Total dos Usos	642.367.846	Total Líquido das Fontes	642.367.846

32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	2.552.589	Receitas	1.074.518
<i>Serviços de Terceiros</i>	79.461	<i>Receita não Operacional</i>	1.074.518
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	4.209	Total das Fontes	1.074.518
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.468.919	Variação de Capital de Giro	-1.176.898
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	189.622
		Variação do Disponível	2.465.347
Total dos Usos	2.552.589	Total Líquido das Fontes	2.552.589

32360 BREITENER JARAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.901.709	Receitas	192.344.574
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	12.901.709	<i>Receita Operacional</i>	189.595.279
Dispêndios Correntes	198.218.854	<i>Receita não Operacional</i>	2.749.295
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	12.078.723	Total das Fontes	192.344.574

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Materiais e Produtos</i>	68.826.311	Variação de Capital de Giro	-4.245.332
<i>Serviços de Terceiros</i>	28.717.126	Variação do Disponível	23.021.321
<i>Utilidades e Serviços</i>	4.555		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	70.927.701		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	17.664.438		
Total dos Usos	211.120.563	Total Líquido das Fontes	211.120.563

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.397.421	Receitas	249.175.057
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	10.397.421	<i>Receita Operacional</i>	245.671.267
Dispêndios Correntes	270.357.830	<i>Receita não Operacional</i>	3.503.790
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	14.292.911	Total das Fontes	249.175.057
<i>Materiais e Produtos</i>	94.912.375	Variação de Capital de Giro	-6.726.199
<i>Serviços de Terceiros</i>	39.967.954	Variação do Disponível	38.306.393
<i>Utilidades e Serviços</i>	50.008		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	103.531.091		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	17.603.491		
Total dos Usos	280.755.251	Total Líquido das Fontes	280.755.251

32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.972.720	Receitas	34.179.679
<i>Investimentos</i>	675.070	<i>Receita Operacional</i>	33.000.542
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	6.412.275	<i>Receita não Operacional</i>	1.179.137
<i>Operações Internas</i>	6.412.275	Total das Fontes	34.179.679
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	4.885.375	Variação de Capital de Giro	-100.371
Dispêndios Correntes	11.586.179	Variação do Disponível	-10.520.409
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	987.877		
<i>Materiais e Produtos</i>	15.114		
<i>Serviços de Terceiros</i>	4.953.866		
<i>Utilidades e Serviços</i>	12.139		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.504.432		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.102.229		
<i>Operações Internas</i>	1.102.229		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.010.522		
Total dos Usos	23.558.899	Total Líquido das Fontes	23.558.899

32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.975.803	Receitas	90.313.229
<i>Investimentos</i>	100.000	<i>Receita Operacional</i>	85.591.661
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	21.875.803	<i>Receita não Operacional</i>	4.721.568
<i>Operações Internas</i>	21.382.932	Total das Fontes	90.313.229
<i>Debêntures</i>	492.871	Variação de Capital de Giro	-263.344
Dispêndios Correntes	80.457.718	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	10.995.875
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.553.713	Variação do Disponível	1.387.761
<i>Materiais e Produtos</i>	62.844		
<i>Serviços de Terceiros</i>	9.987.160		
<i>Utilidades e Serviços</i>	69.900		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	16.680.609		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	49.909.200		
<i>Operações Internas</i>	27.086.400		
<i>Debêntures</i>	22.822.800		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.194.292		
Total dos Usos	102.433.521	Total Líquido das Fontes	102.433.521

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	80.527.432	Receitas	129.239.351
<i>Investimentos</i>	30.681.588	<i>Receita Operacional</i>	125.039.351

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	49.845.844	<i>Receita não Operacional</i>	4.200.000
<i>Operações Internas</i>	37.718.308	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	23.006.000
<i>Debêntures</i>	12.127.536	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	23.006.000
Dispêndios Correntes	54.898.006	Total das Fontes	152.245.351
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.043.300	Variação de Capital de Giro	-2.527.291
<i>Materiais e Produtos</i>	125.400	Variação do Disponível	-14.292.622
<i>Serviços de Terceiros</i>	8.008.244		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	15.016.947		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	29.576.469		
<i>Operações Internas</i>	25.430.634		
<i>Debêntures</i>	4.145.835		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.127.646		
Total dos Usos	135.425.438	Total Líquido das Fontes	135.425.438

32365 AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	143.892.343	Receitas	4.111.911.069
<i>Investimentos</i>	135.281.497	<i>Receita Operacional</i>	4.111.911.069
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	8.610.846	Total das Fontes	4.111.911.069
<i>Outras Fontes</i>	8.610.846	Variação de Capital de Giro	-171.928.029
Dispêndios Correntes	3.907.943.195	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	110.237.479
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	138.729.148	Variação do Disponível	1.615.019
<i>Materiais e Produtos</i>	1.810.543.697		
<i>Serviços de Terceiros</i>	112.086.650		
<i>Utilidades e Serviços</i>	968.986		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	206.886.373		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	358.866.194		
<i>Outras Fontes</i>	358.866.194		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.279.862.147		
Total dos Usos	4.051.835.538	Total Líquido das Fontes	4.051.835.538

32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	110.000.000	Receitas	710.808.652
<i>Investimentos</i>	110.000.000	<i>Receita Operacional</i>	710.808.652
Dispêndios Correntes	978.511.869	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	400.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	140.164.604	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	400.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	592.191.893	Total das Fontes	1.110.808.652
<i>Serviços de Terceiros</i>	83.463.087	Variação de Capital de Giro	-26.028.806
<i>Utilidades e Serviços</i>	66.834.984	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-8.480.297
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	74.481.838	Variação do Disponível	12.212.320
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.964.715		
<i>Outras Fontes</i>	5.964.715		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	15.410.748		
Total dos Usos	1.088.511.869	Total Líquido das Fontes	1.088.511.869

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. -

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	36.530.511	Receitas	124.340.226
<i>Investimentos</i>	36.530.511	<i>Receita Operacional</i>	123.556.461
Dispêndios Correntes	85.560.601	<i>Receita não Operacional</i>	783.765
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	31.603.538	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	12.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	36.000	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	12.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	15.538.349	Total das Fontes	136.340.226
<i>Utilidades e Serviços</i>	392.383	Variação de Capital de Giro	-22.525.042
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	35.164.841	Variação do Disponível	8.275.928
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.825.490		
Total dos Usos	122.091.112	Total Líquido das Fontes	122.091.112

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
------	-------	--------	-------

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Dispêndios de Capital	76.368.000	Receitas	992.082.830
<i>Investimentos</i>	<i>76.368.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>989.018.962</i>
Dispêndios Correntes	864.746.190	<i>Receita não Operacional</i>	<i>3.063.868</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2.241.636</i>	Total das Fontes	992.082.830
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>21.563.231</i>	Variação de Capital de Giro	-6.742.990
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>294.147.000</i>	Variação do Disponível	-44.225.650
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>1.134.902</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>2.056.652</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>543.602.769</i>		
Total dos Usos	941.114.190	Total Líquido das Fontes	941.114.190

32373 NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S.A. - NTN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	281.829.330	Receitas	565.113.343
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>281.829.330</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>533.096.114</i>
Dispêndios Correntes	201.808.566	<i>Receita não Operacional</i>	<i>32.017.229</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>83.844</i>	Total das Fontes	565.113.343
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>201.306.678</i>	Variação de Capital de Giro	-25.355.380
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>12.576</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.184
<i>Outras Fontes</i>	<i>12.576</i>	Variação do Disponível	-56.114.883
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>405.468</i>		
Total dos Usos	483.637.896	Total Líquido das Fontes	483.637.896

32375 PETROBRÁS LOGÍSTICA DE GÁS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	304.568.409	Receitas	395.666.640
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>72.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>395.666.640</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>304.496.409</i>	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	91.930.560
Dispêndios Correntes	33.874.538	Total das Fontes	487.597.200
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>16.237.572</i>	Variação de Capital de Giro	-90.136.377
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>5.004</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-16.454.803
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>7.396.015</i>	Variação do Disponível	-42.563.073
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>37.836</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>7.261.567</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>780</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>780</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>2.935.764</i>		
Total dos Usos	338.442.947	Total Líquido das Fontes	338.442.947

32376 BRASIL VENTOS ENERGIA S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	226.563.144	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	230.786.146
<i>Investimentos</i>	<i>48.000</i>	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	<i>230.786.146</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>226.515.144</i>	Total das Fontes	230.786.146
Dispêndios Correntes	4.223.000	Variação de Capital de Giro	-2
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>3.201.000</i>		
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>24.000</i>		
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>542.000</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>72.000</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>384.000</i>		
Total dos Usos	230.786.144	Total Líquido das Fontes	230.786.144

32377 TRANSENERGIA GOIÁS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.600.000	Receitas	13.777.280
<i>Investimentos</i>	<i>1.500.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>13.320.000</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>1.100.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>457.280</i>
Dispêndios Correntes	8.730.736	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.010.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2.700.676</i>	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	<i>1.010.000</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>6.600</i>	Total das Fontes	14.787.280
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>3.251.000</i>	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-338.113

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Utilidades e Serviços</i>	26.880	Variação de Capital de Giro	-60.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.876.580	Variação do Disponível	-3.058.431
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	21.000		
<i>Outras Fontes</i>	21.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	848.000		
Total dos Usos	11.330.736	Total Líquido das Fontes	11.330.736

32378 GERADORA EOLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32379 GERADORA EOLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32380 GERADORA EOLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32381 GERADORA EOLICA ARARA AZUL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32382 GERADORA EOLICA BENTEVI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583
-----------------------	----------------	---------------------------------	----------------

32383 GERADORA EOLICA OURO VERDE I S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32384 GERADORA EOLICA OURO VERDE II S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32385 GERADORA EOLICA OURO VERDE III S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
<i>Investimentos</i>	12.069	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
<i>Materiais e Produtos</i>	40.229		
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.910		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	201.146		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Líquido das Fontes	804.583

32386 ENERGIA DOS VENTOS V S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.442.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	36.790.703
<i>Investimentos</i>	57.442.818	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.169.927	Total das Fontes	36.790.703
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	493.882	<i>Variação de Empréstimos – Curto Prazo</i>	22.590.569
<i>Materiais e Produtos</i>	16.270	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-109.627
<i>Serviços de Terceiros</i>	422.000	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	1.341.100
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	842.440		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.341.100		
<i>Outras Fontes</i>	1.341.100		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Líquido das Fontes	60.612.745

32387 ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.311.597	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	55.186.055
<i>Investimentos</i>	86.311.597	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.662.334	Total das Fontes	55.186.055
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	721.266	<i>Variação de Empréstimos – Curto Prazo</i>	33.885.853
<i>Materiais e Produtos</i>	24.406	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-109.627
<i>Serviços de Terceiros</i>	560.000	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	2.011.650
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.263.660		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	2.011.650		
<i>Outras Fontes</i>	2.011.650		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Líquido das Fontes	90.973.931

32388 ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.170.841	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	55.186.055
<i>Investimentos</i>	86.170.841	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.803.090	Total das Fontes	55.186.055
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	841.022	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	33.885.853
<i>Materiais e Produtos</i>	24.406	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-109.627
<i>Serviços de Terceiros</i>	581.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.011.650
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.263.660		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	2.011.650		
<i>Outras Fontes</i>	2.011.650		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Líquido das Fontes	90.973.931

32389 ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.674.081	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	36.790.703
<i>Investimentos</i>	57.674.081	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	36.790.703
Dispêndios Correntes	2.938.664	Total das Fontes	36.790.703
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	174.619	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
<i>Materiais e Produtos</i>	16.270	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-109.627
<i>Serviços de Terceiros</i>	510.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	842.440		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.341.100		
<i>Outras Fontes</i>	1.341.100		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Líquido das Fontes	60.612.745

32390 ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.420.817	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	36.790.703
<i>Investimentos</i>	57.420.817	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.191.927	Total das Fontes	36.790.703
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	476.882	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
<i>Materiais e Produtos</i>	16.270	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-109.628
<i>Serviços de Terceiros</i>	461.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	842.440		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.341.100		
<i>Outras Fontes</i>	1.341.100		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	54.235		
Total dos Usos	60.612.744	Total Líquido das Fontes	60.612.744

32391 FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	111.693.580	Receitas	18.292.409
<i>Investimentos</i>	101.693.580	<i>Receita Operacional</i>	12.292.409
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	10.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	6.000.000
Dispêndios Correntes	28.031.608	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	8.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	988.487	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	8.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	180.000	Operações de Crédito	125.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	7.562.929	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	125.000.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.152.642	Total das Fontes	151.292.409
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	18.000.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-3.600.000
<i>Operações Internas</i>	12.000.000	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-2.740.594
<i>Outras Fontes</i>	6.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.400.000
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	147.550	Variação do Disponível	-13.626.627

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Total dos Usos	139.725.188	Total Líquido das Fontes	139.725.188
-----------------------	--------------------	---------------------------------	--------------------

32392 EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.941.128	Receitas	42.811.255
Investimentos	3.141.372	Receita Operacional	41.975.263
Amortizações Operações Créditos L.P.	11.799.756	Receita não Operacional	835.992
Operações Internas	11.799.756	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.141.372
Dispêndios Correntes	39.841.165	Participação no Capital – Empresas Estatais	3.141.372
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.745	Operações de Crédito	3.000.000
Materiais e Produtos	2.844.480	Operações de Crédito Internas – Moedas	3.000.000
Serviços de Terceiros	8.658.468	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	4.166.328	Debêntures	20.000.000
Encargos Financeiros e Outros	17.585.520	Total das Fontes	68.952.627
Operações Internas	17.585.520	Variação de Capital de Giro	-1.063.299
Demais Dispêndios Correntes	5.067.624	Variação do Disponível	-13.107.035
Total dos Usos	54.782.293	Total Líquido das Fontes	54.782.293

32393 EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.492.940	Receitas	42.837.470
Investimentos	2.690.568	Receita Operacional	42.001.478
Amortizações Operações Créditos L.P.	11.802.372	Receita não Operacional	835.992
Operações Internas	11.802.372	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.690.568
Dispêndios Correntes	38.056.812	Participação no Capital – Empresas Estatais	2.690.568
Materiais e Produtos	2.849.976	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Serviços de Terceiros	8.658.468	Debêntures	20.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	3.931.572	Total das Fontes	65.528.038
Encargos Financeiros e Outros	17.589.432	Variação de Capital de Giro	-1.046.667
Operações Internas	17.589.432	Variação do Disponível	-11.931.619
Demais Dispêndios Correntes	5.027.364		
Total dos Usos	52.549.752	Total Líquido das Fontes	52.549.752

32394 EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.068.832	Receitas	35.730.240
Investimentos	5.019.000	Receita Operacional	35.024.880
Amortizações Operações Créditos L.P.	7.049.832	Receita não Operacional	705.360
Operações Internas	7.049.832	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	5.019.000
Dispêndios Correntes	35.077.980	Participação no Capital – Empresas Estatais	5.019.000
Materiais e Produtos	2.400.756	Outros Recursos de Longo Prazo	15.000.000
Serviços de Terceiros	7.049.832	Debêntures	15.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	3.259.428	Total das Fontes	55.749.240
Encargos Financeiros e Outros	14.985.636	Variação de Capital de Giro	-872.812
Operações Internas	14.985.636	Variação do Disponível	-7.729.616
Demais Dispêndios Correntes	7.382.328		
Total dos Usos	47.146.812	Total Líquido das Fontes	47.146.812

32395 EÓLICA CHUÍ IX S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.822.128	Receitas	12.622.360
Investimentos	1.423.200	Receita Operacional	12.308.860
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.398.928	Receita não Operacional	313.500
Operações Internas	3.398.928	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.423.200
Dispêndios Correntes	12.380.106	Participação no Capital – Empresas Estatais	1.423.200
Materiais e Produtos	896.082	Outros Recursos de Longo Prazo	5.000.000
Serviços de Terceiros	3.385.548	Debêntures	5.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	1.208.472	Total das Fontes	19.045.560
Encargos Financeiros e Outros	5.065.524	Variação de Capital de Giro	-301.190
Operações Internas	5.065.524	Variação do Disponível	-1.542.136
Demais Dispêndios Correntes	1.824.480		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Total dos Usos	17.202.234	Total Liquido das Fontes	17.202.234
-----------------------	-------------------	---------------------------------	-------------------

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

36000 M. DA SAÚDE**36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	329.590.154	Receitas	1.188.226.404
<i>Investimentos</i>	<i>329.590.154</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.181.851.404</i>
Dispêndios Correntes	765.416.612	<i>Receita não Operacional</i>	<i>6.375.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>46.966.090</i>	Total das Fontes	1.188.226.404
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>478.201.527</i>	Variação de Capital de Giro	-53.160.655
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>166.023.956</i>	Variação do Disponível	-40.058.983
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>3.938.011</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>56.722.293</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>736.000</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>736.000</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>12.828.735</i>		
Total dos Usos	1.095.006.766	Total Líquido das Fontes	1.095.006.766

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

39000 M.TRANS.PORTOS AVIAÇÃO CIVIL

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.542.483	Receitas	65.719.151
Investimentos	16.542.483	Receita Operacional	55.600.000
Dispêndios Correntes	61.499.277	Receita não Operacional	10.119.151
Pessoal e Encargos Sociais	30.257.686	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.321.428
Materiais e Produtos	253.400	Participação da União no Capital - Tesouro	1.321.428
Serviços de Terceiros	17.735.071	Total das Fontes	67.040.579
Utilidades e Serviços	3.833.019	Variação de Capital de Giro	4.302.146
Tributos e Encargos Parafiscais	8.609.570	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-872.612
Demais Dispêndios Correntes	810.531	Variação do Disponível	7.571.647
Total dos Usos	78.041.760	Total Líquido das Fontes	78.041.760

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	52.031.641	Receitas	161.396.010
Investimentos	49.240.695	Receita Operacional	128.527.136
Amortizações Operações Créditos L.P.	832.756	Receita não Operacional	32.868.874
Operações Internas	832.756	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.321.428
Outros Dispêndios de Capital	1.958.190	Participação da União no Capital - Tesouro	2.321.428
Dispêndios Correntes	147.273.553	Total das Fontes	163.717.438
Pessoal e Encargos Sociais	68.178.548	Variação de Capital de Giro	26.685.760
Materiais e Produtos	700.000	Variação do Disponível	8.901.996
Serviços de Terceiros	44.962.255		
Utilidades e Serviços	4.000.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	20.140.800		
Demais Dispêndios Correntes	9.291.950		
Total dos Usos	199.305.194	Total Líquido das Fontes	199.305.194

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	133.815.193	Receitas	149.186.149
Investimentos	133.614.470	Receita Operacional	138.078.748
Outros Dispêndios de Capital	200.723	Receita não Operacional	11.107.401
Dispêndios Correntes	122.224.491	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.821.428
Pessoal e Encargos Sociais	51.840.724	Participação da União no Capital - Tesouro	2.821.428
Materiais e Produtos	2.403.500	Total das Fontes	152.007.577
Serviços de Terceiros	38.580.855	Variação de Capital de Giro	30.208.778
Utilidades e Serviços	7.784.695	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	137.121
Tributos e Encargos Parafiscais	14.740.227	Variação do Disponível	73.686.208
Demais Dispêndios Correntes	6.874.490		
Total dos Usos	256.039.684	Total Líquido das Fontes	256.039.684

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	164.246.615	Receitas	944.951.744
Investimentos	164.246.615	Receita Operacional	942.436.075
Dispêndios Correntes	914.927.029	Receita não Operacional	2.515.669
Pessoal e Encargos Sociais	389.922.109	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	37.321.428
Materiais e Produtos	3.874.750	Participação da União no Capital - Tesouro	37.321.428
Serviços de Terceiros	276.089.106	Total das Fontes	982.273.172
Utilidades e Serviços	10.824.128	Variação de Capital de Giro	30.966.804
Tributos e Encargos Parafiscais	112.314.243	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.585.790
Encargos Financeiros e Outros	37.746.062	Variação do Disponível	32.347.878
Outras Fontes	37.746.062		
Demais Dispêndios Correntes	84.156.631		
Total dos Usos	1.079.173.644	Total Líquido das Fontes	1.079.173.644

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	4.175.578	Receitas	4.600.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	3.306.903	<i>Receita não Operacional</i>	4.600.000
<i>Materiais e Produtos</i>	2.000	Total das Fontes	4.600.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	224.675	Variação de Capital de Giro	-23.220
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.000	Variação do Disponível	-401.202
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	40.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	600.000		
Total dos Usos	4.175.578	Total Líquido das Fontes	4.175.578

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.455.831	Receitas	175.229.162
<i>Investimentos</i>	20.455.831	<i>Receita Operacional</i>	170.573.086
Dispêndios Correntes	160.453.542	<i>Receita não Operacional</i>	4.656.076
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	85.516.070	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.321.432
<i>Materiais e Produtos</i>	1.892.717	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	1.321.432
<i>Serviços de Terceiros</i>	32.579.495	Total das Fontes	176.550.594
<i>Utilidades e Serviços</i>	5.901.210	Variação de Capital de Giro	2.444.967
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	26.779.271	Variação do Disponível	1.913.812
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	7.784.779		
Total dos Usos	180.909.373	Total Líquido das Fontes	180.909.373

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	47.412.667	Receitas	424.199.607
<i>Investimentos</i>	47.412.667	<i>Receita Operacional</i>	370.515.432
Dispêndios Correntes	398.274.888	<i>Receita não Operacional</i>	53.684.175
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	269.431.363	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.321.428
<i>Materiais e Produtos</i>	673.758	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	1.321.428
<i>Serviços de Terceiros</i>	33.021.869	Total das Fontes	425.521.035
<i>Utilidades e Serviços</i>	6.489.450	Variação de Capital de Giro	56.515.254
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	45.200.000	Variação do Disponível	-36.348.734
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	43.458.448		
Total dos Usos	445.687.555	Total Líquido das Fontes	445.687.555

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	13.812.944	Receitas	89.616.444
<i>Investimentos</i>	13.812.944	<i>Receita Operacional</i>	68.471.128
Dispêndios Correntes	89.057.619	<i>Receita não Operacional</i>	21.145.316
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	45.675.392	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.321.428
<i>Materiais e Produtos</i>	4.933.553	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	1.321.428
<i>Serviços de Terceiros</i>	19.784.739	Total das Fontes	90.937.872
<i>Utilidades e Serviços</i>	3.158.500	Variação de Capital de Giro	17.411.385
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	10.949.257	Variação do Disponível	-5.478.694
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.556.178		
Total dos Usos	102.870.563	Total Líquido das Fontes	102.870.563

39256 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.391.306.771	Receitas	2.981.572.475
<i>Investimentos</i>	561.606.771	<i>Receita Operacional</i>	2.901.221.468
<i>Inversões Financeiras</i>	829.700.000	<i>Receita não Operacional</i>	80.351.007
Dispêndios Correntes	2.656.270.712	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.251.956.989
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.424.265.209	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	1.251.956.989
<i>Materiais e Produtos</i>	34.517.324	Total das Fontes	4.233.529.464
<i>Serviços de Terceiros</i>	884.691.575	Variação de Capital de Giro	-158.118.886
<i>Utilidades e Serviços</i>	190.659.903	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-43.833.090
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	104.695.746	Variação do Disponível	15.999.995

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	17.440.955		
Total dos Usos	4.047.577.483	Total Líquido das Fontes	4.047.577.483

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

47000 M.PLAN. DESENVOL. E GESTÃO**47216 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	507.436.452	Receitas	67.939.122
<i>Investimentos</i>	<i>1.751.300</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>37.516.466</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>500.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>30.422.656</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>5.685.152</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000.000
Dispêndios Correntes	50.414.449	<i>Demais Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	<i>1.000.000.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>20.083.460</i>	Total das Fontes	1.067.939.122
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>324.763</i>	Variação de Capital de Giro	1.238.450
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>6.590.752</i>	Variação do Disponível	-511.326.671
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>271.750</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>21.559.754</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>1.583.970</i>		
Total dos Usos	557.850.901	Total Líquido das Fontes	557.850.901

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

52000 M. DA DEFESA**52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.481.642	Receitas	203.330.582
<i>Investimentos</i>	<i>6.681.642</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>192.250.022</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>3.800.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>11.080.560</i>
Dispêndios Correntes	205.501.456	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>103.874.603</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.500.000.000</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>20.582.281</i>	Total das Fontes	1.703.330.582
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>39.789.072</i>	Variação de Capital de Giro	-2.961.914
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>3.385.956</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.903.444
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>37.099.300</i>	Variação do Disponível	-1.481.482.126
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>770.244</i>		
Total dos Usos	215.983.098	Total Líquido das Fontes	215.983.098

EMPRESA DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.886.220.382	Receita	1.947.953.282
<i>Investimentos</i>	86.433.050	<i>Receita Operacional</i>	1.943.953.282
<i>Inversões Financeiras</i>	290.000.000	<i>Receita Não Operacional</i>	4.000.000
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	1.504.785.932	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	530.220.900
<i>Operações de Crédito Internas</i>	1.183.868.403	<i>Operações de Crédito Externas</i>	530.220.900
<i>Demais Obrigações</i>	320.917.529	Demais Obrigações	1.238.970.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	5.001.400	<i>Transferência do FAT</i>	50.000.000
Dispêndios Correntes	1.939.727.493	<i>Outras Obrigações</i>	1.188.970.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	322.350.431	Total das Fontes	3.717.144.182
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	3.042.343	Variação do Disponível	1.162.277.681
<i>Serviços de Terceiros</i>	151.927.749		
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.977.369		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	200.060.368		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.176.848.886		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	516.704.327		
<i>Operações de Crédito Externas</i>	24.567.137		
<i>Outras Obrigações</i>	635.577.422		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	83.520.347		
Total dos Dispêndios PDG	3.825.947.875		
Aplicações em Operações de Crédito	1.053.473.988		
Total dos Usos	4.879.421.863	Total Líquido das Fontes	4.879.421.863

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	303.884.197	Receita	3.146.624.442
Investimentos	47.911.586	Receita Operacional	3.143.282.018
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	91.260.136	Receita Não Operacional	3.342.424
Operações de Crédito Internas	91.260.136	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.620.360.640
Outros Dispêndios de Capital	164.712.475	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	310.000.000
Dispêndios Correntes	2.905.862.667	Operações de Crédito Internas - Moeda	310.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	507.878.478	Demais Obrigações	1.210.675.898
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.604.207	Depósitos a Vista	1.103.437.004
Serviços de Terceiros	253.001.744	Depósitos a Prazo	107.238.894
Utilidades e Serviços	45.069.312	Total das Fontes	7.287.660.980
Tributos e Encargos Parafiscais	333.228.343	Outras Variações Patrimoniais	-160.674.010
Encargos Financeiros e Outros	448.271.665	Variação do Disponível	-15.747.247
Operações de Crédito Internas	25.851.648		
Operações de Crédito Externas	8.459.092		
Depósitos	413.960.925		
Outros Dispêndios Correntes	1.316.808.918		
Total dos Dispêndios PDG	3.209.746.864		
Aplicações em Operações de Crédito	3.901.492.859		
Total dos Usos	7.111.239.723	Total Líquido das Fontes	7.111.239.723

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	573.389.600	Receita	10.486.472.223
Investimentos	164.833.500	Receita Operacional	10.479.468.723
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	355.392.000	Receita Não Operacional	7.003.500
Operações de Crédito Internas	215.546.600	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	7.771.616.400
Operações de Crédito Externas	139.845.400	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	45.000.000
Outros Dispêndios de Capital	53.164.100	Operações de Crédito Internas - Moeda	45.000.000
Dispêndios Correntes	7.888.306.248	Demais Obrigações	117.366.181
Pessoal e Encargos Sociais	1.552.338.500	Depósitos a Vista	14.701.224
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	7.629.900	Depósitos a Prazo	102.664.957
Serviços de Terceiros	1.528.190.300	Total das Fontes	18.420.454.804
Utilidades e Serviços	64.000.000	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	585.305.000
Tributos e Encargos Parafiscais	586.423.700	Outras Variações Patrimoniais	-895.809.511
Encargos Financeiros e Outros	2.398.004.648	Variação do Disponível	1.236.817
Operações de Crédito Internas	101.943.100		
Operações de Crédito Externas	60.314.100		
Depósitos	641.418.153		
Variação Cambial	99.728.205		
Outras Obrigações	1.494.601.090		
Outros Dispêndios Correntes	1.751.719.200		
Total dos Dispêndios PDG	8.461.695.848		
Aplicações em Operações de Crédito	9.649.491.262		
Total dos Usos	18.111.187.110	Total Líquido das Fontes	18.111.187.110

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.564.395.464	Receita	136.029.749.021
Investimentos	2.426.993.104	Receita Operacional	135.417.889.086
Outros Dispêndios de Capital	1.137.402.360	Receita Não Operacional	611.859.935
Dispêndios Correntes	113.126.899.158	Demais Obrigações	59.058.493.274
Pessoal e Encargos Sociais	17.861.646.069	Depósitos a Vista	1.499.999.999
Serviços de Terceiros	9.082.082.232	Depósitos a Prazo	57.558.493.275
Utilidades e Serviços	1.424.057.928	Total das Fontes	195.088.242.295
Tributos e Encargos Parafiscais	768.852.022	Outras Variações Patrimoniais	-80.304.782.590
Encargos Financeiros e Outros	79.324.588.205	Variação do Disponível	-4.389.319.157
Operações de Crédito Externas	51.230.282		
Depósitos	42.178.648.081		
Outras Obrigações	37.094.709.842		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Outros Dispêndios Correntes	4.665.672.702		
Total dos Dispêndios PDG	116.691.294.622		
Aplicações em Operações de Crédito	-6.297.154.074		
Total dos Usos	110.394.140.548	Total Líquido das Fontes	110.394.140.548

25234 BANCO DO BRASIL S.A - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	182.469.688.389	Receita	203.269.143.293
Investimentos	3.175.157.704	Receita Operacional	203.203.241.399
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	16.173.355.830	Receita Não Operacional	65.901.894
Operações de Crédito Internas	10.266.779.507	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.606.176.937
Operações – Resolução 63	3.690.717.406	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	5.567.158.103
Demais Obrigações	2.215.858.917	Operações de Crédito Internas - Moeda	4.054.836.288
Outros Dispêndios de Capital	163.121.174.855	Operações - Resolução 63	1.512.321.815
Dispêndios Correntes	188.040.724.943	Demais Obrigações	33.535.615.275
Pessoal e Encargos Sociais	16.585.700.884	Tesouro	392.060.095
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.129.089.241	Transferência do FAT	1.600.000.000
Serviços de Terceiros	6.789.299.797	FMM	972.624.722
Utilidades e Serviços	1.682.528.765	Depósitos a Vista	1.632.101.597
Tributos e Encargos Parafiscais	11.516.299.638	Depósitos a Prazo	6.137.300.521
Encargos Financeiros e Outros	97.350.957.440	Outras Obrigações	22.801.528.340
Operações de Crédito Internas	2.719.277.344	Total das Fontes	244.978.093.608
Operações – Resolução 63	2.769.581.060	Outras Variações Patrimoniais	144.986.232.765
Depósitos	13.703.915.491	Variação do Disponível	375.728.610
Outras Obrigações	78.158.183.545		
Outros Dispêndios Correntes	52.986.849.178		
Total dos Dispêndios PDG	370.510.413.332		
Aplicações em Operações de Crédito	19.829.641.651		
Total dos Usos	390.340.054.983	Total Líquido das Fontes	390.340.054.983

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.254.809.932	Receita	2.640.422.349
Outros Dispêndios de Capital	1.254.809.932	Receita Operacional	2.640.422.349
Dispêndios Correntes	1.319.569.788	Demais Obrigações	357.556.785
Pessoal e Encargos Sociais	59.050.401	Outras Obrigações	357.556.785
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	387.417	Total das Fontes	2.997.979.134
Serviços de Terceiros	5.526.427	Outras Variações Patrimoniais	-377.913.969
Utilidades e Serviços	2.638.252	Variação do Disponível	-45.685.445
Tributos e Encargos Parafiscais	240.029.426		
Encargos Financeiros e Outros	742.933.980		
Outras Obrigações	742.933.980		
Outros Dispêndios Correntes	269.003.885		
Total dos Dispêndios PDG	2.574.379.720		
Total dos Usos	2.574.379.720	Total Líquido das Fontes	2.574.379.720

25236 BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.065.707.002	Receita	2.276.129.269
Outros Dispêndios de Capital	1.065.707.002	Receita Operacional	2.276.129.269
Dispêndios Correntes	1.218.382.655	Total das Fontes	2.276.129.269
Pessoal e Encargos Sociais	89.932.408	Outras Variações Patrimoniais	8.159.839
Serviços de Terceiros	70.548.479	Variação do Disponível	-199.451
Utilidades e Serviços	7.061.386		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.013.160.293		
Outros Dispêndios Correntes	37.680.089		
Total dos Dispêndios PDG	2.284.089.657		
Total dos Usos	2.284.089.657	Total Líquido das Fontes	2.284.089.657

25238 BB-LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
------	-------	--------	-------

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

Dispêndios de Capital	92.170.832	Receita	1.442.258.091
<i>Investimentos</i>	<i>25.964.299</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.442.258.091</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>66.206.533</i>	Retorno das Operações de Crédito	209.123.827
Dispêndios Correntes	1.163.493.743	Total das Fontes	1.651.381.918
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>3.319.229</i>	Outras Variações Patrimoniais	-117.673.400
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	<i>1.933.794</i>	Variação do Disponível	-278.043.943
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>12.588.571</i>		
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>35</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>164.763.771</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>771.129.293</i>		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>14.989</i>		
<i>Depósitos</i>	<i>771.114.304</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>209.759.050</i>		
Total dos Dispêndios PDG	1.255.664.575		
Total dos Usos	1.255.664.575	Total Líquido das Fontes	1.255.664.575

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	236.316.311	Receita	224.105.927
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>1.115.656</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>224.105.927</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>39.392</i>	Total das Fontes	224.105.927
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>896.148</i>	Outras Variações Patrimoniais	-159.734.925
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>220.069.978</i>	Variação do Disponível	171.945.309
<i>Depósitos</i>	<i>23.690.592</i>		
<i>Variação Cambial</i>	<i>196.379.386</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>14.195.137</i>		
Total dos Dispêndios PDG	236.316.311		
Total dos Usos	236.316.311	Total Líquido das Fontes	236.316.311

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	358.914	Receita	1.507.131
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>358.914</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>871.231</i>
Dispêndios Correntes	1.129.326	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>635.900</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>471.700</i>	Total das Fontes	1.507.131
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>33.644</i>	Outras Variações Patrimoniais	-362.546
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>7</i>	Variação do Disponível	343.655
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>337.672</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>286.303</i>		
Total dos Dispêndios PDG	1.488.240		
Total dos Usos	1.488.240	Total Líquido das Fontes	1.488.240

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	326.583.415	Receita	790.062.967
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>326.583.415</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>790.062.967</i>
Dispêndios Correntes	447.384.303	Total das Fontes	790.062.967
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>14.613.133</i>	Outras Variações Patrimoniais	11.179.916
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>139.748.808</i>	Variação do Disponível	-27.275.165
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>1.962.658</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>281.480.035</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>9.579.669</i>		
Total dos Dispêndios PDG	773.967.718		
Total dos Usos	773.967.718	Total Líquido das Fontes	773.967.718

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	59.255.888	Receita	23.879.339
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>10.765.213</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>23.508.447</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>21.486.598</i>	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>370.892</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>26.860</i>	Total das Fontes	23.879.339

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	24.441.113	Outras Variações Patrimoniais	35.376.549
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	916		
<i>Outras Obrigações</i>	916		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	2.535.188		
Total dos Dispêndios PDG	59.255.888		
Total dos Usos	59.255.888	Total Líquido das Fontes	59.255.888

25292 CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.101.987.246	Receita	1.620.274.447
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>1.101.987.246</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.513.794.824</i>
Dispêndios Correntes	299.499.911	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>106.479.623</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>29.464.389</i>	Total das Fontes	1.620.274.447
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>9.029.929</i>	Outras Variações Patrimoniais	51.352.190
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>45.218</i>	Variação do Disponível	-270.139.480
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>241.247.899</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>5.478.075</i>		
<i>Outras Obrigações</i>	<i>5.478.075</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>14.234.401</i>		
Total dos Dispêndios PDG	1.401.487.157		
Total dos Usos	1.401.487.157	Total Líquido das Fontes	1.401.487.157

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

47000 M.PLAN. DESENVOL. E GESTÃO

47206 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	24.329.790.889	Receita	93.979.138.532
Investimentos	109.958.315	Receita Operacional	86.185.115.027
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	16.133.832.574	Receita Não Operacional	7.794.023.505
Operações de Crédito Internas	32.467	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	9.207.699.880
Operações de Crédito Externas	6.753.289.137	Operações de Crédito Internas - Moeda	127.155
Derrais Obrigações	9.380.510.970	Operações de Crédito Externas	5.289.678.628
Outros Dispêndios de Capital	8.086.000.000	Variação Cambial	3.917.894.097
Dispêndios Correntes	79.651.804.220	Demais Obrigações	69.187.538.561
Pessoal e Encargos Sociais	1.657.732.110	Tesouro	30.402.998.957
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	9.453.677	Transferência do FAT	24.721.022.273
Serviços de Terceiros	614.057.731	Outras Obrigações	14.063.517.331
Utilidades e Serviços	5.122.987	Total das Fontes	172.374.376.973
Tributos e Encargos Parafiscais	5.221.276.630	Outras Variações Patrimoniais	-17.223.749.425
Encargos Financeiros e Outros	70.761.756.696	Variação do Disponível	-95.736.298.085
Operações de Crédito Internas	127.345		
Operações de Crédito Externas	1.818.407.481		
Variação Cambial	4.233.477.248		
Outras Obrigações	64.709.744.622		
Outros Dispêndios Correntes	1.382.404.389		
Total dos Dispêndios PDG	103.981.595.109		
Aplicações em Operações de Crédito	-44.567.265.646		
Total dos Usos	59.414.329.463	Total Líquido das Fontes	59.414.329.463

47207 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A - BNDESPAR R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.887.765.090	Receita	12.903.408.201
Inversões Financeiras	357.731.546	Receita Operacional	6.011.264.878
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	410.837.533	Receita Não Operacional	6.892.143.323
Operações de Crédito Internas	400.000.000	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	19.856.992
Derrais Obrigações	10.837.533	Operações de Crédito Internas - Moeda	19.856.992
Outros Dispêndios de Capital	7.119.196.011	Demais Obrigações	94.423.759
Dispêndios Correntes	3.746.556.302	Outras Obrigações	94.423.759
Pessoal e Encargos Sociais	229.589.794	Total das Fontes	13.017.688.952
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.316.335	Outras Variações Patrimoniais	-1.383.239.700
Serviços de Terceiros	61.451.739	Variação do Disponível	-127.860
Utilidades e Serviços	713.327		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.873.472.097		
Encargos Financeiros e Outros	672.664.823		
Operações de Crédito Internas	66.983.925		
Outras Obrigações	605.680.898		
Outros Dispêndios Correntes	907.348.187		
Total dos Dispêndios PDG	11.634.321.392		
Total dos Usos	11.634.321.392	Total Líquido das Fontes	11.634.321.392

47208 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	43.749.524.227	Receita	12.259.079.628
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	42.303.896.632	Receita Operacional	12.259.079.628
Operações de Crédito Internas	42.300.000.000	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	16.330.987.122
Derrais Obrigações	3.896.632	Operações de Crédito Internas - Moeda	15.442.863.638
Outros Dispêndios de Capital	1.445.627.595	Variação Cambial	888.123.484
Dispêndios Correntes	8.175.503.140	Demais Obrigações	2.562.987
Pessoal e Encargos Sociais	209.009.289	Tesouro	62.601
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.196.668	Outras Obrigações	2.500.386
Serviços de Terceiros	55.926.638	Total das Fontes	28.592.629.737
Utilidades e Serviços	648.479	Outras Variações Patrimoniais	4.856.759.475
Tributos e Encargos Parafiscais	953.614.979		
Encargos Financeiros e Outros	6.886.094.697		
Operações de Crédito Internas	4.560.059.247		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

<i>Varição Cambial</i>	928.017.761		
<i>Outras Obrigações</i>	1.398.017.689		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	69.012.390		
Total dos Dispêndios PDG	51.925.027.367		
Aplicações em Operações de Crédito	-18.475.638.155		
Total dos Usos	33.449.389.212	Total Líquido das Fontes	33.449.389.212

47215 BNDES PLC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.000.000	Receita	6.166.667
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>14.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>6.166.667</i>
Dispêndios Correntes	4.976.199	Total das Fontes	6.166.667
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>897.506</i>	<i>Varição do Disponível</i>	<i>12.809.532</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>17.779</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>607.597</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>3.453.317</i>		
Total dos Dispêndios PDG	18.976.199		
Total dos Usos	18.976.199	Total Líquido das Fontes	18.976.199

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

